



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 103**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, sexta-feira, 10 de março de 2023**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputados Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Lubélio Mendonça*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o debate e votação da [Proposta de Resolução n.º 10/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021”](#), apresentada pela Mesa, na qual intervieram os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Independente*), Francisco Coelho (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*) e Nuno Barata (*IL*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Dando seguimento à Agenda, foi apreciado o [Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Marco José Freitas da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de](#)

**testemunha, no âmbito do processo n.º 44770/22.5YIPRT.**

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Projeto de Resolução n.º 107/XII – “Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A apresentação do diploma coube à Sra. Deputada Vera Pires (*BE*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Tiago Lopes (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Ana Quental (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*), Ana Luís (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Posteriormente, passou-se à apreciação do **Projeto de Resolução n.º 128/XII – “Reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano na população feminina açoriana”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação do diploma por parte do Pedro Neves (*PAN*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Tiago Lopes (*PS*), Vera Pires (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Quental (*PSD*) e Paulo Estevão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Tiago Lopes (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

Seguidamente, avançou-se para o **Projeto de Resolução n.º 131/XII – “Prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A Sra. Deputada Valdemira Gouveia (*PS*) procedeu à apresentação do diploma, tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Independente*), Vera Pires (*BE*), Célia Pereira (*PS*),

Flávio Soares (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), José Contente (*PS*) e Tiago Lopes (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente, o Sr. Deputado António Lima (*BE*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 151/XII – “Manutenção do Cineteatro Miramar na esfera do Teatro Micaelense e a prestar serviço público de promoção cultural”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 151/XII – “Manutenção do Cineteatro Miramar na esfera do Teatro Micaelense e a prestar serviço público de promoção cultural”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Jaime Vieira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Valdemira Gouveia (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), Paulo Estevão (*PPM*), Vitória Pereira (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), Vera Pires (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), bem como a Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Seguidamente, o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 152/XII – “Prorrogação do Prazo para apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia \(CEAA\)”](#), apresentado por todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Como tal, avançou-se para o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 152/XII – “Prorrogação do Prazo para apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia \(CEAA\)”](#).

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Independente*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, cuja urgência foi apresentada pelo CDS-PP.

Feita a justificação da urgência por parte da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*) e Paulo Silveira (*PSD*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Avançou-se para [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XII – “Tornar as medidas «Programa Mais» e «Credithab» mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) justificado a urgência e, conseqüentemente, usado da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por maioria.

Tendo sido aprovada a urgência e dispensa de exame em comissão, passou-se para a discussão do [Projeto de Resolução n.º 153/XII – “Tornar as medidas «Programa Mais» e «Credithab» mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas”](#), apresentado pelo Grupo

Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma por parte do Carlos Silva (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Nuno Barata (*IL*) e Pedro Neves (*PAN*).

Submetida à votação, a iniciativa foi rejeitada.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março de 2023.**

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 24 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

*Eram 10 horas e 03 minutos.*

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário:** Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Joana Pombo** Sousa Tavares

**João Vasco** Pereira da Costa

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**Lubélio** de Fraga Mendonça

**Manuel José da Silva Ramos**

**Mário José Dinis Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Patrícia Maria Melo Miranda**

**Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima de Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio**

**Paulo Duarte Gomes**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Maria Salomé Dias de Matos**

**Vitória Alexandra Correia Pereira**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**António Manuel Raposo Lima**

**Vera Lúcia Pinheiro Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

***Chega (CH)***

**José Eduardo Cunha Pacheco**

***Iniciativa Liberal (IL)***

**Nuno Alberto Barata Almeida Sousa**

***Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)***

**Pedro Miguel Vicente Neves**

***Independente***

**Carlos** Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 8 da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 10/XII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021”**, apresentada pela Mesa.

A conta foi elaborada, como é habitual, pelos serviços, nos termos da nossa orgânica. Seguiu a tramitação que é normal. Foi, o relatório, elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi distribuído o relatório por todos. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não pondo em causa de forma nenhuma o rigor das contas que são explanadas neste documento, cabe-me, no entanto, no meu entender, não votar favoravelmente esse documento. Como disse, não pondo em causa o rigor das contas, mas por ele refletir uma estrutura de custos que, no meu entender, não é adequada ao serviço que estamos a prestar aos açorianos. Nós, enquanto Deputados, entendo que devemos pugnar por diminuir ao máximo os custos que imputamos a esta Casa.

Por esta razão e em função até daquilo que tem sido a estrutura de custos que tem imputado a essa Casa, entendo que a abstenção será o voto mais adequado porque reflete aquilo que eu penso sobre esse assunto. Estamos aqui para servir os açorianos e não para nos servirmos dos açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faz favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta conta, como, aliás, tem sido habitual, na medida em que ela, como bem referiu S. Exa. o Sr. Presidente da Assembleia, obedeceu a todos os requisitos e trâmites legais.

E é, pensamos nós, como, aliás, é praxe e história desta Assembleia, uma conta bem analisada, reflete o cumprimento da lei, dos compromissos de leis gerais, aliás, cuja competência nos escapa, e é nos seus gastos, atendendo à nossa realidade arquipelágica, uma conta que me parece bem analisada, é moderada e reflete exatamente essa preocupação quer da Mesa, quer de todas as Sras. e os Srs. Deputados.

Atacar os Parlamentos é a primeira tentação de quem não gosta da democracia. A democracia tem custos. E tem custos que são moderados.

De resto, o que é aprovado não impede, de acordo com o livre-alvedrio de cada um, que gaste e que faça as suas opções. Talvez esta seja a primeira obrigação de quem ache que esta conta é excessiva.

Há coisas fundamentais em que o Partido Socialista não vacila. O Partido Socialista tem o seu sentido institucional quer esteja no poder ou na oposição. O Partido Socialista não brinca, como, aqui há uns anos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, por exemplo, abstinha-se na conta. Ele, agora, está voluntariamente distraído. Abstinha-se na conta, querendo dar a ideia da sua oposição às subvenções vitalícias. Nós não fazemos brincadeiras com coisas sérias, estejamos no poder ou estejamos na oposição.

Nesta matéria, como em tantas outras, algumas até mais importantes do que isto, o sentido institucional do Partido Socialista permanecerá, a sua ética permanecerá,

até porque somos tantas vezes e cada vez mais desafiados a isso. Não vacilaremos na nossa paciência democrática.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve. Para dizer que, em parte, obviamente, subscrevo aquilo que foram as palavras e a intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, não na totalidade, mas em parte.

Apenas para que fique registado que eu acho inadmissível, da parte do Grupo Parlamentar do CDS consideramos inadmissível que se insinue que há alguém neste Parlamento que está aqui para se servir dos açorianos, ao invés daquilo que realmente aqui estamos a fazer, que é prestar um serviço aos Açores e açorianos.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Não estou a dizer que os açorianos nos devem alguma coisa, não é por isso, mas parece-me desadequado, desajustado, dizer que aquilo que são os custos da democracia, os gastos parlamentares, em alguma forma configuram um aproveitamento dos Parlamentares daquilo que são os recursos da Região e daquilo que é o serviço que prestam à Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Chega votará favoravelmente isto. E também dizer que revê na Mesa, também, o rigor que tem tido com as contas. Até o Sr. Presidente sabe bem o quanto, às vezes, apelamos para mais alguma coisa ou para mudar... E o rigor que a Mesa tem tido nos gastos, etc., isto é importante.

É importante também mostrar aos açorianos que estamos aqui, mas que também fazemos um esforço para não causar um dano financeiro que não seja o necessário. Obviamente que não se fazem omeletes sem partir ovos. Eu sou um defensor que a despesa pública deve ser mínima, mas alguma tem que se fazer, caso contrário, se calhar, também isso não existia. E não existindo a democracia, ficaríamos todos a perder.

Eu penso que os açorianos percebem isto, que os açorianos não entram em populismos baratos, simplesmente percebem e apelam sempre aos nossos governantes ou representantes para que tenham também alguma conduta neste sentido.

Da parte do Chega, temos tentado sempre ter um maior rigor e causar a menor despesa, dentro daquilo que é possível, indo ao encontro da vontade dos açorianos. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota, do PSD, relativamente à conta de gerência da Assembleia, para referir que os gastos desta Assembleia são aqueles que são os necessários. E, muitas vezes, não chegam para aquilo que necessitávamos, que o diga, desde logo, alguma renovação de edifícios, alguma renovação de mobiliário, as próprias transmissões, a qualidade da transmissão desta Assembleia através do portal da

Assembleia e outros investimentos que a Assembleia vai adiando e que também fazem parte do escrutínio democrático.

Mas, sobretudo, o que queria frisar nesta referência à conta da Assembleia é o escrutínio que faz quem fiscaliza, que é o Tribunal de Contas. E que tem, nos últimos anos, sido bastante perentório ao afirmar que esta Assembleia, a Mesa da Assembleia e os serviços da Assembleia, têm executado a sua conta... O Tribunal faz uma apreciação favorável, sem reservas, das contas da Assembleia. Sem reservas. O que diz, desde logo, não só da competência dos serviços, mas daquilo que são as despesas necessárias ao funcionamento da democracia.

Se nós prezamos tanto o valor da democracia, não podemos deixar também de nos afastar daquelas opiniões que acham que a democracia possa ser um custo excessivo para aquilo que é o debate democrático.

Nós achamos que o debate democrático é extremamente necessário para podermos avançar nas decisões que temos que tomar. E isso tem custos. Infelizmente, os custos são aqueles que estão vertidos na conta e que não podem deixar de ser escrutinados. E nós não podemos deixar de apreciar o escrutínio que é feito por aqueles que são, efetivamente, independentes na apreciação da conta, que é o Tribunal de Contas. E esse, como eu disse, faz uma apreciação favorável e sem reservas. É isso que nos apraz registar. E, por isso, também, iremos aprovar a conta da Assembleia.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos votar...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizem-me que fui objeto de uma referência do Sr. Deputado Francisco Coelho, antigo Presidente desta Casa...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Ex-Presidente.

**O Orador:** ... e antigo Membro do Governo dos Açores. Portanto, um velho conhecido.

O que eu quero referenciar, não percebendo bem o que é que foi dito, mas, seja como for, da minha parte, obviamente, fazer referência que, em relação às subvenções vitalícias, a minha posição mantém-se, ou seja, tenho uma oposição total ao pagamento das subvenções vitalícias.

E considero que os partidos que têm responsabilidade na Assembleia da República devem continuar a fazer tudo, mas tudo, para que as subvenções vitalícias terminem, porque trata-se de um momento inaceitável da nossa história, que foi quando os políticos (políticos no ativo na altura) criaram uma espécie de reforma, que chegou a este extremo de ter de contemplar que um político que exercesse funções durante oito anos tinha direito a uma subvenção vitalícia em determinadas condições. Portanto, isso é inaceitável. Todos os portugueses têm que trabalhar toda a vida para terem acesso a uma reforma. Porque é que nos políticos tinha que ser diferente? Isto não é populismo. Isto é, pura e simplesmente, ética. Ou seja, na política, quem está na política não pode ter vantagens destas em relação aos outros cidadãos. Isso trata-se da ética republicana, não é? Isto trata-se de ética republicana em relação a esta matéria, já agora, mas é uma ética que não foi seguida nas condições em que se fez aquelas alterações. E que, muito bem, depois, o país reverteu. Ou seja, as subvenções vitalícias são um escândalo. Já terminaram. Quem exerce funções desde 2005 para cá já não tem direito a esse pagamento. Ainda bem que isso aconteceu. Mas todos os outros que se encontram numa situação...

Inclusivamente, o ex-Primeiro-Ministro do Partido Socialista, José Sócrates, que combateu as subvenções vitalícias, de repente, agora, diz que, por circunstâncias da vida, e nós sabemos quais são, já solicitou à Assembleia da República que passasse a proceder ao seu pagamento.

Portanto, a minha posição sobre as subvenções vitalícias é a mesma. E podemos ter aqui uma boa discussão sobre esta matéria.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois das meias acusações que fui recebendo de outras intervenções que se seguiram à minha, reitero o que disse. Entendo que há custos que podem ser minimizados nesta Casa. Todos nós sabemos de que custos é que estamos a falar. Todos nós sabemos o que é que podemos fazer para a diminuição de custos desta Assembleia sem pôr em causa o perfeito funcionamento desta Casa, inclusive, como já foi dito aqui, têm sido atrasadas, se calhar, obras de beneficiação e manutenção de edifícios para não exceder mais aquilo que é dotação anual para o funcionamento da Assembleia Regional.

E, da minha parte, assumo perfeitamente o que disse. Se quiserem apelidar isto de populismo, eu aceito o termo, mas, da minha parte, é a minha convicção própria. A convicção que tenho é que se podia fazer o mesmo com menos. Muitas vezes, é prática falar sobre os países nórdicos e o rigor dos políticos dos países nórdicos. Neste caso, eu vou tentar ser nórdico, porque acho que o objetivo aqui de muitos é que continuemos a ser o sul da Europa em determinados procedimentos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor.

(\*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Muito rapidamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente, “chutou para canto”, quer dizer, eu critiquei-lhe a incoerência de votar a conta da Região com um determinado fundamento, de uma forma quando, nalguns anos, estava na oposição e a forma

como votou nos últimos anos. E veremos como votará hoje. Foi isso que eu critiquei.

Não critiquei nem entrei na substância de algumas matérias que, inclusivamente, nos escapam, mas que são, ainda, e da maneira como são, força de lei e que, institucionalmente, obviamente, esta Assembleia tem que cumprir. Para que fique absolutamente claro.

Sr. Deputado Carlos Furtado, registo que nalgumas matérias quer ser nórdico. E nós vamos estar atentos. Eu acho que numa pequenina parte depende da sua vontade. Nessa parte estaremos atentos, até por causa de uma coisa que se chama um bem escasso, como dizem os economistas, uma coisa que se chama coerência. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, até porque a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente esta conta da Assembleia, por depositar em quem gere os recursos desta Assembleia a maior das confianças e, ao ter analisado, encontrando nela rigor na execução daquilo que foi definido pelo orçamento desta Assembleia.

É lamentável que se tente tirar dividendos populistas, em sede da conta, de assuntos que são da sede do orçamento. Aquilo que o Sr. Deputado Carlos Furtado aqui fez foi falar das despesas da Assembleia, em vez de falar da conta da Assembleia, que são coisas bem diferentes. Todos nós podemos concordar com mais essa despesa ou com menos aquela despesa. Temos que fazê-lo em sede do orçamento, não em sede da conta. Fazê-lo em sede da conta é fazer demagogia barata, pior, é fazer demagogia incompetente.

Quanto à coerência e à incoerência e àquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu queria apenas lembrar ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que quase todos

nós, aqui nesta Casa, estamos na vida política regional há muitos anos, uns mais ativos, outros menos ativos. Mas quero lembrar-lhe apenas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não chegou ontem, às 4 horas da tarde. O Sr. Deputado Paulo Estêvão não chegou ao Parlamento dos Açores ontem, às 4 horas da tarde, nem à política regional ontem, às 4 horas da tarde. Eu conheço-o na política pelo menos desde 1995.

**Deputado Berto Messias (PS):** Mais, muito mais! Anos 80!

**O Orador:** Portanto, parece que, de vez em quando, aqui, há a narrativa de que todos somos velhos políticos com ideias novas e que alguém chegou ontem, às 4 horas da tarde, ao Parlamento dos Açores, pela primeira vez. Não, estamos cá todos, aqueles que querem o bem do povo açoriano e aqueles que, quer no ativo, quer fora do ativo, fizeram da sua atividade cívica o melhor pelo povo dos Açores.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu já fiz o mesmo alerta aquando da apresentação do orçamento para 2023.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Então, se está feito, pronto.

**O Orador:** E vou sempre fazê-lo enquanto aqui estiver.

O senhor quer chamar-me de populista? Chame os nomes quiser, eu lido bem com isso, porque não sou populista e tenho provas dadas disso.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Coelho e em função de insinuação de incoerências ou de possíveis incoerências da minha parte, estou disponível a discutir esse assunto consigo dentro do tempo que tenho disponível e que me permitirem. Portanto, em matéria de incoerência, estou perfeitamente tranquilo. Portanto, se o senhor quiser discutir o assunto, estou aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma célebre máxima aqui e que aprendi com os mais velhos, que é: de facto, à sexta-feira, quando se prolongam os debates, quanto mais argumentos, pior, a Câmara começa a ficar irrequieta.

Mas eu não posso deixar de ir ao debate, está na minha natureza, ou seja, eu não sou, nunca, de me deixar para trás em debate. Isto é uma coisa que eu adoro, o apresentar argumentos, contra-argumentar. E, portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho, aqui estou para discutir o tempo que for necessário com V. Exa., mesmo que toda a Câmara comece a ficar impaciente. Mas cá estamos, Sr. Deputado.

E o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado está sentado em cima de uma gelatina de incoerências, a legislatura toda Sr. Deputado. O Partido Socialista tem estado a votar contra todos os seus princípios, contra todas as suas fronteiras, contra tudo aquilo que, durante 24 anos, disse. O Partido Socialista, aqui, tem feito... Ah, não era necessário aumentar o conjunto de despesas do Parlamento, tudo isso, porque havia uma contenção. Agora, é diferente. Nas posições em relação à educação é tudo diferente. Antes, havia uma fronteira, os subsídios não podiam ser dados...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, vamos centrar na conta da Assembleia.

**O Orador:** Eu estou centrado na questão da incoerência, Sr. Presidente.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Desconcentrado!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Descon[centrado]!

**O Orador:** A mesma coisa em relação a todas as matérias que nós debatemos aqui. Sr. Deputado, a sua incoerência é a pior das incoerências. Sabe qual é a incoerência, Sr. Deputado? É a de estar aí silenciosamente a levantar o braço ou a ficar sentado sem dizer nada, quando vota exatamente o contrário em tantas

matérias. Podia dar-lhe aqui uma lista do sentido de voto que teve no passado, Sr. Deputado.

Por isso, incoerência, Sr. Deputado, da minha parte, não a tem. Em relação a esta matéria das subvenções vitalícias, sempre estive contra, continuo contra, Sr. Deputado. Continuo contra. Como se sabe, para quem nos está a ouvir, as subvenções vitalícias é uma das despesas mais significativas que está presente na conta. Eu considerei que, na altura, era importante sinalizar que esta era uma questão muito relevante.

Em relação àquela que é a despesa da conta, nunca me ouviu dizer, em relação à organização de despesas, quer nesta Presidência, quer noutra Presidência, qualquer crítica a esse respeito. A minha crítica é exclusivamente sobre as subvenções vitalícias. Até me ouviu dizer foi o seguinte: compare a conta da Região Autónoma da Madeira com a da Região Autónoma dos Açores, a conta da Assembleia. V. Exa. disse a conta da Região. Estamos a discutir é a conta da Assembleia. Compare a conta e veja que, para nove ilhas, com toda esta despesa que significa gerir esta Casa, com uma estrutura dispersa como nós temos, nós temos uma despesa muito inferior à que tem o Parlamento da Madeira.

Mas eu também tive o cuidado de verificar e comparar com outros parlamentos insulares também como o nosso e fui ver as despesas, mesmo contando com a população, mesmo tendo em conta essa percentagem. E o que tenho verificado é que a nossa conta, a conta do Parlamento dos Açores e as despesas que aqui são efetuadas ficam muito, mas muito abaixo das despesas de outros parlamentos autonómicos.

Portanto, sobre esta matéria, nem na anterior Presidência, nem na atual Presidência, eu fiz qualquer tipo de crítica. A Sra. Deputada Ana Luís sabe, em relação a essa matéria.

Não é isso que aqui se está a discutir. Em relação à sinalização da questão das subvenções? Sim. Sim, estou contra. Acho que foi escandaloso. Foi um momento

em que os políticos portugueses, na década de 80, criaram um sistema que os beneficiava e que os diferenciava em relação ao resto da população.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Então, qual é a alternativa?

**O Orador:** E nós estamos aqui exatamente ao serviço da população e não podemos privilegiar-nos em relação àquele que é o esforço que a população faz e àquele que é o funcionamento.

Agora, também lhe digo, do ponto de vista da instituição parlamentar, é muito importante que se defenda o seu prestígio. E o seu prestígio é isto, é dizer a verdade em relação a esta matéria. O conjunto de despesas que o Parlamento dos Açores tem é muito, mas muito inferior ao que a generalidade dos parlamentos tem, apesar, veja bem, de ser uma estrutura descentralizada, e bem, de ter estruturas, de ter edifícios em todas as ilhas e funcionar de forma descentralizada. E temos dado passos muito importantes. Por exemplo, neste momento, muitos dos nossos trabalhos, mas antes de se ter tornado, digamos assim, e vou terminar, uma prática mais generalizada devido à COVID-19, já o Parlamento dos Açores o estava a fazer de forma exemplar, que era utilizar as novas tecnologias para permitir que os Srs. Deputados possam assistir à distância às reuniões. Já o estamos a fazer há muitos anos.

Portanto, da minha parte, sobre esta matéria, a mesma posição.

Em relação às subvenções vitalícias, sempre, toda a minha vida estive contra, continuo conta.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Telegraficamente, até porque este assunto está mais do que esclarecido e não merece a pena gastar mais tempo com ele. Mas quero dizer o seguinte ao Sr. Deputado Paulo Estêvão: teoricamente, Sr. Deputado, é muito fácil encontrar

coerências de qualquer pessoa que se senta nesta banca, embora V. Exa. não me tenha apontado em concreto nenhuma, curiosamente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** São tantas!

**O Orador:** Porque, sabe uma coisa, basta ler os princípios programáticos do PS, os estatutos do PS/Açores, as moções globais do PS/Açores aprovadas, as moções setoriais do PS/Açores. Reconheço que no seu caso é mais difícil, mas eu prometo-lhe uma coisa: vou procurar incansavelmente a última moção global do congresso do PPM/Açores. E depois disso falaremos.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não precisa de procurar muito porque eu mando-lhe a nossa moção, que, aliás, foi redigida por mim. Portanto, é fácil de encontrar. A mesma coisa não poderá dizer V. Exa. Eu não sei que participação é que V. Exa. tem tido no Partido Socialista, em que os vossos congressos são congressos... O Partido Socialista é uma espécie de monarquia eletiva, não é hereditária, é eletiva, em que o líder se senta, indica com a mão: és tu, és tu que agora caminharás entre as águas! E, depois, recebe a votação a 100% do Parlamento. É essa a vossa democracia. É uma democracia que nós podemos ver agora...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor está a perder qualidades!

**O Orador:** ... junto das Grandes Muralhas da China. É uma coisa muito parecida.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar a Proposta de Resolução n.º 10/XII – “Conta de gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2021. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução n.º 10/XII foi aprovada, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

**Presidente:** Muito obrigado.

Vamos avançar para o ponto 9 da nossa Agenda: **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Marco José Freitas da Costa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de um processo judicial.**

Foi elaborado o relatório pela CAPADS. O relatório vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar esse depoimento.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Ponto 10 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 107/XII – “Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual”**. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires para a sua apresentação.

(\*) **Deputada Vera Pires (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde menstrual é um direito, mas continua também a ser um tabu. E aceder aos produtos de recolha menstrual não é, ainda, um direito adquirido por todas as

mulheres, porque não está, ainda, ao alcance de todas.

Sabemos que as mulheres são mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. A falta de acesso a bens de necessidade básica, como são estes produtos de saúde menstrual, contribui para o aprofundamento dessa exclusão.

O acesso a esses produtos é, muitas vezes, dificultado, quer pelo preço, quer pela vergonha de falar acerca da menstruação, e isso pode trazer consequências psicológicas, sociais e de saúde, com impacto na vida das mulheres: a nível psicológico, porque afeta dimensões como autoimagem e a autoestima; a nível social, porque pode levar a situações de exclusão, de faltas à escola e ao trabalho, e de perda de socialização (lembramos que, segundo a UNICEF, uma em cada dez meninas falta à escola durante a menstruação); e consequências ainda a nível da saúde, porque o uso incorreto ou desadequado dos pensos, tampões ou outros produtos pode potenciar o aparecimento de reações alérgicas e infeções vaginais, uterinas e urinárias, de curto mas também de longo prazo, e obrigar ao recurso a médicos e a medicação, o que constitui uma despesa significativa adicional que afeta as mulheres, mas que irá também onerar o próprio Serviço Regional de Saúde.

Em maio de 2020, a organização Plan International alertava para o facto de milhões de mulheres em todo o mundo se confrontarem com a escassez de produtos de saúde menstrual, com o seu aumento de preços e com o preconceito em relação à menstruação. E a situação só piorou com a pandemia COVID-19.

O entendimento de que os produtos de recolha menstrual são bens essenciais de saúde, que devem ser assegurados, tem levado países como a Escócia, a Inglaterra ou a Nova Zelândia e regiões com uma Nova Escócia, no Canadá, a proceder à distribuição gratuita desses produtos, com o objetivo de combater a pobreza menstrual, que afeta e impacta a vida, a saúde e o dia a dia de muitas mulheres. Aí, pensos higiénicos, tampões e outros produtos de recolha são disponibilizados em escolas, universidades, associações juvenis, centros comunitários e/ou em

farmácias.

A menstruação não é uma escolha. A pobreza menstrual não é uma escolha. A disponibilização gratuita de produtos de recolha menstrual é uma questão de justiça, equidade e bem-estar para as mulheres.

Por isso, propomos o reforço do acesso a estes produtos através da sua distribuição gratuita nos centros de saúde e nas escolas, à população reclusa e a populações socialmente excluídas e, por isso, mais distantes das estruturas públicas de saúde. É também nestes espaços que devem ser desenvolvidas ações de informação e esclarecimento sobre as várias opções existentes e a sua correta utilização, bem como a promoção de hábitos de consumo ambientalmente sustentáveis, divulgando e promovendo os produtos reutilizáveis em detrimento dos descartáveis.

A sensibilização e informação sobre os diferentes produtos, a par da sua distribuição gratuita, constituirão mecanismos efetivos de educação e correção de desigualdades sociais.

Em 2022, estimava-se em 9,5 euros a despesa mensal de cada mulher portuguesa na compra destes produtos, o que representará quase 350 euros anuais para um agregado familiar com três mulheres que menstruem.

A atual espiral inflacionária tem vindo a fazer crescer o preço de muitos bens essenciais, como sabemos. E também nestes produtos, com os tampões e pensos higiénicos a sofrerem um acréscimo médio de 10% nos últimos meses, pelo que se torna ainda mais relevante a tomada de medidas neste momento.

Os Açores devem colocar o combate à pobreza e à desigualdade de género na sua agenda política sem receios. Os Açores devem dar este passo e providenciar gratuitamente produtos de recolha menstrual às jovens e mulheres que deles precisem.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe os seguintes pontos resolutivos:

A disponibilização do acesso a produtos de recolha menstrual através da sua

distribuição gratuita em centros de saúde e em escolas;

A implementação de medidas que garantam o acesso a estes produtos à população reclusa e a populações mais excluídas socialmente e que, por via dessa exclusão, têm menor contacto com as estruturas públicas de saúde;

A promoção, nomeadamente no âmbito de ações desenvolvidas pelas Unidades de Saúde de Ilha e pela Saúde Escolar, de ações de informação e esclarecimento acerca da utilização e variedade dos produtos de recolha menstrual existentes.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz, por via desta iniciativa, a discussão de uma matéria que consideramos que é pertinente, é atual e que à qual estamos sensíveis e que nos deve, claro, convocar a todos para a promoção da saúde da mulher, nomeadamente para a promoção da saúde menstrual.

E, claro, é uma matemática que não pode nem deve ser tabu na sociedade, inclusive também na nossa.

As questões que se colocam quanto à pobreza menstrual são ou poderão ser, eventualmente, a vários níveis, desde a nível psicológico, a nível social, a nível de saúde.

E a verdade é que existem vários estudos a nível mundial sobre esta temática. No próprio preâmbulo da iniciativa são mencionados, são referenciados esses estudos, desde o Quénia, à Escócia, à Nova Zelândia, entre outros.

E, claro, entendemos que há um caminho a fazer naquilo que é o acesso à informação, naquilo que é o acesso à sensibilização destas questões.

A nossa reserva quanto a este diploma é do ponto de vista de não existir uma

avaliação, um diagnóstico desta realidade na nossa Região e estarmos aqui a transpor aquilo que é a realidade noutros países, uma realidade à escala mundial, estar a transpor para a nossa Região algo que não temos esse conhecimento, o que é o universo dessa realidade na nossa Região. Parece-nos que é importante esse levantamento, esse diagnóstico, esse levantamento de necessidades, para que, também, as medidas a adotar sejam operacionalizadas da forma mais adequada, dando a resposta efetiva e necessária a este tipo de problemática. Por isso, parece-nos, essa é a nossa reserva.

Hoje em dia, na nossa Região, quais são as maiores dificuldades? São entre os jovens? São entre as mulheres em idade adulta? São mulheres adultas carenciadas? São mulheres adultas, onde o acesso à informação não chega? Deverá ser esse acesso gratuito de forma generalizada, dirigido a esse público-alvo, por via das escolas, por via das próprias associações, no caso de serem mulheres com necessidade?

Eu não digo um estudo, digo um diagnóstico, para sabermos onde deveremos aplicar as medidas, porque a verdade é que existem estudos, efetivamente, e uma análise de vários países, mas até que ponto é que nós sabemos qual é a realidade efetiva desta problemática na nossa Região?

Também no próprio trabalho em Comissão e também daquilo que foram as audições, os pareceres, até o nosso, também, trabalho junto das comunidades, a verdade é que percebemos, primeiro, que há um trabalho que já é desenvolvido nestas questões entre a Saúde Escolar e as unidades de saúde de ilha, e isso parece-nos, também, de todo, importante. Em várias escolas também até existe um trabalho entre os executivos e as associações de escolas. E também o trabalho até promovido pelos jovens nas associações de escolas. Foi exemplo, até no próprio parecer da Escola Básica e Secundária das Velas, que a associação tem pontos de recolha de pensos higiénicos nas casas de banho femininas. Por isso, há aqui esse trabalho que também nos parece que é de relevar e de salientar.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas também temos pareceres de escolas que dizem que não identificaram essa necessidade.

Por isso, o que nos parece é que é importante definir o público-alvo que necessita desse apoio, qual é esse público, efetivamente, na nossa Região, para que, também, a resposta seja adequada.

E o que move o Bloco de Esquerda a apresentar esta iniciativa no âmbito da pobreza menstrual, também esse desiderato não seja desvirtuado, porque não estamos a conseguir aceder exatamente às pessoas que precisam.

Consideramos que esta deve ser uma distribuição que deve ser ajustada, deve ser de forma planeada, regular, organizada.

E parece-nos que o primeiro passo, sem dúvida, é conhecer qual a realidade desta pobreza menstrual na nossa Região.

**Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos perante um documento, um diploma do Bloco de Esquerda que estabelece, inclusivamente, comparações com países que, de facto, estão já no século XXI nessas matérias e em outras matérias.

Eu lamento informar a Câmara que, nos Açores, infelizmente, nas nossas escolas ainda falta é papel higiénico nas casas de banho das criancinhas. E quando começamos a falar destas coisas muito contemporâneas, extraordinárias, que já se

fazem na Irlanda, que já se fazem na Islândia, que já se fazem na Noruega, na Dinamarca e por aí fora, esquecemo-nos que, infelizmente, na nossa Região, ainda estamos no século XIX. Não há papel higiénico nas casas de banho das escolas para as criancinhas.

**Deputado José Pacheco (CH):** Nem um carrilho!

**O Orador:** O carrilho era no século XIX.

Mas, mais, ainda em 2021, há quase um ano e meio, aprovamos, nesta Casa, a disponibilização dos copos menstruais gratuitos para todas as mulheres. Não foi preciso estudo, não foi preciso saber se era necessário.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Porque era do PAN. Como era do PAN é a sério!

**O Orador:** E se visitarem os Diários das Sessões, perceberão os argumentos utilizados na altura. E não é porque era do PAN, não é porque era da Iniciativa Liberal ou porque era do Chega ou do Sr. Deputado independente ou do CDS, era por uma questão de estarmos perante uma situação *win-win*, era uma disponibilização de um meio gratuitamente às mulheres e...

**Deputado António Lima (BE):** E o orçamento passava!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** E um ganho ambiental!

**O Orador:** ... um ganho ambiental. Ora aí está. E este é que é o grande argumento. Essa proposta que nos traz aqui o Bloco de Esquerda vem introduzir um revés naquilo que foi a nossa iniciativa aprovada, apresentada pelo PAN. Essa sim, essa proposta do Bloco de Esquerda é muito mais retrógrada do que aquela que nós aprovamos aqui há cerca de um ano e meio e que foi apresentada pelo PAN.

E é nesse sentido que a Iniciativa Liberal vai votar contra essa iniciativa do Bloco de Esquerda.

**Deputada Vera Pires (BE):** Para não faltar papel higiénico nas escolas?

**O Orador:** Primeiro, porque há muitos outros passos a dar nas nossas escolas antes desse. Nem sequer é preciso fazer estudos, estão entrando pela nossa cara dentro todos os dias, basta ir às escolas. E, além disso, entendemos que esse seria

um retrocesso naquilo que aos ganhos ambientais diz respeito e que aprovamos aqui há um ano e meio.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda nunca nos dececiona, nunca. Sob o manto de algo, enfim, tecnicamente bem... Eu não consigo dizer isso sem rir. Eles trazem-nos aqui uma coisa que é confundir saúde menstrual com higiene. E confundiram, confundiram claramente. Compararam África com os Açores ou os Açores com África. Há aqui uma confusão clara. Então, há meninas... Eu tenho uma filha de 14 anos. Há meninas que não vão à escola porque tem vergonha?! Desculpe, alguém em casa acredita nisto? Algum açoriano acredita nisto? Alguém acredita nisto? Agora, que podem ter uma desculpa para não ir à escola, podem. Agora, alguém acredita nisto? Nunca nos dececiona o Bloco de Esquerda.

E, depois, a distribuição... Até, sim, senhor, distribuir lá... Mas, primeiro, que não seja o carrilho e seja o papel nas casas de banho. Pronto. Isso até aceito.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Chega!

**O Orador:** Agora, é a mesma achega, senhora! Qual é o seu problema? A senhora ainda não se acostumou? Acostume-se, se faz favor!

Agora, fazer disto, outra vez, mais uma bandeira para os tais, que gastam muito dinheiro. São muito pobres... Para quê? Para comprar o novo iPhone? Para gastar noutras coisas? Os senhores não andam nos supermercados como eu ando! Os senhores não andam! Os senhores andam a fingir que andam! E vêm aqui com uma proposta que compara o incomparável, que é, no fundo, dar mais um apoio social aos tais, aos tais que todos nós sabemos, aos tais, porque eles, coitadinhos, nem saem de casa porque não têm dinheiro para comprar os pensos higiénicos. É

isso que foi dito aqui!

E, mais, eu também gostava de saber o que é que é a igualdade de género... Vão distribuir lâminas de barbear? Bom, nós estamos dispensados. Vão também aos homens? Também vamos ter lâminas de barbear, creme para a barba, champô para o cabelo? Também vamos ser sérios com isso! O que é que estamos aqui a falar? Então, isto é uma falta de seriedade! É dizer aos açorianos: olha, a partir de agora, vamos pagar aos pobrinhos que não saem de casa os pensos higiénicos. Olha, vejam lá se concordam com isso.

**Deputado José Contente (PS):** Isso é muito mau!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(\*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Bloco de Esquerda nunca dececiona o Chega. Por outro lado, o Chega dececiona sempre o Bloco de Esquerda.

**Deputado Berto Messias (PS):** Dececiona a democracia e o progresso!

**A Oradora:** Não nos surpreende, mas dececiona cada vez que o Sr. Deputado José Pacheco abre a boca.

**Deputado Berto Messias (PS):** Vergonha alheia, Sr. Deputado José Pacheco!

**A Oradora:** E, portanto, quanto a isso, penso que estamos conversados.

Em relação a alguns esclarecimentos que eu penso que terão interesse em ser dados, quando o CDS nos fala aqui da necessidade de um diagnóstico, da necessidade da avaliação das necessidades, eu acho que, antes de avançar para esses estudos, para essa recolha de informação, podemos fazer uma conta muito básica, pegando nos números de que eu falei e que não foram inventados por mim, e pensamos: 9,5 euros (agora, daqui a três meses, com a inflação, é bem provável que seja mais) por mês para uma mulher, uma casa com três mulheres que menstruam, 350 euros por ano. Qual é o vencimento médio dos açorianos? Esta

despesa é significativa, ou não é significativa? É, em muitos casos. Portanto, não precisamos de mais estudos.

E quando falamos dos pobrezinhos, dos coitadinhos...

**Deputado José Pacheco (CH):** Foi o que a senhora disse, que são para os coitadinhos!

**A Oradora:** ... e somos mais ou menos acusados de querer comparar os Açores com o Quênia, nós tentamos sempre comparar os Açores com o Quênia, mas tentamos sempre comparar os Açores com a Escócia, com a Nova Zelândia, com a Inglaterra. Comparar os países, comparar realidades.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** A sério? Nós pensávamos que era mais com a Venezuela e com a Albânia!

**A Oradora:** E, por exemplo, na Escócia, os produtos de recolha menstrual distribuídos gratuitamente não são para coitadinhos, não são para aqueles que o Chega adora referenciar como “os tais”, são para todas as mulheres que deles precisem. E é esse o princípio que nós defendemos.

Quando o Sr. Deputado Nuno Barata nos diz, e com razão, que há escolas onde às vezes falta o papel higiénico, o que nós contrapomos é que, quando falta o papel higiénico, qualquer criança, do ensino básico à universidade, tem à-vontade e capacidade para se dirigir a alguém e dizer: não há papel higiénico aqui na casa de banho, e nós precisamos. Quando falta um penso ou um tampão, são muito menos as raparigas e as mulheres que se sentem à vontade neste momento. E não sabem a quem o poderiam pedir, não têm neste momento a quem o pedir na escola ou no centro de saúde: não há pensos, e eu preciso de um penso.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Na escola há!

**A Oradora:** E, portanto, a questão é esta: a possibilidade de distribuição gratuita. Não vamos passar com uma carrinha a distribuir pelas casas todas estes produtos. Queremos tê-los disponíveis para quem precise, nas escolas, nos centros de saúde. Tal como já há disponibilização nos centros de saúde de contraceptivos, de

preservativos, sem ter sido feito um estudo para saber quantas pessoas os irão eventualmente querer utilizar e, portanto, quantos precisarão de ser comprados por escola ou por unidade de saúde, também nos parece que a disponibilização gratuita é fácil de implementar. E pode ser seguido o modelo, que nós não sabemos ainda qual é porque não está na prática a acontecer, mas o modelo que eventualmente venha a ser utilizado para adquirir e distribuir, quer os copos menstruais (já aprovados aqui), quer também as cuecas menstruais, propostas pelo PAN e aprovadas para o Orçamento de 2023, podem, perfeitamente, utilizando a mesma lógica de aquisição, de distribuição e sem a necessidade de tantos estudos, diagnósticos, levantamentos, como não foram efetuados porque não eram precisos para a distribuição de copos menstruais e cuecas menstruais, é perfeitamente possível alargar o leque de produtos, com possibilidade de serem distribuídos.

Uma última nota, para já, em relação à posição do Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, que diz que é um retrocesso. Nós pensamos que retrocesso é querer obrigar todas as mulheres a deixar de usar o produto Y para passar a usar o produto Z. Nós achamos que deve ser feito um caminho e apontamos isso no documento que está agora em análise, deve ser feito um caminho no sentido da sensibilização e da disponibilização de produtos reutilizáveis, como são as cuecas menstruais, como são os copos menstruais.

E eu desafiaria as mulheres que menstruam nesta Assembleia a dizer quantas delas utilizam neste momento copos, quantas delas utilizam neste momento cuecas menstruais e quantas delas utilizarão os métodos mais tradicionais de recolha, os pensos e os tampões.

E, portanto, enquanto o que é muito mais alargado em termos de uso deve já, do nosso ponto de vista, ter a possibilidade de chegar àquelas pessoas que não têm poder económico ou têm dificuldade e pouca capacidade para os comprar, fazendo, sempre, ao mesmo tempo, um trabalho de sensibilização, de promoção e de explicação de como é que se devem utilizar estes outros produtos mais amigos

do ambiente e, portanto, que vão substituindo os produtos tradicionais e descartáveis.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Permitam-me que, antes de mais, enderece um cumprimento e dê as boas-vindas à Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, Dra. Mónica Seidi. Já tivemos a oportunidade de trabalhar juntos em outras circunstâncias, nomeadamente no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Penso que qualquer um de nós, na sua área, desenvolveu um bom trabalho. E faço votos que, agora, nestas novas funções, possamos fazê-lo também de igual modo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

A iniciativa que o Bloco de Esquerda nos traz encara uma realidade que penso que qualquer um de nós não pode nem deve negar, que é a pobreza menstrual.

A saúde menstrual é um direito. A promoção da saúde menstrual é um dever dos decisões políticos e de quem governa.

Como muito bem refere o Bloco de Esquerda, é, ainda, infelizmente, e como podemos estar a assistir, um assunto tabu. E em boa hora, o Bloco de Esquerda nos traz esta iniciativa, para podermos, aqui, discutir abertamente esta matéria.

Na semana em que se assinalou o Dia da Mulher, para lá da comemoração de um dia importante, importa também refletir, discutir, propor, analisar aquilo que pode melhorar o dia e os dias de cada mulher. E é isso que, efetivamente, nos propõe o Bloco de Esquerda com esta iniciativa, combater e debelar a pobreza menstrual, agindo naquilo que a fomenta, na vergonha de falar do assunto, na falta de acessibilidade aos produtos de saúde menstrual.

Neste sentido, consideramos que a iniciativa que o Bloco que traz tem todo o

propósito, tem todo o mérito, recebeu os pareceres favoráveis também das entidades que foram ouvidas na Comissão de Assuntos Sociais. E, portanto, no nosso entendimento, não suscita qualquer dúvida ou qualquer questão relativamente a esta matéria.

Muitos dos argumentos que aqui foram aduzidos, no nosso entendimento, não fazem qualquer tipo de sentido, nomeadamente a questão colocada pelo CDS-PP, de definirmos um público-alvo. Eu questiono o CDS-PP: qual é que é o público-alvo que foi definido quando se decidiu implementar a distribuição gratuita de contraceptivos nas unidades de saúde?

E, portanto, falsos argumentos, para apenas e só contrariar uma iniciativa de um Bloco de Esquerda ou de um Partido Socialista, efetivamente, só trazem malefício para quem necessita, neste caso para todas as mulheres que necessitam e que vivem nesta realidade enferma da pobreza menstrual e que, como eu disse, cabe aos decisores políticos e cabe a quem nos governa, efetivamente, combater e debelar.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio, é público, que sabem à partida que o PAN teve uma medida, em 2021, relativamente aos copos menstruais. Esta iniciativa não substitui, obviamente, os copos menstruais, tanto porque não falam sequer de quais são os produtos que nós estamos a falar, falam como um todo. Podem ser produtos que sejam habituais,

podem ser os produtos mais comerciais existentes do mercado. Não diz isso. Mas pode, obviamente, complementar, porque nós, obviamente, fomos específicos no Orçamento. É apenas um único produto, o qual nem todas as mulheres estão confortáveis em usar. Nós temos, obviamente, essa noção. Esta iniciativa não tem a ver com a medida do PAN. São coisas completamente diferentes.

Temos também uma medida neste Orçamento, que também foi aprovada, que são as cuecas menstruais. Mais uma vez, amiga do ambiente também. Mas não quer dizer que todas as mulheres estejam confortáveis em usar. Isso é mais que óbvio. Nós estamos a dar uma escolha.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não vamos discutir marcas e modelos!

**O Orador:** É uma escolha gratuita, obviamente, dentro dos centros de saúde, para quem quiser requisitar.

Realidade? A realidade é que o Orçamento em 2021 foi aprovado, mas nunca foi implementado. Existir ou não existir é a mesma coisa, porque, se uma menina ou uma senhora for ao centro de saúde, não tem um copo menstrual gratuito, porque não foi pedido pelo Governo.

Obviamente que a Sra. Secretária da Saúde, que está há pouco tempo, tem essa oportunidade de ouro de agarrar na medida do PAN, que foi aprovada nesta Casa por, presumo, unanimidade, e, obviamente, implementar de uma forma extremamente célere.

Continuo a dizer que esta iniciativa, o PAN, obviamente, vai aprovar... vai votar a favor. Era bom que fosse aprovado, mas, pelos vistos, estamos aqui a ter um problema, não sei se é de género ou de outra coisa qualquer.

Também falo, obviamente, que os Açores não estão no século XXI e que não somos, obviamente, do primeiro mundo, somos do terceiro mundo. Mas eu tenho dois tipos de comparação para quem disse também, como a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse, que não podemos verificar esta realidade açoriana e regional como em alguns países. Mas nós temos, por exemplo,

Île-de-France, é regional e tem essa medida gratuita. Temos também, e para responder ao Sr. Deputado do Chega, o Quénia. No Quénia é gratuito. No Botswana é gratuito. Por isso, podemos comparar também os países que não são terceiro mundo. África do Sul é gratuito. No Uganda é gratuito. Na Zâmbia é gratuito. E continuo a dizer, para todos os açorianos e açorianas também ouvirem, estamos a falar de países que não são do primeiro mundo. E espero que nos Açores, pelo menos na realidade mental de cada um, estejamos um pouco mais à frente do que estes países que eu estou a dizer.

E poderei também dizer outros estados e regiões: Illinois, Washington (estão mais à frente que nós, obviamente), Nova Iorque, New Hampshire, Virgínia. Temos vários exemplos, tanto de países que estão um pouco mais à frente em termos tecnológicos e em termos também de pensamento político ou pensamento societal, mas também demonstrei que temos países que são exatamente o oposto dos Açores, que fazem isto apenas por uma razão, não é apenas por problemas em termos políticos ou problemas em termos sociais ou problemas tabus, é apenas e unicamente porque há mulheres que não têm a mesma disponibilidade financeira para algo que não podem controlar. Isto é extremamente simples.

E eu, como homem, falar sobre isto e tentar explicar um bocadinho, até me sinto um pouco mal de ter outros Deputados (homens) a tentar explicar uma coisa e a querer votar contra, quando, à partida, não têm esta situação, a qual não pode ser controlada. Comparar isto com a barba, meus amigos, estamos mesmo no fundo. Estamos mesmo no fundo.

Para explicar e vou, obviamente, repetir, isto não é a mesma coisa do que as medidas que o PAN inseriu, tanto em 2021, como em novembro do ano passado, para o Orçamento deste ano. E, também, o Bloco de Esquerda não diz neste Projeto de Resolução se são escolhas que são amigas do ambiente, se são outras escolhas, mas acredito, obviamente, que isto, depois, será algo que o Governo tem que decidir, qual é a disponibilidade em termos de produto que vai ser dada.

Agora, uma coisa é certa, há esse problema nos Açores. E vamos ser sinceros, não vamos precisar de um estudo para saber quem é que precisa disto, por favor.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(\*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo. Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta-nos aqui uma recomendação ao Governo para a distribuição de produtos de saúde menstrual em todas as escolas e centros de saúde, também inclui aqui as reclusas e as pessoas socialmente excluídas, justificando que é uma dificuldade o acesso aos serviços de saúde para estas duas populações.

É uma iniciativa bem intencionada, mas que apresenta um panorama enganador da realidade, traça-nos um cenário de pobreza menstrual, de crianças que faltam à escola porque não podem comprar os produtos, de mitos e de preconceitos sobre a menstruação. Referem que o acesso ainda é um privilégio de alguns e que ainda há muita vergonha em falar em menstruação.

Ouvindo o Bloco, realmente, parece que nós estamos num país do terceiro mundo. Tal não acontece, na realidade, nos Açores. Ora, vejamos: aquilo a que se chama de pobreza menstrual não se cinge apenas à falta ou à incapacidade de comprar os produtos, inclui também a falta de acesso a água e a saneamento, as condições habitacionais para a privacidade e para a higiene íntima, também a lavagem dos produtos e esterilização dos produtos reutilizáveis, assim como a falta de conhecimento sobre os vários tipos de produtos que podem existir, bem como a baixa literacia sobre os produtos e sobre educação sexual. São todos esses fatores que contribuem para a chamada pobreza menstrual.

Nos Açores, não há estudos nem dados que nos digam que, efetivamente, existe este tipo de pobreza. Felizmente, não temos famílias a viver na rua. Pergunto em

que dados é que o Bloco se baseia para afirmar tal. Foi em outros países ser terceiro-mundistas, outras culturas?

Relembramos alguns pareceres ouvidos em audição. A Associação para Planeamento Familiar e de Saúde Sexual e Reprodutiva deu ênfase à formação, à baixa literacia em saúde, à falta de conhecimento sobre os produtos. Salientam a necessidade de se falar sobre sexualidade, menarca, puberdade, enfim, e sobre todos os produtos, essencialmente para desmistificar preconceitos. Também falou sobre a preocupação em relação ao meio ambiente e à pegada ecológica de alguns produtos, dando ênfase à utilização dos produtos reutilizáveis. Também falou sobre a necessidade de fazer, e isto foi bem enfatizado pela senhora que ouvimos, um levantamento das necessidades antes da distribuição, pois nem todas as pessoas, embora algumas já têm apoios, irão precisar dos produtos e nem todas podem usar o mesmo tipo de produto. Portanto, teremos que ter atenção à distribuição com equidade social.

Os pareceres das escolas, se bem se lembram, quase todos foram favoráveis, embora duas tenham dito que era irrelevante ou que ainda poderia trazer alguns problemas ao nível de distribuição ou mesmo até de desvios. Falaram em questões de justiça e de igualdade social na distribuição, na preocupação com o meio ambiente e com a pegada ecológica, com a educação para a saúde. E nisso foram bastante reivindicativos, relacionando com o corpo, com a sexualidade, com a menarca, com a higiene e com os vários tipos de produtos ao dispor.

A própria FAPA realça que, mais do que fornecer material, há que educar os jovens e as famílias mais excluídas para a saúde e a prevenção de riscos.

Derrubar preconceitos é preciso, sem dúvida, derrubar mitos. Não se resolve somente com a distribuição de produtos, mas, sim, através da educação e da formação. O caminho está a ser feito. E lembro: nas escolas já se iniciou, há muitos anos, as aulas sobre sexualidade; a existência do Gabinete da Saúde Escolar; a criação do Programa de Atividades em Saúde Escolar, onde as equipas

trabalham de forma organizada as temáticas do corpo humano, tendo em conta o ciclo de crescimento, a puberdade, a menarca, a sexualidade, as relações sexuais, etc.

São passos muito importantes para a mudança de mentalidades e alteração de comportamentos. A sociedade atual está, sem dúvida, mais informada, tem mais acesso a meios de comunicação e de informação, principalmente os jovens. Mas a verdade é que também não nos devemos esquecer do direito à privacidade, ao respeito pelo nosso corpo e pela nossa intimidade.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** Tem tudo a ver!

**A Oradora:** Isso não significa, propriamente, que tenhamos vergonha de falar do assunto, mas não temos que nos expor e falar constantemente sobre menstruação ou se estamos ou não menstruadas.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é uma visão do Estado Novo!

**A Oradora:** A menstruação não é uma escolha, ainda bem que não, assim a biologia o defende.

É um orgulho ser menstruada, significa que, no futuro, poderemos ser mães, mães no sentido biológico.

**Deputada Ana Luís (PS):** Ó Sra. Deputada, pelo amor de Deus! Vamos ser todas mães agora!

**A Oradora:** Mas, em relação a esta proposta, devemos, sim, apoiar, mas quem mais precisa, de uma forma planeada e organizada, evitando injustiças ou desvios. Passa, efetivamente, por aferir as reais necessidades de cada um e, depois, sim, partir para uma distribuição gratuita, organizada e equitativa, evitando desvios ou desperdício. Aliás, foram essas as preocupações verbalizadas.

Mas, respondendo à Sra. Deputada Vera, ainda na passada terça-feira, nós visitamos uma escola, em que, precisamente, tive a preocupação de perguntar

sobre este assunto, e os diretores referiram-nos que 90% dos alunos daquela escola têm, efetivamente, apoio social escolar e que não têm história de haver faltas às aulas por não terem como comprar os pensos. Aliás, a própria escola, e eu posso dizer aqui abertamente porque foi a minha filha que lá esteve, a Escola Domingos Rebelo também tem, para situações do dia a dia, imprevistas, pensos ao dispor das alunas.

Em relação aos contraceptivos e dando resposta, penso que foi o Sr. Deputado Tiago Lopes, isso é que nós não devemos comparar de maneira nenhuma, porque, quando, felizmente, se dispôs gratuitamente os meios contraceptivos à população, foi essencialmente, quanto ao preservativo, para prevenir numa fase muito complicada em que nós tínhamos as doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a SIDA, ...

**Deputado António Lima (BE):** Ah, já não temos, é isso?

**A Oradora:** ... e para questões de planeamento familiar.

Disse.

**Deputada Délia Melo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu e o Sr. Deputado Gustavo Alves fazemos sempre a divisão dos temas. O Sr. Deputado Gustavo Alves não está. Era ele que tinha esta matéria sob a sua responsabilidade.

**Deputado José Ávila (PS):** Também tinha o SIFROTA!

**O Orador:** Portanto, como ele não está e como desde sábado que não passa um avião nas Flores – estamos na sexta-feira, vejam bem a situação que afeta o Grupo Ocidental, neste caso específico as Flores, para se ver as circunstâncias extraordinárias que afetam as Flores nesta época do ano, também, não só em relação aos transportes aéreos, como aos transportes marítimos, que é realmente uma situação extremamente difícil –, portanto, temos esta situação. Não só o Sr. Deputado Gustavo Alves, também os Srs. Deputados que integram as bancadas do PSD e do Partido Socialista.

Eu devo dizer que a última vez, quando foi aqui discutida a questão que o Sr. Deputado do PAN trouxe, dos copos menstruais, se repararam bem, existiu uma série de comentários, gente que considerava que isto não era uma temática digna de ser discutida no Parlamento e que é a degradação total do Parlamento neste momento.

Estava nas redes sociais. O Sr. Deputado não lê as redes sociais? As redes sociais estavam cheias de insultos ao Parlamento dos Açores por estar a discutir este tema, que não dignificava o Parlamento dos Açores. Este e muitos outros.

Pois, eu acho que só dignifica o Parlamento dos Açores nós discutirmos aqui aqueles que são os problemas reais das pessoas, aquelas que são as questões que nós temos que resolver, aquelas que são as questões que afetam o cotidiano das pessoas. Um Parlamento que só aqui discute os grandes assuntos de Estado é um Parlamento que não serve as pessoas, é um Parlamento que não procura resposta para os problemas reais que as pessoas enfrentam. Portanto, não tenho nenhum problema em discutir esta temática. E até considero que é um tema relevante que deve ser discutido.

Também acho, deixem-me dizer, sem querer colocar nenhuma leveza no discurso que a seguir vou aprofundar, que é injusto que se diga, sendo um problema que afeta gravemente as senhoras, algumas senhoras, porque é doloroso, é um processo que pode ser doloroso, causa desconforto, mas também para muitas

senhoras e jovens é doloroso, é preciso que se faça essa referência, que todos nós sabemos, mas não é um problema exclusivamente das senhoras, porque nós, homens, também nos apercebemos desta questão. E também é uma questão que acaba por ter reflexos evidentes também para os homens, no sentido que, obviamente, nós percecionamos esta questão. Todos os meses percecionamos esta questão.

O que eu considero é que é muito importante que se encontre uma resposta razoável para resolver esta questão.

Em primeiro lugar, nós votamos favoravelmente a proposta que o PAN aqui apresentou, dos copos menstruais, que tem que ser, obviamente, uma medida que tem que ser implementada no terreno. É importante. É muito importante.

Algumas das críticas que aqui... algumas das críticas não, algumas das referências que foram feitas no âmbito da Comissão referem o problema, referem questões, de facto, ambientais, mecanismos que se podem reutilizar. Não podemos é generalizar, porque isto tem que ser sempre uma escolha livre da mulher, tem que ser sempre uma escolha livre, mas que se deve insistir em soluções deste tipo.

E, portanto, nesse sentido, a proposta do PAN é uma proposta muito válida, que acompanhei. Continuo a considerar que é importantíssimo que seja implementada.

E considero também que tem razão quem, no âmbito da Comissão, considerou que este assunto deve ser estudado. Nunca é nenhuma solução dizer: vamos tornar tudo gratuito e vamos implementar assim. Não, em todas as questões temos que ter consciência social, temos que administrar bem os recursos que temos. Para que se chegue a determinadas áreas, há outras... Porque isto é uma manta, o Orçamento.

Eu, nesta legislatura, também tenho percecionado aquilo que são as dificuldades de chegar a tudo. São muitas dificuldades. São muitas frentes de batalha a que é preciso chegar e o dinheiro não estica. É preciso chegar a várias para que se faça

uma medida universal. Eu votaria já a favor de medidas universais em tantas coisas. E tudo o que eu pudesse dar, eu dava já, se fosse da minha responsabilidade, se fosse o meu dinheiro, se fosse aquilo que eu pudesse fazer, mas este é um Orçamento que tem que ser gerido com responsabilidade no sentido de chegar a outras áreas que são igualmente fundamentais. Porque dizer-se que vamos dar tudo a todos, isso é pura demagogia, não é possível. Há recursos finitos. Se os recursos são finitos, então temos que acorrer a várias prioridades.

É, ou não é, uma prioridade que as meninas e as senhoras que não têm acesso e que, realmente, pelas dificuldades económicas que enfrentam, também para elas é difícil fazer a aquisição destes produtos relacionados com a menstruação? É, ou não é, importante que se chegue a todos aqueles que necessitam e que é necessário ajudar nestas circunstâncias? É. Todos os que não têm o acesso a estes produtos e que têm dificuldade em adquiri-los. Todos eles. Temos que chegar a toda a gente. Temos que chegar a todos aqueles que têm dificuldades, a todos os que têm dificuldades.

Agora, há situações diferentes. Nós temos que garantir que quem tem outro nível de vida, quem tem outras condições, evidentemente, tem que ser diferenciado. É assim que nós fazemos em tudo. Por isso é que há apoios que têm que ter em conta esta questão muito importante, a questão da justiça social, porque não podemos abandonar outras prioridades para privilegiar uma determinada medida. Temos é que conseguir focalizar, saber, conhecer, ver o problema, analisar e preparar respostas focalizadas, para que todos aqueles que não têm essa possibilidade, todas as senhoras, todas as meninas que não têm essa possibilidade, nós temos que chegar a todos esses casos.

Concordo com o Bloco de Esquerda nessa matéria.

**Deputado António Lima (BE):** Mas vai votar contra!

**O Orador:** Não concordo é que se faça aqui uma medida de carácter universal, para a qual há um conjunto de recursos que têm que ser alocados e que não têm

em conta a justiça social e aquela que é a hierarquia de prioridades.

Portanto, a medida, tal como está, tem, na minha perspetiva, essa fragilidade. Não deixo de reconhecer que é um tema importante que se discuta aqui. É importante que se discuta, mas, na minha opinião, não está suficientemente detalhado, não está suficientemente formalizado. Na minha opinião, é essa a questão que eu aqui coloco.

Sr. Deputado António Lima, não fique já assim... Fica sempre zangadíssimo quando não se concorda com V. Exa. O Parlamento é isto, o senhor tem a sua opinião, eu tenho a minha opinião...

**Deputado António Lima (BE):** O senhor não faz apartes?

**O Orador:** E nós temos que respeitar as opiniões uns dos outros, que isso é que é a democracia e isso é que são os princípios democráticos que é importante que prevaleçam sempre.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, eu prescindo a favor da Agenda.

**Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu agradeço.

Sra. Deputada Vera Pires, que não prescinde a favor da Agenda.

(\*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu não prescindo, porque isto faz parte da Agenda. E a ideia de aqui estarmos reunidos é precisamente para debater os diferentes assuntos da Agenda. Se ainda vamos no ponto n.º 10, não é por culpa da distribuição de produtos de recolha menstrual.

Comentando a intervenção da Sra. Deputada Ana Quental, eu gostaria de juntar alguma informação àquela que a Sra. Deputada aqui disponibilizou, em relação, por exemplo, à audição em Comissão da Associação para o Planeamento Familiar e Saúde Sexual e Reprodutiva. E as mesmas pessoas que ouvimos em Comissão

e que disseram, efetivamente, tal como a Sra. Deputada aqui confirmou, que são precisas ações de sensibilização, que são precisas ações de informação, disse também que faz todo o sentido e que acolhe positivamente a proposta da distribuição gratuita. Portanto, quando se pega numa informação e se transmite só o bocadinho que nos convém, não me parece que seja a melhor maneira de apresentar a questão.

Depois, dou um exemplo à Sra. Deputada Ana Quental e aos restantes colegas, dou um exemplo de alguém que não tenha acesso a água corrente com facilidade, que não tenha acesso a instalações sanitárias com facilidade, pense, por exemplo, numa mulher sem-abrigo. Não há nos Açores? Não há nos Açores? É porque, quando nos diz que a proposta feita pelo Bloco... não terá usado esses termos, mas estará deslocalizada, digamos assim, porque aqui não se verificam essas situações. E disse-nos: o Bloco de Esquerda que nos diga em que é que se baseou para dizer que há pobreza menstrual nos Açores ou que pode haver pobreza menstrual nos Açores. Eu digo-lhe, respondo-lhe com este exemplo. As condições de habitabilidade dignas, a possibilidade de intimidade, a existência de espaço nas habitações para cada uma das mulheres, todos os aspetos que a Sra. Deputada Ana Quental elencou como tendo que ter resposta negativa para se considerar que há pobreza menstrual, todos eles se verificam. Não precisamos de mais estudos. E, pelos vistos, até já fizeram estudos. Parte das afirmações que a coligação aqui tem feito parece que já se fundamentam nos estudos, que ao mesmo tempo acham que são precisos.

E eu volto, não é à “vaca fria”, mas ao ponto inicial: que estudos foram precisos para que a coligação, para que os partidos do Governo aprovassem a proposta do PAN, aqui apresentada, e que nos parece que faz todo o sentido, dos copos menstruais? Qual é o público-alvo que foi definido? Como é que se chegou à conclusão que era possível e era desejável, uma vez que a medida passou, avançar com a distribuição gratuita, nos centros de saúde, dos copos menstruais?

Ora o que nós propomos é alargar o conjunto de produtos que podem e devem, no nosso entender, ser disponibilizados nas unidades de saúde e também nas escolas. E, portanto, todos e quaisquer estudos, levantamentos e elaboração de diagnósticos que foram, com certeza, feitos pelas bancadas que suportam este Governo e que serviram para a aprovação, quer da medida de distribuição gratuita, nos centros de saúde, dos copos menstruais, quer da medida para distribuição gratuita das cuecas menstruais reutilizáveis nas unidades de saúde, esses mesmos dados são válidos e serão válidos para a distribuição gratuita de, além desses, outros produtos menstruais, outros produtos de recolha menstrual.

Portanto, ontem, o Sr. Deputado Joaquim Machado acusava o Bloco de Esquerda de...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Acusava o Bloco de Esquerda?!

**A Oradora:** Acusava. Acusava. Mas não tem mal. Acusava o Bloco de Esquerda de votar sistematicamente contra as propostas da coligação por serem da coligação. E disse isto imediatamente antes de uma proposta apresentada pela coligação ter recebido o voto favorável do Bloco de Esquerda, o que não deixa de ser engraçado.

Aquilo a que assistimos agora é a tentativas um pouco... eu sou canhota, não queria dizer canhotas, mas um pouco desastradas de tentar inventar argumentos para não aprovar uma proposta.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** É o preconceito!

**A Oradora:** Por que razão? Porque foi apresentada pelo Bloco de Esquerda.

E a quem diz, como já foi dito aqui, que esta proposta é demasiado vaga, depois de termos ouvido os argumentos que aqui foram apresentados ontem em relação a uma ou outra Proposta de Projeto de Resolução, que se referia à criação de um apoio monetário e que foi aprovada pelas bancadas que suportam este Governo, é risível que agora seja apresentado como argumento para não acompanhar esta iniciativa o facto de ser demasiado vaga, porque está bem explicado o que é que

propomos fazer e onde é que propomos que isso seja feito. E eu relembro: distribuição de produtos de recolha menstrual (copos, cuecas, pensos, tampões). Todos os produtos que estiverem disponíveis para recolha menstrual, distribuição desses produtos nas escolas e nos centros de saúde. Nos centros de saúde, à semelhança do que já é feito com os contraceptivos, por exemplo. Distribuição nas escolas, para além do papel higiénico, que concordamos com o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, deve ser disponibilizado sempre em todas as escolas e em todos os serviços públicos.

E, portanto, a nossa proposta é tão simples quanto isto: alargamento da distribuição gratuita, já aprovada por esta Assembleia, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** É exatamente o sentido contrário!

**A Oradora:** ... dos copos e das cuecas menstruais, que ainda não foi cumprida, mas temos esperança que venha a ser, porque este Parlamento é suposto servir para isso mesmo, para aprovar coisas que depois saiam do papel. E, portanto, distribuição alargada, para além dos produtos que já foram aqui aprovados nesta Assembleia, alargamento a outros produtos para o mesmo fim, porque nem todas as mulheres usam a mesma coisa, nem todas as mulheres se sentem bem com o mesmo produto para este fim. E, para além disso, aquilo que foi apresentado como tão importante até pela Sra. Deputada Ana Quental, que é a sensibilização, a informação. E que faz parte da nossa proposta.

Portanto, com este conjunto de argumentos, não vejo outra forma que não seja uma incoerência absoluta... e a tal vontade que o Sr. Deputado Joaquim Machado ontem dizia, mas ao contrário, que é não aprovar porque é do Bloco, a não ser por esta razão, e esta, sinceramente, não é razão, eu não vejo justificação para não aprovar esta proposta, aqueles mesmo que aprovaram propostas neste sentido, sem definição prévia de público-alvo, sem estudo comprovado no terreno, sem o problema da universalidade ou da falta dela.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(\*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu também não vou prescindir. Esta é uma iniciativa como outra qualquer, agendada para o nosso Plenário e, como tal, deve ser discutida e debatida enquanto para isso houver intervenções.

Sra. Deputada Ana Quental, a menstruação é uma condição biológica das mulheres, ponto. Não é uma alegria para podermos ser mães. Desculpe, mas a condição de mulher não é igual à condição de ser mãe.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, Sra. Deputada, é uma condição biológica. Se, na sua opinião, ela é uma grande alegria para podermos ser mães, Sra. Deputada, lamento dizer-lhe, mas a menstruação não é, para muitas mulheres, uma alegria e nem todas as mulheres querem ser mães. E, portanto, penso que condicionar a condição de mulher ao seu papel de mãe é tão redutor, que eu lamento que no século XXI, ainda hoje, as próprias mulheres se limitem à condição de ser mãe.

**Deputado José Ávila (PS):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** Em segundo lugar, sinceramente, não pensei que esta iniciativa fosse levar a tanto debate. O primeiro ponto resolutivo fala de disponibilizar o acesso a produtos de recolha menstrual nas escolas e nos centros de saúde. Todas as escolas concordaram com esta distribuição. Algumas alegaram questões orçamentais (eu peço desculpa, mas a minha voz não está nas melhores condições), algumas escolas efetivamente alegaram questões orçamentais, mas não houve uma que não concordasse com esta medida.

Segundo ponto resolutivo: implementar, ainda, medidas para garantir o acesso destes produtos à população reclusa e às pessoas excluídas socialmente. Acho que é por todos unânime e é lógico que estas populações tenham acesso a estes produtos, nomeadamente as mulheres em condição de sem-abrigo. E é tão fácil ultrapassar esta questão através dos protocolos que já existem com as IPSS que trabalham com estes públicos-alvo, para que quem vive na rua possa também ter a sua dignidade garantida. Não me parece que neste ponto resolutivo haja aqui algum problema.

E, por fim, que se promova ações de sensibilização... E, aliás, se tivermos em consideração até a proposta do PAN que aprovamos aqui, estas ações de sensibilização ainda fazem mais sentido, porque os produtos de utilização menstrual, como os copos menstruais, obviamente, nem são tão conhecidos e, portanto, faz sentido que essa sensibilização também seja feita. Aliás, a FAPA também isso sugeriu.

Até o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, da altura, concordou com a iniciativa. Levantou um ou outro aspeto da mesma, mas, efetivamente, concordou. Inclusivamente, disse que os produtos ao nível da escola, a sua distribuição podia ser feita no âmbito da Saúde Escolar.

Portanto, perante todos estes pareceres favoráveis e perante até as soluções apresentadas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, eu não sei, sinceramente, o que é que nos opõe a esta iniciativa.

E, por isso, gostaria apenas de deixar aqui claro que, se é verdade que para a maioria de nós este não é um assunto tabu, isto não é algo que se queira esconder, infelizmente, esta não é a realidade em todos os Açores. Ainda há muitas crianças, jovens, que não falam desta palavra à frente dos seus pais ou dos seus avós. Há muitas jovens, quando iniciam o seu período menstrual, que isto é tido como algo que se deve esconder. Isto ainda é uma realidade na nossa sociedade, quer queiramos, quer não.

E medidas como estas e debates como estes nesta Assembleia têm, para, mais de tudo, poderem vir a ser concretizadas, o mérito de se poder falar destas questões também no Parlamento Regional, como forma de abrir mentalidades, para que, no futuro, estas coisas não tenham que ser escondidas nem faladas apenas com as mães ou com as tias ou com as madrinhas e possa ser considerado, efetivamente, um assunto completamente normal, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas porque é que nos está a dizer isso a nós?

**A Oradora:** ... para que, efetivamente, possamos contribuir para um futuro de maior igualdade em relação a estas matérias.

Obrigada.

**Voices dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Ana Quental, tem a palavra.

**(\*) Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, responder à Sra. Deputada Ana Luís. Efetivamente, ser mãe não é só engravidar, ser mãe é quem cuida. E a senhora, nitidamente, quis deturpar o conceito que eu quis aqui de mãe, porque nós não estamos aqui definir o conceito de mãe. Estamos aqui a falar sobre menstruação.

**Deputada Ana Luís (PS):** A senhora é que disse que era uma alegria ter menstruação porque podíamos ser mães!

**A Oradora:** Sim, no conceito biológico. Eu ainda tive o cuidado de dizer a palavra biológico. E a senhora quis deturpar. Pronto.

A verdade é que menstruar não é uma doença, engravidar não é uma doença. Há,

realmente, uma percentagem de pessoas que têm dismenorreias, mas isso trata-se, isso cuida-se.

Portanto, estamos todos de acordo quando a gente diz que há algumas pessoas que precisam, que há algumas pessoas que ainda não falam, que ainda há alguns mitos sobre isso. Por isso, no meu discurso disse e vou relembrar que devemos, sim, apoiar, mas aqueles que mais precisam, de uma forma planeada e organizada, evitando injustiças e desvios.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Nem que fosse só uma, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Portanto, foi isso que eu disse.

Em relação à Sra. Deputada Vera, quando falou sobre os pareceres da Associação para Planeamento Familiar e Sexual, sim, realmente ela disse que deveria ser distribuída, mas primeiro fazer um levantamento das necessidades. Inclusivamente, ela disse: antes da distribuição, porque algumas pessoas já recebem apoios. E isso está lá dito. Portanto, para que não haja desperdício nem desvio de produtos.

O facto de nós termos também aprovado a proposta do Bloco de Esquerda sobre os 20 mil euros para a disponibilização dos copos menstruais, ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não foi do Bloco de Esquerda, foi do PAN!

**A Oradora:** ... peço desculpa, do PAN, tem todo o interesse, ...

**Deputada Vera Pires (BE):** Tem todo o interesse, mas não estão a ser distribuídos!

**A Oradora:** ... porque, ao contrário do seu ponto n.º 1, da disposição, limita no Orçamento, limita onde é que deve ser distribuído, nos centros de saúde, através de formação e de educação das pessoas, até porque, para estas senhoras, quando se vai fazer a formação sobre um copo menstrual, não se vai entregar um saco deles. Um copo menstrual dura dois, três anos. Portanto, vamos distribuir um ou dois. Quando fala aqui na distribuição, quantos vai distribuir às crianças?

Portanto, o que está faltando nesta iniciativa é limitar, no n.º 1, a quantidade e a

quem. Portanto, da maneira como está, eu chego lá e digo que quero produtos. Vou trazer um saco cheio? Portanto, o que está faltando aqui é limitar.

**Deputada Ana Luís (PS):** Isto é uma Resolução!

**A Oradora:** A proposta do PAN estava limitada, até porque é um grupo muito específico, porque tem que haver bastante formação sobre a matéria.

Portanto, essencialmente, acho que era isto que eu queria dizer. Pronto, está esclarecido.

Obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que há aqui uma questão que tem que ser colocada também à bancada do Partido Socialista. É que o Partido Socialista governou até há dois anos e não o fez. E governou durante 24 anos. Portanto, não venham agora fazer o tipo de discursos de culpabilizar os outros por aquilo que não está feito. Nunca foi a vossa prioridade. E V. Exas. tiveram oportunidade de o fazer e não o fizeram. Portanto, assumam a vossa responsabilidade nesta matéria!

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Então porque é que o senhor não faz hoje? Seja honesto!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Tiago Lopes, diga lá, que eu estou aqui para o ouvir e partilho o tempo consigo. Diga.

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Isso é desonestidade intelectual! Façamos hoje!

**Presidente:** Sr. Deputado Tiago Lopes, isso não são apartes.

**O Orador:** Já ouvi o Sr. Deputado Tiago Lopes, que diz que é desonestidade intelectual dizer-lhe que não fez quando teve responsabilidades diretas nessa matéria! Isso é que é desonestidade, Sr. Deputado! E não quer que se lhe diga!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Tenha coragem de o fazer!

**O Orador:** Sr. Deputado Tiago Lopes, inscreva-se, se faz favor! Inscreva-se, que já lhe dei 30 segundos do meu tempo e eu tenho menos do que V. Exa. Inscreva-se! V. Exa. não quero que lhe recorde que não fez? Não, não fez! E estou-lhe a apontar o dedo porque não fez! E, por isso, o senhor não venha agora com discursos demagógicos e populistas, porque o senhor nunca colocou, o senhor e o Partido Socialista, essa matéria nas suas prioridades! Portanto, não venham agora pensar que governamos no milénio anterior! Não venha dizer isso! O senhor teve responsabilidades até há bem pouco tempo e não fez! Não quero que o recorde? Recordo-lhe todos os dias, agora e a seguir!

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Então, porque é que vai votar contra? Faça a diferença hoje!

**Presidente:** Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando aqui àquilo que é o debate e às questões que têm sido levantadas, primeiro, começar por dizer que, quando falamos na questão do alargamento, o que se pretende e o que pretende o Bloco de Esquerda com esta medida é alargar aquilo que já foram as medidas tomadas...

**Deputada Vera Pires (BE):** Não é tomadas, é aprovadas!

**A Oradora:** ... quando se aprovou nesta Casa a questão dos copos menstruais e a

questão dos pensos higiénicos reutilizáveis. A verdade é que esta medida, no nosso entender, e quando nos dizem que o que querem e o que pretendem é alargar exatamente esse caminho que se percorreu, no nosso entendimento, essa medida é exatamente contrária àquele caminho que temos percorrido com a aprovação dos copos menstruais e dos pensos higiénicos reutilizáveis, porque a verdade é que tem a questão da sensibilização, também, ambiental, que tem a ver com a pegada ambiental, com a imagem de sustentabilidade ambiental num todo, também, que se pretende na nossa Região, essa pegada ambiental.

E, portanto, achamos que esse alargamento generalizado não vai ao encontro daquilo que se pretendeu com a aprovação dessas medidas. Pronto.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** É verdade!

**A Oradora:** Depois, quero dizer, daquilo que já foi exposto, e claro que temos aqui posições e visões diferentes, mas o Bloco de Esquerda vem sempre com o mesmo argumento de que os seus argumentos e a sua visão sobre as matérias são válidos e as nossas visões não são válidas, que os seus argumentos é que são aqueles que são os corretos e que os nossos não são. Esse discurso do Bloco de Esquerda vem sempre a debate quando temos opiniões contrárias sobre esta matéria.

Quanto à iniciativa e aos pontos resolutivos, como bem sabem, a questão da sensibilização, a questão junto das comunidades escolares, junto das famílias, é um trabalho fundamental. E isso, claro, nós concordamos, como disse na minha intervenção inicial.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Exatamente!

**A Oradora:** O que é que discordamos e o que é que nos faz divergir da vossa iniciativa? E volto a dizer aquilo que disse inicialmente: a questão do ponto n.º 1, em que o que pretendem é, efetivamente, uma distribuição generalizada deste tipo de produtos, ...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Universal.

**A Oradora:** ... é isso que nos distingue. O nosso entendimento é que, efetivamente, devemos perceber qual é o público-alvo para melhor chegar. Por exemplo, nos casos das reclusas, aquela informação que nos chegou é que elas é que compram os seus produtos de higiene menstrual, mas, no caso de não terem essa possibilidade, é-lhes facultado esse produto. Por exemplo, no caso dos sem-abrigo, é preciso, efetivamente, se calhar, se esse é o público-alvo a que queremos chegar, ser por via das associações que estão no terreno.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputada Ana Luís (PS):** Mas na Resolução não diz qual é a forma!

**A Oradora:** Porque a verdade é que, muitas vezes, sabemos que há hábitos de higiene que mesmo são difíceis de eles quererem aceder. E essas equipas no terreno será o melhor caminho, por exemplo.

No caso de existirem pessoas que não têm essa possibilidade e têm esse encargo que a própria Deputada do Bloco de Esquerda mencionou, o encargo acrescido que tem sido com esse tipo de produtos, a verdade é que existe e não podemos... E, também, quando falam e fazem um paralelismo com as pílulas e com os preservativos, uma coisa é planeamento familiar, outra coisa é a Ação Social. São coisas completamente distintas.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Claro!

**A Oradora:** E, depois, quero dizer que, efetivamente, se existem famílias que passam por essa dificuldade, que isto é um custo acrescido no seu orçamento familiar, temos a Ação Social, que funciona exatamente nesse sentido, de diagnosticar aquilo que são as necessidades mais prementes das famílias, nomeadamente também nos produtos de higiene.

E, portanto, há aqui situações que se pretende também, um bocadinho, misturar. E isso não nos parece que seja a visão que deve ser dada quanto a este tipo de iniciativa.

Continuamos a dizer que a verdade é que é preciso perceber qual é o nosso

público-alvo. Não entendemos que deva ser feito de uma forma generalizada. E, efetivamente, é preciso, consoante esse público-alvo a que queremos chegar, perceber qual o mecanismo de distribuição mais eficaz, para que o próprio propósito que traz o Bloco de Esquerda a esta Casa, que são as pessoas que não têm condições para adquirir este tipo de produtos, sejam, efetivamente, apoiadas.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Exatamente! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo, regressamos às 12 horas e 10 minutos.

*Eram 11 horas e 51 minutos.*

**Presidente:** Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 11 minutos.*

Está inscrita a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Secretária Regional.

**(\*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Permita-me, Sr. Presidente, alguma latitude nesta primeira intervenção, nesta Casa, enquanto Secretária. Quero, numa fase inicial, agradecer as palavras proferidas pelo Sr. Deputado Tiago Lopes. Muito obrigada. E quero também saudar todos os Deputados aqui presentes.

Reafirmar a total abertura da Secretaria Regional da Saúde e do Desporto, na medida em que estamos aqui dispostos para o diálogo, para implementar medidas que, de facto, visem a melhoria de vida, a nível da saúde e também do desporto, dos nossos açorianos, em prol da nossa Região. É este o meu desígnio. É para isto que aqui estou. E, obviamente, conto com todo o apoio desta Casa.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Centrando, então, agora, as nossas atenções nesta Resolução do Bloco de Esquerda, dizer que, obviamente, o Governo Regional está totalmente disponível para a implementação de medidas que visem o combate à pobreza menstrual e à estigmatização da menstruação. Isto, porquê? Porque, de facto, tem um impacto social, tem um impacto físico e, como versa o texto da Resolução, estamos todos aqui no mesmo pé, porque ninguém que tem a menstruação deve, obviamente, ficar para trás.

No entanto, permita-me que lhe diga que esta proposta, em nosso entender – digo isto e uso este termo, mas não quero que a Sra. Deputada o tenha com uma conotação negativa –, tem uma fragilidade. Esta fragilidade já foi aqui exposta. Na Resolução, no texto da Resolução, de facto, são apontados dois exemplos em que tem corrido tudo bem, de dois países, quer da Escócia, quer da Nova Zelândia, que, de forma organizada, fizeram um diagnóstico da situação, para, depois, poderem implementar a medida, facilitando também no terreno a sua implementação e a sua aplicabilidade. E é isto que nós entendemos ser importante nesta fase.

Não é preciso um estudo exaustivo ou um estudo prospetivo. Não. É preciso fazer um inquérito, é preciso fazer uma sondagem, para, de facto, perceber qual é o público-alvo. Isto, porquê? Daquela tribuna, a Sra. Deputada, e já foi aqui

referido, deu como exemplo uma situação que não se coloca, as reclusas da Região, por exemplo, que, como sabe, as reclusas da Região estão no Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo e têm todas acesso a este tipo de produtos, quer aquelas que têm autonomia para os comprar, quer através da através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Portanto, nem sequer é competência da Região o fornecimento destes produtos às reclusas da Região.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**A Oradora:** Portanto, essa situação está ultrapassada. E seria, obviamente, um público-alvo a quem estes produtos deveriam ser distribuídos. Mas, recorde, nem sequer é da nossa competência.

Em relação às escolas, a informação que temos, através das equipas de Saúde Escolar e através da própria Ação Social Escolar é muito fácil identificar esse público, mas também sabemos que, através dos mecanismos que temos, nomeadamente o Fundo de Ação Social Escolar, todas as alunas da Região têm acesso a este tipo de produtos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E há aqui um contrassenso, Sra. Deputada, que não diz respeito de forma direta à nossa Região, mas, recordando o estudo apresentado pela Deputada Marisa Matias, que foi efetuado a nível da Região de Lisboa, através de uma amostra de 44 mulheres licenciadas em que não era previsível existirem carências económicas, 17% dessas mulheres, de facto, não tinham acesso a este tipo de produtos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Então a Sra. Secretária concorda com a proposta!

**A Oradora:** O nosso objetivo com o diagnóstico da situação é, de facto, balizar o público-alvo, ou seja, não é só nas escolas, não é só nos centros de saúde, pode ser noutras instituições, inclusive nas próprias universidades, à semelhança

daquilo que já ocorre no país.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, é balizar de forma eficaz, consequente e responsável essa própria distribuição.

O Governo Regional está aqui disponível para a implementação destas medidas, mas, simultaneamente, de forma responsável e consequente, quer saber quem são estas mulheres e quer garantir uma total eficácia da mesma medida. Para isso, temos que ser, obviamente, consequentes e responsáveis.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Concordamos que o caminho da sensibilização e da informação é, deveras, imprescindível. E, de facto, há um caminho a percorrer. E, de facto, esta Secretaria vai percorrer este caminho, com o apoio de todos os partidos aqui presentes, com os contributos que todos queiram dar. Estamos disponíveis para isso.

Agora, também temos que ter a noção que devemos evitar o desperdício. E é para isso que é necessário haver algum tipo de contenção.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Em resposta, que não me foi colocada diretamente, mas que já foi mencionada, nomeadamente a questão dos copos menstruais, de facto, eu não estava cá, mas, obviamente, tenho a responsabilidade de perceber o que é que se passa neste devido momento. E é falso que nada tenha sido feito. É falso. Foi feito. Há verba, obviamente, para isso. Deixe-me explicar, Sr. Deputado, tenha calma. A informação que tenho é que, de facto, já foi enviada uma comunicação por parte da Secretaria às diferentes unidades de saúde de ilha, para que, depois, pudessem fazer o pedido destes copos menstruais. Mas também é verdade que não ocorreu até ao momento qualquer pedido. E, portanto, o meu compromisso nesta fase...

Não se ria, Sr. Deputado. Eu acabei de chegar e tenho que estabelecer compromissos.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

**A Oradora:** O meu compromisso nesta fase é o compromisso de perceber onde é que está a falhar. Das duas, uma: ou as unidades de saúde de ilha não foram, de facto, informadas, ou a população não está sensibilizada para a medida e precisa de mais informação. Obviamente que nestes dois pontos nós temos que atuar. E é o meu compromisso para que, num futuro próximo, possamos então dizer que já há distribuição gratuita de copos menstruais na Região Autónoma dos Açores.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Para terminar e como eu acho que também esta Casa tem a responsabilidade, não digo de educar, mas também de informar quem nos ouve, eu não queria, de todo, que esta medida confundisse dois conceitos diferentes: o conceito do planeamento familiar com o conceito da pobreza menstrual. E eu tenho a certeza de que o Sr. Deputado Tiago Lopes, enquanto técnico da área, percebe claramente que são conceitos diferentes. O uso de contraceptivos associado ao planeamento familiar, associado à evicção, eventualmente, de doenças que são transmitidas sexualmente, obviamente, não se pode, de todo, misturar, nem dar como exemplo, nesta medida que visa simplesmente o uso de produtos do foro menstrual, até porque a abrangência é diferente. O uso de contraceptivos, como bem sabe, será benéfico tanto para homens como para mulheres. E, portanto, o objetivo é completamente diferente.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Termino dizendo que, de facto, o caminho da sensibilização é o caminho que o Governo quer fazer. Estamos totalmente disponíveis para a implementação de medidas de combate à pobreza menstrual. Parece-nos, contudo, nesta fase, mais importante balizar o público-alvo, a quem pretendemos dar resposta, e que, de forma consequente e responsável, sejam evitados desperdícios. Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, após a intervenção da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, conseguimos atingir aqui um consenso: o Governo assumiu aqui que não é necessário fazer um estudo, como o CDS-PP propunha.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Mas nós não falámos em estudo! Credo!

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é estudo, é uma avaliação!

**O Orador:** Se eu puder continuar...

Portanto, tendo o Governo assumido que não é necessário um estudo e que está aberto e disponível para fazer esse levantamento, eu penso que nada obsta os pontos resolutivos que são propostos pelo Bloco de Esquerda.

**Deputada Ana Luís (PS):** Ora aí está!

**O Orador:** Portanto, em complementaridade, decisores políticos nesta Assembleia, que somos todos nós, todos os 57 Deputados mais o Governo, podemos aqui atingir precisamente um consenso entre os pontos resolutivos que o Bloco de Esquerda propõe, a receptividade que o Governo, através da Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, demonstrou, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que o PS não fez!

**O Orador:** ... para combater a pobreza menstrual.

E permita-me, Sra. Secretária, que contrarie um pouco a sua afirmação, porque isto não se cinge apenas e só, simplesmente, como disse, à utilização de produtos de saúde menstrual, é combater infeções urinárias, é combater reações alérgicas e outras doenças.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Tem toda a razão! Exatamente!

**O Orador:** Portanto, equipara-se, naquilo que diz, à prevenção de doenças, que é um dos objetivos deste Governo, que já foi aqui dito.

Portanto, os Deputados desta Casa, através do Bloco de Esquerda, trazem, efetivamente, aqui, uma proposta que nos permite, Sr. Deputado Paulo Estêvão, fazer, hoje, aquilo que, eventualmente, não foi feito até hoje.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas porque é que não fez?

**O Orador:** Mas que não deixe para amanhã aquilo que pode fazer hoje.

Portanto, associe-se a uma medida que combate a pobreza menstrual e que faz a diferença no dia a dia das mulheres. E, portanto, associe-se de forma clara, responsável, a esta iniciativa do Bloco de Esquerda...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas porque é que o senhor não fez?

**O Orador:** ... e melhore a vida, a saúde menstrual das mulheres.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Agora é que vêm dizer que há pobreza menstrual!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Primeiro, dizer ao Sr. Deputado Tiago Lopes que a questão do estudo... E peço também que faça chegar o Diário das Sessões relativamente àquilo que foi a minha intervenção inicial a explicar o que é que nós entendíamos relativamente àquilo que devia ser identificado. E não falámos da necessidade de fazer um estudo. Falamos da necessidade de perceber, na nossa Região, qual é a realidade quanto a esta matéria, de tentar perceber qual é o universo de pessoas que estamos a falar, foi nesse sentido, para da melhor forma chegar a estas pessoas naquilo que é o intuito desta iniciativa. E foi isso que foi dito, Sr. Deputado.

**Deputada Ana Luís (PS):** Mas o que é que isso impede de aprovarem a iniciativa?

**A Oradora:** Depois, quero dizer que, relativamente aos Projetos de Resolução, como o senhor bem sabe, não podemos votar separadamente os pontos. E eu já disse na intervenção anterior que nós não concordamos que seja feita uma distribuição generalizada gratuita a toda a população deste tipo de produtos, porque entendemos que deve ser, até porque é o propósito desta iniciativa por parte do Bloco de Esquerda, àqueles que, efetivamente, não têm condições para adquirir este tipo de produtos. E é isso que nós concordamos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**A Oradora:** E a questão que coloco ao Bloco de Esquerda é se, efetivamente, está disponível para alterar o primeiro ponto resolutivo, ...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Ou retirar.

**A Oradora:** ... que fala em disponibilizar o acesso a produtos de recolha menstrual através da sua distribuição gratuita em centros de saúde e escolas.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Querem retirar esse ponto?

**A Oradora:** Isto é de uma forma generalizada, que, efetivamente, não coincide com aquilo que foi o discurso de que devemos atingir as pessoas que não conseguem adquirir este tipo de produtos. E a questão que coloco é se, efetivamente, estão nessa disponibilidade, porque é esse ponto nos separa. Não concordamos. Não podemos misturar aquilo que são medidas de planeamento familiar com este tipo de medidas, para as pessoas que não conseguem adquirir este tipo de produtos. É essa a nossa posição. O nosso entendimento foi muito claro. E não queiram colocar posições e palavras que não foram aquelas que nós transmitimos nem dissemos.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Vera Pires, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer, nesta Casa, que, como o problema não é novo, não vamos fazer nada porque

os outros não fizeram é, do nosso ponto de vista, inaceitável.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quem é que disse isso?

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor!

**Deputada Ana Luís (PS):** Foi o senhor que disse!

**A Oradora:** E quando nós dizemos que é inaceitável, estamos a defender uma posição política, tal como todos os colegas Deputados nesta Casa fazem. E, portanto, aquela afirmação do CDS de que o Bloco de Esquerda defende as suas propostas e acha que tem razão, é evidente para nós e será evidente para todos os que, nesta Assembleia, apresentam propostas e defendem propostas.

Depois, a preocupação ambiental teria graça se não fosse preocupante e gravosa, porque, realmente, a preocupação ambiental que o CDS e os partidos da coligação demonstraram ao aprovar as duas propostas do PAN, as duas por executar, quer dos copos menstruais, quer das cuecas menstruais, a principal preocupação ambiental que garantiu este Governo foi a de não as distribuir. E, portanto, com distribuição zero, não poderia ser mais ecológico, uma vez que não há produção de resíduos se não os disponibilizarmos.

Portanto, vir agora branquear ou embelezar a questão da pobreza menstrual que existe com uma suposta preocupação ambiental não faz também sentido e não colhe.

E eu penso que o Bloco de Esquerda tem a possibilidade de dar a sua opinião e de ter uma opinião contrária, muitas vezes, às opiniões dos outros grupos e dos outros Deputados.

Depois, a Sra. Secretária da Saúde, como o Sr. Deputado Tiago Lopes lembrou também, fala desta questão dos produtos de recolha menstrual como uma mera distribuição, ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Está quase, quase.

... que não terá nada a ver com saúde. E tem.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Isso não é verdade!

**A Oradora:** Se ler com atenção a Resolução, é verdade. E a própria Sra. Secretária da Saúde reconheceu que é verdade em resposta às afirmações do Sr. Deputado Tiago Lopes. E, portanto, o uso desadequado, a falta de produtos de recolha menstrual pode originar também problemas de saúde. Nesse sentido, faz todo o sentido que seja incluído no Serviço Regional de Saúde, que também é universal, que também é tendencialmente gratuito.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Falar na possibilidade do desperdício é lembrar a intervenção, que me pareceu infeliz, bastante infeliz, da Sra. Deputada Ana Quental, que minorizou a capacidade de discernimento de quem trabalha nos centros de saúde, ...

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Não apoiado!

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não, é falso!

**A Oradora:** ... dando a entender que alguém poderia ir buscar uma palete ou uma saca de produtos, só porque sim.

Muito obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não deu a entender isso!

**Presidente:** O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve. Se a Sra. Secretária, na sua intervenção, fez questão de realçar aquilo que era a diferença entre planeamento familiar e as questões de saúde menstrual, eu também gostaria de clarificar aqui outra diferença, que é: aquilo que era a proposta do PAN, relativamente às preocupações ambientais e não só, de sensibilização do público feminino, obviamente, ou do público-alvo

dos métodos de recolha menstrual, é uma questão de sensibilização, ou seja, de ser o próprio Governo a promover essa informação, a disponibilizar, para as próprias mulheres verem se se adaptam, se não se adaptam. E é, efetivamente, uma questão de preocupação ambiental. E a Sra. Deputada, pronto, goza com o facto de ser zero até agora. O que é certo é que...

**Deputada Vera Pires (BE):** Eu não gozo!

**O Orador:** Pronto. Mas, Sra. Deputada, eu vou ser breve e não pretendo ultrapassar o tempo. E, então, para concluir, são duas preocupações diferentes, duas finalidades diferentes. Aquilo que se pretende com a questão dos copos menstruais, também, é que haja essa sensibilização, que não é *ad aeternum*, ou seja, não é: o Governo vai passar a pagar e a comprar copos menstruais. *Ad aeternum*, como faz o planeamento familiar, que são coisas distintas, como a Sra. Secretária disse e bem.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, depois, o outro aspeto que a Sra. Deputada Vera Pires, que é isso que, também, a minha colega... e eu só intervim... já está tudo dito.

**Deputada Vera Pires (BE):** Já está tudo dito, mas nada feito!

**O Orador:** Mas, no primeiro ponto, quando diz “através da distribuição gratuita em centros de saúde”, concorre exatamente para o princípio oposto, porque nós estamos a dizer que, em vez de distribuímos os copos menstruais, estamos a distribuir também os pensos higiénicos nos centros de saúde. Se falasse, no primeiro ponto, por exemplo, na questão da Ação Social Escolar ou do ponto de vista das equipas de Saúde Escolar, tudo bem, faria sentido. Da maneira como está, não podemos concordar. E somos contra este ponto resolutivo n.º 1, que a Sra. Deputada nunca se mostrou disponível para poder alterar e para poder ir ao encontro...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e para podermos ter uma conversa séria e honesta, ...

**Deputada Vera Pires (BE):** Estamos a ter uma conversa séria! Eu não estou a gozar!

**O Orador:** ... porque julgo que estamos todos dentro do mesmo barco e todos a favor das mesmas medidas. E não somos retrógrados deste lado e vocês é que são progressistas.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto. Faça favor.

**(\*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

De forma muito sucinta, eu sei que a Sra. Deputada não tem tempo e seria uma deselegância dirigir-me a si diretamente a fazer perguntas, mas não posso, obviamente, que continue a afirmar por várias vezes coisas que eu não disse, porque não é pelo facto de a senhora repetir várias vezes a mesma questão que ela passa a ser verdade. E, portanto, é falso que eu tenha desvalorizado ou menorizado o problema da saúde menstrual.

E não disse que ela não era do setor da saúde. Obviamente que é. Agora, não podemos confundir aquilo que é planeamento familiar e o uso de contraceptivos,

...

**Deputada Vera Pires (BE):** E não confundimos!

**A Oradora:** ... que tem uma finalidade completamente diferente, com a distribuição e uso desse tipo de produtos. Obviamente que a não distribuição ou as mulheres que utilizam de forma indevida estes produtos têm um maior risco de

infecções urinárias ou infeções vaginais. Isso nem sequer se coloca. É óbvio que é um produto de saúde. Agora, não pode, nem eu aceito, que, nesta Casa, diga que eu mencionei estes produtos como não sendo um assunto da saúde. Até me fica mal pelo meu ponto de vista profissional. E é isso que eu não posso permitir que aconteça.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Sra. Deputada, só mesmo para terminar, dê-me o benefício da dúvida, dê-me o benefício da dúvida quando diz que está tudo dito e não está nada feito. Eu acabei de chegar.

**Deputado António Lima (BE):** Mas o Governo não!

**A Oradora:** Eu já disse e mostrei o meu compromisso nesta Casa e informei o que é que há neste momento relativamente aos copos menstruais. E obviamente que estou cá disponível, e assumi também esse compromisso, para que, de hoje em diante, de facto, possamos começar a distribuir. Identifiquei o problema. Disse que, provavelmente, há aqui um *gap* de comunicação entre as unidades de saúde de ilha, quer os utentes, quer a Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

**Deputada Vera Pires (BE):** O Governo não foi empossado na quarta-feira!

**A Oradora:** E, portanto, estou cá disponível para ultrapassar este constrangimento e poder, finalmente, dar continuidade àquilo que foi aprovado nesta Assembleia, porque, obviamente, há verba disponível para a medida.

Muito obrigada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Ávila (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão está cheio de vontade de bater palmas!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**Deputada Vera Pires (BE):** Já devia estar resolvido há mais tempo!

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Tem razão! Dê-me o benefício da dúvida!

**Deputada Vera Pires (BE):** Tem responsabilidade!

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Eu tenho!

**Deputada Vera Pires (BE):** O Governo tem responsabilidade!

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me o desabafo: se não fosse trágico, seria cómico. Mas é trágico. É trágico porque estamos aqui há duas horas a discutir um assunto, que é, efetivamente, um assunto que merece reflexão, mas, atenção, é um assunto de valores pequenos e que se pode resolver facilmente no campo social. No campo do social de apoio às famílias, pode ser resolvido facilmente. E estamos a deixar para trás alguns pontos da Agenda extremamente importantes, como seja o combate às dependências, como seja os problemas das famílias no pagamento das prestações das suas casas e outros assuntos desta Agenda, que na parte da tarde vão ser discutidos às cambalhotas, permitam-me o termo, ...

**Deputado António Lima (BE):** Não vão, não! Vamos ficar aqui até acabar!

**O Orador:** ... porque levamos toda a manhã a discutir um assunto que, no meu entender, é um não assunto.

**Deputada Vera Pires (BE):** É um sim assunto!

**O Orador:** As pessoas que estão lá em casa a acompanhar este debate, que estão há duas horas a ouvir este debate, deixaram de acreditar nos políticos.

**Presidente:** A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária da Saúde e Desporto, obviamente que o PAN vai dar o benefício da dúvida, mas não se esqueça que nós não fizemos um *reset* na quarta-feira e que não vamos esquecer o passado, tanto de promessas, como de compromissos, sobre a estabilidade que o Governo necessita. E você vai dar uma continuidade daquilo que é o posicionamento político do Governo do passado. Por isso, agradeço que V. Exa. não se esqueça.

Sr. Deputado Carlos Furtado, eu estive esta semana toda a ouvir repetições sobre algo que era fútil, dos meus colegas Deputados. Agora, está-me a dizer a mim que nós não podemos discutir algo que, pelos vistos, não há consenso?! Eu acho que é estar a denegrir completamente esta iniciativa e todas as mulheres que necessitam desta iniciativa para que não haja esse problema que nós estamos a falar. Porque se não fosse um problema, não havia uma iniciativa.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, é a sua posição.

Este problema que essa iniciativa levanta é um problema que sempre existiu desde sempre na Região. Sempre existiu e em todas as casas existe. Portanto, não é pelo facto de esse diploma ser aprovado ou deixar de ser aprovado que vai “cair o Carmo e a Trindade”. Portanto, há assuntos mais importantes, entre os quais uma

iniciativa sua que ainda falta discutir essa tarte, que também vai ser discutida aos pontapés pelo facto de se estar a usar tempo a mais nesta iniciativa. O que me constrange, porque está-se a tirar tempo para discutir de forma correta iniciativas importantes nesta Casa. E, como o senhor sabe, logo vão ter um ritmo de discussão que não é normal. Aliás, começa é a ser, infelizmente, normal às sextas-feiras de tarde.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar este Projeto de Resolução. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 107/XII – “Distribuição Gratuita de Produtos de Saúde Menstrual”. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 107/XII foi rejeitado, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 23 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Quer fazer uma declaração de voto? Tem a palavra.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Interpelação. Faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

**Presidente:** 15 minutos?

**O Orador:** Podiam ser 20, mas eu não posso.

**Presidente:** Regressamos às 12 horas e 56 minutos...

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, para impedir que se regresses a quatro minutos do fim da hora regimental, o PPM pede meia hora de intervalo.

**Presidente:** É regimental. Está concedido. Atendendo ao nosso horário, porque temos uma agenda curta, vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço.

Lembro aos líderes que está convocada uma Conferência de Líderes para as 14 horas e 30 minutos.

*Eram 12 horas e 42 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 02 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 128/XII – “Reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano na população feminina açoriana”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos convoca hoje aqui é uma questão de saúde pública e que pode afetar uma grande parte da população geral, mas sobretudo a feminina.

Estamos a referir-nos à infeção pelo vírus do papiloma humano, conhecido por HPV, considerada como doença sexualmente transmissível, geralmente silenciosa e que ao fim de alguns anos pode resultar no aparecimento de uma doença oncológica, principalmente o cancro do colo do útero.

De facto, este tipo de tumor é dos mais frequentes nas mulheres e está intimamente relacionado com a infeção crónica pelo HPV em praticamente 100% dos casos. A

educação para a saúde, comum a todas as outras doenças sexualmente transmissíveis, e a vacinação são os pilares da sua prevenção primária.

Segundo o Perfil sobre o Cancro de 2023 por país, Portugal ultrapassa a média europeia de incidência de casos anuais de cancro uterinos por HPV, com 12 casos por cada 100 mil habitantes.

Porém, é também de realçar a importância do rastreio na prevenção secundária, ou seja, a deteção das lesões iniciais pré-malignas, através da citologia obtida pelo exame ginecológico periódico. Nos Açores, além do Plano Regional de Vacinação, o rastreio do cancro do colo uterino está igualmente implementado.

Numa grande parte dos casos o hospedeiro consegue eliminar o vírus após a infeção inicial, mas noutros evolui, agudizando o risco de uma doença oncológica. Sendo uma infeção localizada não leva ao aparecimento de imunidade adquirida, o que significa que a reinfeção é possível, mesmo após a cura.

É por isso que a vacina é fundamental, sendo eficaz na prevenção na quase totalidade dos casos, apesar ter apenas incluída nove génotipos virais, mas que são, na verdade, os principais responsáveis por praticamente todos tumores.

O esquema vacinal e a população alvo, que recentemente incluiu indivíduos do género masculino, estão perfeitamente definidos no plano nacional e regional de vacinação, mas apesar da disponibilidade da vacina, há uma parte da população que infelizmente já não foi abrangida aquando da entrada em vigor. Portanto, acima de determinada idade essa vacina não estava comparticipada pelo serviço de saúde e nem todos tinham ou têm capacidade para a adquirir.

Assim, as mulheres nascidas antes de 1992 e que têm hoje menos de 46 anos não beneficiaram da vacinação gratuita. Mais ainda, existem, seguramente, mulheres que, estando abrangidas pelo Plano, mesmo assim, por opção dos pais ou tutores ou por outros fatores, não foram imunizadas no período devido, mas atualmente possivelmente o desejariam fazer.

Este facto constitui uma discriminação negativa no acesso a cuidados de saúde

universais que deve ser, obviamente, retificado.

A vacinação profilática em mulheres acima dos 26 anos e, pelo menos, até aos 46 anos teve um parecer positivo e inequívoco por parte do Colégio da Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia da Ordem dos Médicos, assim como, da Delegação Regional dos Açores da Associação Portuguesa de Medicinal Geral e Familiar.

Por outro lado, o parecer do mesmo Colégio da Especialidade foi igualmente claro: sendo as vacinas seguras e preventivas para novas reinfeções e lesões associadas, defende-se a cedência de vacinas a mulheres que foram alvo de tratamento de lesões cervicais pré-malignas e, inclusivamente, mulheres com lesões ainda não suscetíveis de tratamento, mas que estão sob vigilância.

Ora, para além da responsabilidade individual de cada cidadão, é uma obrigação do Estado promover a saúde da comunidade através de medidas custo-efetivas, isto é, exequíveis, aceitáveis, comportáveis e com resultados demonstrados em ganhos de saúde. A irradicação do cancro do colo do útero associado ao HPV deve ser uma meta para a Região num horizonte temporal a definir e todos os esforços devem ser feitos nesse sentido, sem restrições.

Porém, no entender do PAN/Açores, não compete aos partidos políticos nem à Assembleia Legislativa ultrapassar os técnicos em certas matérias de saúde, como seja detalhar o assunto em epígrafe.

A sua operacionalização é tarefa da Direção Regional da Saúde. No entanto, cabe-lhes seguir os mesmos no que toca ao bem-estar dos cidadãos. Neste caso está em causa a saúde das mulheres açorianas e cabe-nos a nós, decisores políticos, através da adoção de medidas públicas produtoras, protegê-las.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Os homens também!

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Ouvia o discurso todo ou só ouviu uma parte?

**Presidente:** Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano foi introduzida, na Região Autónoma dos Açores, no Plano Regional de Vacinação, em 2008. Ao longo dos anos seguintes, foram feitas alterações, nomeadamente em 2014 e em 2017, até que, em 2018, foi feito, também, um ponto de situação da vacinação na Região Autónoma dos Açores, que evidenciou que, de todas as coortes analisadas, tinham uma cobertura vacinal superior a 97% para a primeira dose da vacina HPV e todas ultrapassaram a meta dos 85% para a segunda dose, variando a taxa de cobertura entre 90% na coorte, de 2007, dos 11 anos e 97% na coorte, de 2005, dos 13 anos. Isto motivou, aliás, até, por parte da Direção-Geral da Saúde, a atribuição de um louvor à Direção Regional da Saúde em nome de todos os profissionais de saúde que no Serviço Regional de Saúde promoveram a vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano, louvor esse que foi atribuído à Direção Regional da Saúde, a 05 de novembro de 2018. Nesse seguimento, em 2020, na sequência daquilo que foram os trabalhos realizados pela comissão técnica da Direção-Geral da Saúde, a Região Autónoma dos Açores aplicou também a vacinação alargada ao sexo masculino, aos 10 anos de idade, também para a vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano.

E, portanto, nesse sentido, esta iniciativa que o PAN nos traz relativamente à vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano, nomeadamente naquilo que se refere ao primeiro ponto resolutivo, que propõe o reforço da vacinação e que se complete a atual população-alvo da Região de modo a alcançar os 100% de cobertura, é legítima, nosso entendimento.

Como eu referi, os últimos dados que temos, de 2018, apontavam já para uma taxa de cobertura de 97%. Portanto, é perfeitamente legítimo que o PAN assim o

proponha, ter os 100% de cobertura, também na ausência, neste momento, de um Plano Regional de Saúde que possa definir uma orientação de uma outra forma.

Depois, também, o ponto resolutivo n.º 2, que propõe o reforço da cobertura do rastreio do cancro do colo do útero, é também legítimo. E, portanto, é um trabalho, também, que compete ao Centro de Oncologia dos Açores, naquilo que diz respeito à implementação e à dinamização do rastreio do cancro do colo do útero, que faça, efetivamente, também esse reforço da cobertura.

Já naquilo que concerne ao terceiro ponto resolutivo, o nosso entendimento, aquilo que foram os pareceres rececionados na Comissão de Assuntos Sociais, da parte da Ordem dos Médicos, do Colégio da Especialidade, já vão ao encontro daquilo que é proposto nesta iniciativa, pelo que, no nosso entendimento, este ponto resolutivo n.º 3 já estará, por essa via, cumprido.

Portanto, da nossa parte, do Grupo Parlamentar do PS, nada temos a questionar e obstar à iniciativa que nós temos aqui em apreço. E, portanto, é, no nosso entendimento, mais um passo evolutivo naquilo que foi a evolução já verificada naquilo que concerne ao Plano Regional de Vacinação implementado, no que concerne à vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano, desde 2007 para cá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

**(\*) Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É um facto, e com ele nos congratulamos, que na nossa Região Autónoma a

cobertura do registo e contacto para o rastreio ao cancro do colo do útero, em vigor desde 2010, é de 100% para mulheres entre os 25 e os 64 anos. Mas sabemos que nem todas as mulheres convocadas para o rastreio o fazem, por uma variedade de motivos. Assim, consideramos que são precisas mais ações do Serviço Regional de Saúde para aumentar a cobertura da população que efetivamente adere e participa nestes rastreios. A este nível, o trabalho dos médicos de família é precioso. E também por isso tem de ser garantida a atribuição de médico de família a todos os açorianos e açorianas.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** É para isso que estamos a trabalhar!

**A Oradora:** Entretanto, estudos apontam para uma estimativa de cerca de 20% das mulheres portuguesas entre os 18 e os 64 anos poderem estar infetadas por um ou mais tipos de HPV, o vírus do papiloma humano responsável por praticamente 100% dos casos de cancro do colo do útero.

A cobertura vacinal do HPV é excelente nos Açores, rondando os 95%. Mas, neste momento, as mulheres em idade adulta que não foram abrangidas pela alteração ao plano de vacinação, que passou a incluir esta vacina, tendo ou não sido infetadas pelo vírus, não têm acesso participado a esta vacina. O seu valor pecuniário é muito elevado, cerca de 400 euros para completar o esquema vacinal, o que reduz a possibilidade de acesso apenas àquelas mulheres e famílias que a consigam pagar.

A orientação da Agência Europeia do Medicamento, com base em estudos que comprovam a eficácia desta vacinação na imunidade de mulheres até aos 45 anos, é a de que esta vacina deve ser administrada a todas as mulheres até esta idade.

Ao mesmo tempo, a Sociedade Portuguesa de Ginecologia recomenda a vacinação das mulheres até aos 45 anos, de acordo com a indicação do médico.

Segundo afirmou em Comissão o responsável pelo Centro de Oncologia nos Açores, “a Ordem dos Médicos e o Colégio da Especialidade de Ginecologia/Obstetrícia recomendam a vacinação não só numa vertente de

prevenção, mas numa vertente de adjuvante ao tratamento de lesões de altos graus”. Fim de citação.

Por este conjunto de razões, o Bloco de Esquerda defende a comparticipação desta vacina sempre que tal seja indicado por médico assistente. Desta forma, permitir-se-á uma maior proteção individual e coletiva e uma redução das doenças e complicações associadas ao HPV, nomeadamente o cancro do colo do útero.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos este Projeto de Resolução que prevê o reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano, um contributo exatamente para continuar, a Região, neste caminho.

Estamos a falar do quinto cancro mais frequente nas mulheres. E a mortalidade tem vindo a diminuir, exatamente pelo caminho que se tem percorrido quer na vacinação, quer também nos rastreios nesta área.

Esta iniciativa versa sobre a prevenção primária: a vacinação. A vacinação do HPV faz parte do Plano Regional de Vacinação para as raparigas nascidas desde 2008 e para os rapazes desde 2021, que está também previsto, ou seja, há cerca de dois anos. E a Região tem tido taxas de vacinação, uma das melhores da Europa.

Também menciona a questão da prevenção secundária: os rastreios. A verdade é que o rastreio organizado ao cancro do colo do útero, na nossa Região, existe desde 2010. E o rastreio tem sido feito entre as mulheres de 25 a 64 anos, uma faixa até mais alargada do que aquela que está prevista a nível nacional, que é até aos 60 anos.

E a verdade é que, pelo trabalho que foi feito em Comissão, a taxa de participação

tem vindo a subir, mas, naturalmente, há ainda um caminho que é importante percorrer na sensibilização, para que consigamos também atingir outras taxas de adesão.

Essa missiva também está aqui presente nesta iniciativa, porque, sem dúvida, a importância para a promoção da literacia e informação sobre uma sexualidade informada e protegida é a única forma de evitarmos as doenças sexualmente transmissíveis.

E também tenho que salientar aqui o trabalho importante que tem sido desenvolvido ao longo dos anos quer pela enfermagem da saúde infantil e juvenil e pelos médicos de família. Eles têm tido um papel também fundamental naquilo que tem sido o sucesso nesta matéria nos Açores. E, muitas vezes, fazendo esse trabalho de sensibilização, quer nas jovens, quer também nas mulheres, para que exista aqui uma maior adesão.

Acho que o caminho, efetivamente, que temos percorrido tem sido realmente um caminho de sucesso nesta matéria, mas o que nos falta percorrer é exatamente dar continuidade e reforçar as medidas de educação para a saúde, fomentando os hábitos de vida e higiene saudáveis, fomentando também o aumento da adesão à vacinação e, principalmente, nos rastreios para os grupos definidos, porque o objetivo tem que ser, sem dúvida, conseguir que estes rastreios cheguem, efetivamente, a todas as mulheres, para que exista um diagnóstico cada vez mais precoce para este tipo de complicação.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** E é esse caminho que entendemos que deve ser o caminho também do Governo Regional. É isso, exatamente, também, que reflete esta iniciativa. E, como tal, vamos votar favoravelmente a mesma.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**Presidente:** Sra. Deputada Ana Quental, tem a palavra.

(\*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As vacinas são, certamente, uma das descobertas mais importantes da humanidade, elas protegem-nos e conferem-nos imunidade contra as doenças, desde o início do século XVIII, com a descoberta da vacina antivaríola, até os dias de hoje, com a tão contestada vacina anticovid-19.

Embora não seja uma terapêutica contra as doenças, elas conferem-nos imunidade ao organismo, sendo uma importante ferramenta para a prevenção das mesmas.

Por sua vez, o HPV, o papiloma vírus humano é o nome dado a um grupo de vírus, que podem ser mais de 150, que se transmitem essencialmente por contacto sexual.

Embora se alojem em várias zonas do corpo humano, sob a forma de verrugas e outras, o mais geral é aparecerem na região genital, que se torna mais virulento, com a formação de lesões de alto risco e que podem dar origem a tumores malignos não só do colo do útero na mulher, mas também perianal, pénis, etc.

Estima-se que mais de 70% das pessoas sexualmente ativas entram em contacto com o vírus ao longo da vida. Mas está provado que o contágio mais comum acontece nos primeiros dois anos da atividade sexual, nas mulheres à volta de 45% e nos homens mais de 60%.

Está descrito que entre 80 a 90% do HPV cura-se espontaneamente através do nosso sistema imunitário. Mas a verdade é que a presença da infeção por HPV é condição necessária para a génese do cancro do colo do útero, que se desenvolve ao longo de 5 a 20 anos após o contacto com o mesmo. Daí a importância de vacinar antes do início da atividade sexual e dos rastreios. Portanto, vacinar é extremamente importante.

A vacina do HPV iniciou-se em 2009 para as raparigas nascidas em 1992. E para os rapazes em 2019, nascidos em 2009.

A vacina utilizada nos Açores e no continente é uma vacina monovalente, que dá proteção a mais de 90% dos vários tipos de vírus. E a proteção é muito mais aumentada em relação aos cancros anogenitais.

Felizmente, nos Açores, a nossa taxa, como já foi dito aqui, de vacinação é superior a 95%. O ideal, Sr. Deputado, era que realmente chegássemos aos 100%, mas a verdade é que há sempre aqueles grupos antivacinas ou outros motivos que levam as pessoas a não chegar. Mas temos que trabalhar neste sentido, e ainda bem, porque a educação para a saúde faz-se para poder vacinar em 100% toda a população.

Por outro lado, os estudos indicam que as infeções são mais elevadas nas mulheres com menos de 30 anos, mas de melhor resolução espontânea.

A prevalência da infeção diminui com a idade, mas, com a sua persistência devido aos contactos sexuais múltiplos, o risco de cancro aumenta, pelo que os rastreios com o teste do HPV ganham mais importância depois dos 30 anos de idade.

Segundo aquilo que ouvimos do Dr. João Macedo, os rastreios são efetuados a mulheres entre os 25 e os 64 anos, com uma cobertura de toda a Região, ou seja, dos 100%.

A taxa de adesão é que ainda não é, se calhar, considerada a melhor. Temos, se não estou em erro, à volta dos 68% este ano. Realmente, temos que trabalhar mais no sentido de formar, de esclarecer, no sentido da importância das pessoas aderirem aos rastreios.

Salientar que o teste primário para a pesquisa do HPV de alto risco utilizado atualmente tem uma eficácia de quase 100%.

Os rastreios e pelos resultados que o Dr. João disse, 92% são negativos e 4% são positivos para o HPV.

Importa realçar que a vacina é profilática e não terapêutica, não dá imunidade a

todos os vírus, mas o rastreio de cinco em cinco anos é essencial para detetar a presença do mesmo.

Por outro lado, o estilo de vida saudável, um bom sistema imunitário, sexo seguro, cuidados de higiene, etc., são fatores que contribuem para a redução da presença do vírus no organismo, evitando possíveis infeções e, conseqüentemente, a prevenção do cancro.

Todas as iniciativas que concorram para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, bem como para a prevenção do cancro, são bem-vindas. Por isso, também estamos em consonância consigo.

Obrigada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só quero mesmo clarificar, para as pessoas, neste caso para os açorianos em geral, que a taxa de eficácia tem a ver com as análises das coortes. E de análise das coortes nós temos 2005, 2007 e 2018. Há mulheres que nunca foram vacinadas, nomeadamente as que eu disse no discurso, que têm entre o ano 1978 e 1992. Essas não têm vacinação. Não há 97% de eficácia, que fique claro. Há, dentro da análise das coortes que tem a ver com o espectro daquilo que nós vamos analisar e vamos vacinar, aí os 97% da primeira dose. Primeira dose. Porque para a segunda dose essa não é a percentagem. Mas ainda falta uma grande faixa etária de mulheres que nunca foram vacinadas. Isso, a taxa de sucesso não é nem nunca

foi 97%.

Este Projeto de Resolução não é para as mulheres sobre a taxa de eficácia das coortes de análise de vacinação, mas sim para as mulheres que nunca foram vacinadas devido à sua idade ou porque na altura eram menores de idade, não eram adultas ou adultos (nos homens), Sr. Deputado Rui Martins, ...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado.

**O Orador:** ... e que não decidiram por eles mesmos porque não tinham a sua própria autodeterminação, mas sim os seus tutores, nomeadamente os pais, e que, agora, como adultas, querem, mas têm que pagar.

Este Projeto de Resolução não é para aumento de 3% a mais da taxa de eficácia das coortes de 2018, mas sim para todas as mulheres que estão fora dessa taxa de vacinação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, da minha parte, quero referenciar a importância deste Projeto de Resolução e das metas que aqui estão estabelecidas.

É para isso que servem também as análises que são feitas no âmbito das Comissões, para, depois, solicitar às várias entidades que têm conhecimento técnico que nos possam fazer chegar uma apreciação técnica sobre os Projetos de Resolução que estão em análise. E o que diz a Ordem dos Médicos é o seguinte: expressamos a nossa total concordância com as três recomendações referidas no documento, na medida em que representam uma estratégia muito positiva nesta matéria para a população dos Açores. Sublinho uma estratégia muito positiva.

Depois, em relação aos outros dois pontos, como também já foi referenciado por parte de um Sr. Deputado, o terceiro ponto, que é a elaboração de um parecer

sobre a pertinência das alíneas a) e b) do ponto n.º 3, acaba por já estar, neste momento, concluído. E, portanto, o terceiro ponto já está executado. Falta o ponto n.º 1 e o ponto n.º 2, cuja relevância a Ordem dos Médicos refere.

Finalmente, quero fazer uma referência: a Região Autónoma dos Açores está, há muitos anos, a fazer um esforço muito grande na área da saúde, que já representa mais de 30% do esforço orçamental que a Região Autónoma dos Açores faz, nomeadamente, por exemplo, também nesta matéria. É preciso ter em conta que a nossa taxa vacinal, da Região Autónoma dos Açores, é das melhores a nível nacional e é uma taxa superior à média nacional.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Bem lembrado! Muito bem!

**O Orador:** É preciso que se tenha consciência que, nesta matéria, a Região Autónoma dos Açores já está a fazer muito, já está a fazer mais do que é feito a nível nacional.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(\*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Gostaria, antes de mais, de felicitar o PAN, na pessoa do Sr. Deputado Pedro Neves, por esta iniciativa.

Aliás, deixe-me que seja sincera, à semelhança de outras iniciativas no setor da saúde que ao longo desta legislatura tem trazido a esta Assembleia, que eu tenho podido acompanhar, têm sido iniciativas prementes, relevantes e que vão de encontro àquilo que a Secretaria Regional da Saúde e Desporto preconiza, nomeadamente na promoção da saúde, na prevenção da doença. E esta é mais uma iniciativa que visa mesmo isto.

É uma matéria técnica. É uma matéria, para quem nos ouve e que está por fora do

assunto, até complicada. E eu acho que este debate deve ser simplificado para também conseguirmos passar uma mensagem para quem está em casa. Mas também considero que a exposição de motivos, da forma como foi apresentada, está bastante clara e deixe-me felicitá-lo por isso.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Assenta, como eu já referi, na prevenção primária e na prevenção secundária. É um dos pilares basilares daquilo que nós acreditamos poder contribuir para um Serviço Regional robusto, para um Serviço Regional centrado nos utentes, nas suas maiores dificuldades. E, obviamente, temos, como já foi aqui referido, bons resultados nestas áreas graças, em muito, ao excelente trabalho desenvolvido por todos os profissionais de saúde que compõem o Serviço Regional de Saúde. A eles: muito obrigada. Estamos cá para continuar a trabalhar lado a lado, sempre com vista a uma melhoria contínua dos cuidados de saúde que são prestados diariamente aos nossos utentes, a todos os açorianos e a todas as açorianas. Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Tal como foi referido por si, Sr. Deputado, em sede de Comissão, é também uma preocupação deste Governo que continuemos a conseguir reduzir a incidência deste cancro.

Convém recordar que este é o único cancro que apresenta uma prevenção primária com recurso a vacina. Este é um ponto essencial que devemos apostar diariamente.

E também dizer que a taxa de cobertura da população efetiva que nós temos mais recentemente, em 2021, situou-se em cerca dos 81%. É óbvio que é um valor que, apesar de ser muito bom e de ser melhor do que aquilo que é a realidade do país,

é nosso desígnio continuarmos a aumentá-lo, sendo que não devemos esquecer que existem os tais critérios de exclusão e, portanto, nunca vamos conseguir ter uma taxa de 100%. Mas quanto mais próxima dos 100%, tanto melhor.

Dizer também que, a nível da prevenção secundária, já foi aqui referido a faixa etária que é abrangida. Também neste ponto a Região está um passo à frente, na medida em que alarga aqui a realização do rastreio à faixa etária em mais quatro anos, comparativamente àquilo que é preconizado a nível nacional. E isto também é uma medida bastante positiva, porque, certamente, vamos conseguir continuar a reduzir a incidência deste tipo de cancro.

Este rastreio, felizmente, à semelhança de outros, tem vindo a sofrer uma melhoria contínua. A mais recente e talvez mais premente é a alteração do teste de rastreio primário que é utilizado, sendo que agora é utilizado um teste que avalia a presença de material genético do vírus. É uma *guideline* a nível europeu. É, de facto, o teste que é mais sensível e aquele que nos permite ter melhores resultados. Portanto, também aqui a Região dá um passo à frente, além de que o tempo de intervalo em que está preconizado para a sua aplicação é de cinco em cinco anos, ao contrário da citologia reflexa que seria de três em três anos. E, portanto, estamos, de facto, a contribuir para o bom caminho.

Em relação ainda a este rastreio do cancro do colo do útero, já vai na sua quarta volta, que foi iniciada em 2021. Felizmente e de forma recorrente, temos vindo a apresentar taxas de participação cada vez maiores e melhores. Portanto, tivemos na primeira volta, que se realizou entre 2010 e 2013, uma taxa de participação de cerca de 42%. Na segunda volta tivemos aqui uma ligeira redução para os 36%. A terceira volta iniciou-se em 2017, terminou em 2019, e tivemos uma taxa de participação na ordem dos 43%. A quarta volta, como já referi, iniciou-se em janeiro de 2021 e tem como meta alcançarmos uma taxa de 60% de participação, que será a maior taxa de sempre. É para isso que estamos a trabalhar, é para isso que diariamente motivamos os nossos profissionais de saúde e que tentamos,

obviamente, com todos os constrangimentos que podem surgir no terreno, motivá-los para que, de facto, consigamos alcançar esta taxa de participação.

Dizer ainda que, quando comparamos a taxa de participação regional versus a nacional, também aqui a Região está à frente. Ora, comparativamente a 2022, a Região teve uma taxa de participação na ordem dos 66,6%, ao passo que a nível nacional esta mesma taxa foi inferior e situou-se nos 61%. Portanto, mais uma vez, a Região está um passo à frente.

E esta taxa de participação é deveras importante não só para avaliarmos a eficácia desta medida, porque é com base neste valor que, depois, conseguimos contratualizar com as unidades de saúde de ilha. Portanto, são parceiros, obviamente, extremamente importantes na operacionalização deste rastreio. E são eles que, depois, definem quer a metodologia do trabalho, quer a constituição das equipas e dos horários de trabalho. Mas temos sempre uma referência, de forma a conseguirmos continuar a implementar este rastreio de forma eficaz.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Agora, há um ponto aqui que, de facto, eu acho que podemos, sem sombra de dúvida, melhorar. Para 2023, estima-se que a taxa de participação se situe nos 63%. E a pergunta que eu própria me coloco e para a qual não vou ter resposta, acaba por ser uma pergunta retórica, mas que será seguramente um passo a darmos também nos próximos tempos, que é tentar perceber, após a convocatória das mulheres para o rastreio, há sempre a opção de a mulher faltar, é verdade, mas temos que tentar perceber quem são as mulheres que estão a faltar. Temos que tentar perceber se estes motivos da não comparência no rastreio se devem a questões culturais, que podem existir e acontecem, se se devem ao facto de não terem médico de família, que também acontece e podem estar perdidas no sistema, temos que encontrá-las, mas também temos na Região uma boa parte de mulheres que podem estar a ser seguidas no privado e também não estarem a entrar ou estarem a faltar porque têm outro tipo de seguimento. Portanto, eu acho

que temos que ir à procura...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** ... desta população, para, obviamente, conseguirmos melhorar também a taxa de participação.

Mas há também uma informação que gostaria de partilhar com esta Assembleia, no que se confere à metodologia de trabalho, porque falamos em questões culturais – não vamos ser hipócritas, existem, sem qualquer tipo de tabu – e ainda há mulheres que têm algum tipo de receio que o médico a realizar a citologia seja um homem e não uma mulher. Há aqui um dado importante: felizmente, nós temos ilhas com enfermeiras especialistas. E nestas ilhas o que se tem verificado é que a taxa de participação é superior. Infelizmente, não temos enfermeiras especialistas em saúde da mulher em todas as ilhas da Região, mas acho que aqui o Serviço Regional de Saúde deve funcionar em complementaridade. E porque não, nas ilhas em que não há estas enfermeiras especialistas, poder contar com o apoio das ilhas que têm, de facto, este recurso, de forma que consigamos aqui aumentar a taxa de participação neste rastreio?

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

**A Oradora:** Acho que é um ponto que podemos atuar. É um ponto aparentemente simples e que assenta naquilo que eu acho que deve ser a lógica do Serviço Regional de Saúde nas nove ilhas dos Açores: funcionamento em complementaridade. É para isso que vamos trabalhar.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito bem!

**A Oradora:** Terminando esta minha primeira intervenção, dizer que, obviamente, este é um ponto essencial para o sucesso desta iniciativa. O Governo Regional está disponível para esta melhoria.

E também sabemos que estes bons resultados se devem, como já referi, ao esforço contínuo de todos os nossos profissionais de saúde. Sem eles, não seria possível. Muito obrigada a todos.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação desta Resolução...

Sr. Deputado Tiago Lopes...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Desistiu!

**Presidente:** Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 128 /XII – “Reforço das medidas para a erradicação do vírus do papiloma humano na população feminina açoriana”.

Estamos numa votação, Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 128/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, para uma declaração de voto, creio eu.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta iniciativa pelas razões que explicitarei na minha intervenção, aliás, mantendo a coerência que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve, tem e continuará a ter relativamente

a iniciativas que melhorem a prestação de cuidados de saúde à população açoriana, ao contrário de outros partidos, nomeadamente os partidos da coligação, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente!

**O Orador:** ... em que mesmo até no ponto anterior questionaram a população-alvo...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Olhe!

**Presidente:** Sr. Deputado Tiago Lopes, não se pode dirigir às outras bancadas na declaração de voto.

**O Orador:** Não me estou a dirigir, Sr. Presidente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tem que justificar o seu voto!

**O Orador:** Eu estou a explicitar a razão da votação a favor...

**Deputado Berto Messias (PS):** Sensíveis!

**O Orador:** Como eu estava a dizer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta iniciativa, mantendo a sua coerência, como a teve, aliás, no ponto anterior, porque houve quem questionasse a população-alvo para a disponibilização de produtos de saúde menstrual e ninguém questionou a população-alvo quando estamos a falar da vacinação contra o HPV, em que temos coortes consoante os anos em que as crianças nascem e que temos uma primeira e uma segunda dose, mas desta vez ninguém questionou a população-alvo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Foi só há duas horas atrás!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** O senhor está equivocado! Está a justificar a sua votação ou a nossa?

**O Orador:** O ponto resolutivo do PAN diz que seja reforçada a campanha de vacinação completa da atual população-alvo. E ninguém questionou a população-alvo para a vacinação contra o HPV. Portanto, vê-se claramente aqui a incoerência dos partidos que suportam, efetivamente, aqui, este Governo...

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Isso é uma declaração

política!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ó Sr. Presidente!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Isso não pode ser!

**Presidente:** Sr. Deputado, eu vou ser obrigado a lhe tirar a palavra.

**O Orador:** ... e que não têm capacidade de votar a favor de medidas que melhoram, efetivamente, a saúde da população açoriana.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Calma, não se indignem! Ficam logo nervosos.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tivemos a oportunidade de assistir, durante a discussão deste Projeto de Resolução, a uma participação, eu diria, muito responsável por parte da quase totalidade das bancadas parlamentares que participaram na discussão. Foi uma discussão construtiva de quem quis, nomeadamente o proponente, trazer ideias, projetos, no sentido de melhorar aquilo que já é, torno a repetir, na Região Autónoma dos Açores, um resultado que é superior à média nacional. Eu diria que não é só superior, é muito superior à média nacional.

Há um esforço significativo. Mas ninguém disse aqui. E a Sra. Secretária, que explicou e tem essa vantagem de também ser uma reputada especialista nesta matéria, demonstrou, aqui, de uma forma construtiva, de uma forma informada, todas as variantes de abordagem a esta temática. E teve a oportunidade de realizar, na minha interpretação, uma intervenção de altíssimo nível.

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor está entusiasmado!

**O Orador:** Pois bem, o que é importante é, todos aqui, na Região Autónoma dos Açores, tal como o proponente pretende, o que o proponente pretende é o que nós pretendemos também, melhorar ainda mais nesta matéria.

E, mais do que isso, como aqui ficou demonstrado, também o que o proponente apresenta tem fundamentação, desde logo quando a Ordem dos Médicos também produz, a este respeito, um parecer que fundamenta aquilo que foi apresentado por parte do Sr. Deputado do PAN.

Por isso é que nós nos mantemos neste registo, votámos favoravelmente. E justificamos a nossa votação no sentido positivo, queremos levar os Açores para a frente em todas as matérias. E nesta, que tem especial sensibilidade.

E não estamos aqui para alimentar guerrilhas políticas nesta matéria, que deveria interessar a todos. E as pessoas não deveriam ser, nunca, instrumentalizadas para a guerrilha política, como foram, há pouco, na última intervenção do Partido Socialista.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Até me vieram as lágrimas aos olhos. A música que o Sr. Deputado Paulo Estêvão deu esta semana...

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto.

Não havendo, vamos avançar para o ponto 12 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 131/XII – “Prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, que entregou uma substituição integral do diploma.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faça favor.

**Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os comportamentos de adição são reconhecidos por todos nós, de forma concreta ou abstrata, como um dos maiores flagelos que assolam todo o mundo e, de forma muito preocupante, a Região Autónoma dos Açores.

Se assim é, importa fazermos, enquanto representantes da nossa população, uma reflexão profunda sobre por que razão a sua resolução tem sido repetidamente postergada. É certo que este não é um problema cuja resolução caiba no tempo de uma legislatura, até nem em duas, porque os seus frutos são sentidos a longo prazo.

Não há grande apetite por este tema, mas é um tema demasiado importante, cujo impacto atravessa as várias camadas da sociedade, para o utilizarmos como munição na habitual saudável luta política.

Importa referirmos as lágrimas de desespero e impotência de quem vê os seus filhos ingressar no mundo da droga.

Quando falamos da prevenção e do combate às dependências, é dos pais, é das famílias que falamos, não é de um outro irreconhecível e abstrato, falamos de todos nós.

Nunca será de mais falar do sofrimento psicológico destes jovens, são alvo de repúdio social, discriminação. E continua a ser o único fenómeno, o último problema, que não é visto como um flagelo psicossocial que é, mas continua sim a ser olhado pela lente da moralidade, como se não falássemos de doença, mas sim de carácter.

Daqui, o erro grosseiro na forma como olhamos para as dependências, decorre a grande dificuldade que estes jovens enfrentam no processo de reintegração de

cada um deles na sociedade.

Vamos partir, então, num movimento de aproximação, de uma verdade inquestionável pelos dados: é necessário fazermos mais e melhor. Todos e todas que compõem esta Assembleia. Dizê-lo não é o mesmo que ignorar as contribuições de governos anteriores nem deixar de criticar o que, em nosso entender, está errado, como nos é dado perceber através dos pareceres das associações e dos profissionais e voluntários que estão no terreno com estas pessoas.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

É simplesmente fazer um mea-culpa coletivo e estabelecer um compromisso de que faremos, todos e todas, melhor daqui para a frente.

É este o objetivo do Projeto de Resolução do Partido Socialista.

Os comportamentos de adição resultam, como nos diz a ciência, de uma interseção de fatores biológicos, psicológicos e sociais, pelo que a intervenção deverá considerar e atuar de forma concertada em cada um destes fatores.

As pessoas em situação de sem-abrigo são uma população de particular vulnerabilidade, e porquê? Diz-nos a ciência, por aglutinarem situações multiproblemáticas e diversos fatores de risco ou agravamento dos comportamentos de abuso de substâncias, pelo que uma estratégia de intervenção em saúde mental junto desta população é fundamental.

E, para melhor nos apercebermos de todos estes fatores, temos de estar próximos desta população-alvo e de todas as famílias.

Retomemos as medidas previamente tomadas e que vários pareceres de associações referem, nomeadamente o sistema de vigilância de comportamentos de risco de jovens em contexto escolar, com a vantagem de monitorizar não apenas os comportamentos aditivos, como outros problemas tão atuais e que

merecem a nossa maior atenção (é o caso do *bullying*, acidentes, higiene e saúde afetivo-sexual).

As cinco medidas apresentadas pelo Partido Socialista pretendem contribuir para a edificação da resolução deste problema, nomeadamente:

Repor ou agilizar encaminhamentos e internamentos até à criação e abertura de comunidades terapêuticas nos Açores;

Reforçar o encaminhamento de indivíduos com um diagnóstico duplo de toxicod dependência e patologia psiquiátrica;

Implementar programas de intervenção dual em populações jovens, dos 14 aos 30 anos;

Retomar os inquéritos às escolas e os relatórios de Saúde Escolar, não esquecendo a importância de promover literacia em saúde mental junto da população escolar;

Realizar, também, um levantamento da prevalência de doença mental presente nas pessoas em situação de sem-abrigo com comportamentos de adição.

São estes os objetivos do Partido Socialista e que deverão ser sempre os objetivos de todos nós.

**Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Sra. Deputada Valdemira, muito obrigado por nos trazer este tema. Muito obrigado por aquilo que nos disse, porque eu comungo com as suas preocupações.

Não é de hoje, é de há muitos anos.

Só há um caminho neste momento, que é dramático e a senhora sabe. Nós temos que tratar dos que estão doentes, mas temos que, acima disto, prevenir que outros fiquem doentes. Rapidamente, tratar os que estão doentes. Rapidamente, criar estas condições.

E o fenómeno, também, novo das sintéticas tem criado aqui um problema grave às pessoas que as consomem, às suas famílias e ao meio que os rodeia. Porque o dinheiro tem que aparecer. E o dinheiro aparece, muitas vezes, através do crime... não é muitas vezes, é a maior parte das vezes.

Só há um caminho para combatermos a toxicodependência: prevenção, prevenção, prevenção. E esta prevenção é a aposta que, muitas vezes, nós dizemos aqui: na cultura, no desporto, no bem-estar social, no bem-estar familiar, na abertura do diálogo. Isto é que é fundamental.

Tratar é o fim do caminho, mas temos que o fazer. E reprimir também é o fim do caminho, mas também temos que o fazer. E nós já percebemos que reprimir já é cada vez mais difícil. Tratar, pois, vamos ter que fazer esse esforço.

E do que ouvi ali da Sra. Deputada, a quem me associo, mas que não consigo associar-me ao perfeito abandono que a prevenção teve durante décadas. Se agora vamos melhorar isso? OK, contem comigo. Estou aqui para isso. Estou aqui para isso, como estava há 30 anos atrás, com o extinto “Projeto Vida”. Estarei sempre aqui para combater todas as dependências. E estarei sempre aqui para promover a prevenção através das atividades que eu possa participar. É esta a nossa lógica e é a lógica que nós temos que ter. Fazer mea-culpa é muito importante e é bonito. E dizer: vamos em frente, vamos fazer qualquer coisa.

Conto também com este Governo Regional. E havia, com o Sr. Secretário anterior, esta grande vontade de mudarmos, de fazermos algo diferente. Espero que a Sra. Secretária, que agora tomou posse, tenha esta mesma vontade e esta energia, porque é um combate tão difícil, tão difícil que, às vezes, ficamos sem saber se já o perdemos ou não. Mas eu espero que não. Enquanto aqui estivermos e enquanto

houver vida... Sra. Secretária, enquanto houver vida, nós temos que trabalhar nisso. Enquanto nós pudermos, temos que trabalhar nisso. Eu peço-lhe como pai. Nós temos que trabalhar nisso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos aqui um Projeto de Resolução que não encontra na Iniciativa Liberal qualquer incómodo, quer na sua nota preambular, quer nos seus pontos resolutivos, principalmente depois da entrega da substituição integral, que corrige aqui alguns termos que importava corrigir, mas que são de mera forma.

Como diz o Sr. Deputado José Pacheco, de facto, o problema das toxicodependências e das dependências em geral, que, nos Açores, nós nunca podemos esquecer o nível das dependências, por exemplo, do alcoolismo e do tabagismo e, agora, as tecnológicas, há uma série de dependências que têm que ser tratadas, nos Açores, com o mesmo olhar com que olhamos para a toxicod dependência e estigmatizamos, inclusivamente, os toxicod dependentes, desculpando algumas dessas outras dependências ou relativizando, para dizer de uma forma mais correta, essas outras dependências, mas que têm que ser todas olhadas da mesma forma.

Há, de facto, um trabalho que está a ser feito há algum tempo por muitas associações, por muitas instituições, por IPSS, pela própria Administração Pública Regional, mas este é um trabalho que tem que ser continuado, permanente, mais e melhor.

Mais e melhor, como disse também o Sr. Deputado que me antecedeu, na área da prevenção. E a área da prevenção é, provavelmente, aquela onde é mais difícil encontrar os meios e a forma de lá chegar, porque é sempre mais fácil encontrar

um paliativo, mas, certamente, é um desafio muito mais interessante para quem governa do que simplesmente encontrar o paliativo.

É preciso olhar também com muita atenção ao aparecimento daquelas que são conhecidas por drogas sintéticas ou novas substâncias psicoativas. São substâncias que, muitas vezes, como já aqui debatemos neste Plenário, penso que há dois anos, vão aparecendo no mercado, cujo tráfico não está tipificado como crime e que destroem o indivíduo consumidor de uma forma, muitas vezes, irreversível.

É um tema que nos faz debater há muitos anos. Eu, pessoalmente, agora permitam-me que fale um pouco em nome pessoal sobre essa questão, já tive posições diferentes. Só não muda de opinião quem não as tem. Já tive posições bem diferentes. E já nesta Casa defendi uma coisa diferente daquilo que defendo hoje. Eu, hoje, estou convicto, até por experiência e por ter já abordado isso com muitos técnicos, que muitos jovens entram no consumo dessas drogas, dessas novas substâncias psicoativas e de drogas pesadas, por não terem acesso, por exemplo, à canábis. É mais fácil, hoje, comprar na rua um comprimido ou uma dose de qualquer droga sintética do que um bocado de um cabeço de canábis para enrolar um charro.

**Deputado José Pacheco (CH):** Não apoiado!

**O Orador:** Não me custa nada dizer isto aqui nesta Casa.

E temos todos que olhar com frontalidade para esta situação. Eu já aqui defendi. O mercado existe. O mercado está aí. Não é vergonha para ninguém. Basta entrar numa bomba de gasolina ou num qualquer café e vendem-se mortalhas. E eu não vejo ninguém a fumar tabaco de enrolar na rua. Aquelas mortalhas são para isso. E não são todas para mim, garantidamente. Portanto, existe um mercado. Ele está aí. Temos que olhar para ele com seriedade. É uma questão que não é só de evidência, há estudos técnicos, há estudos clínicos e há muita informação para quem quiser ver e para quem quiser ler sobre esse assunto. Encaremos com

coragem este assunto.

E se a República não o fizer até ao final desta legislatura, este Deputado aqui se compromete a trazer uma Anteproposta de Lei sobre esse assunto.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Soares (PSD):** Já existe! É só cumprir o 15/93!

**Deputado Nuno Barata (IL):** O 15/93 é despenalização!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Informar a Câmara que vou votar favoravelmente esse Projeto de Resolução, porque entendo que essa temática é da maior importância para os Açores, para a população açoriana, em especial para a população jovem.

Se nada for feito com a celeridade que deve ser feito, corremos o risco de ver, e permitam-me o termo desagradável, apodrecer uma sociedade jovem. Não nos podemos dar à infantilidade de não perceber isso.

A situação é dramática. Como já foi aqui dito, as sintéticas vieram agravar este problema. E cabe-nos a nós até abdicar de agendas políticas para socorrer a Região desse problema.

Os pontos resolutivos dessa iniciativa são bastante exigentes quando se diz: à imediata reposição, ao implemento até ao final do ano, que se realize até ao final do ano... Portanto, são pontos resolutivos bastantes exigentes, desafiantes, mas que eu acho que nos deve unir a todos. Independentemente do grau de exigência que os pontos resolutivos aqui indicam, eu acho que vale a pena tentar.

E, da minha parte, ficará o compromisso: se, eventualmente, à dotação orçamental para o ano 2023 faltar dinheiro para o cumprimento desta realidade, conjugada com todos os outros problemas de saúde que se vive na Região – sim, porque entendo que priorizar a realização das medidas que estão aqui indicadas não

poderá nunca significar desatenção aos outros problemas de saúde que há na Região, portanto, uma discriminação positiva neste caso não poderá ser contraposta com uma discriminação negativa na saúde noutras áreas –, portanto, se houver necessidade de alterações ou revisões orçamentais para dotar a saúde, na Região, para fazer face com o mesmo esforço ao que está aqui dito nesta iniciativa, mas também ao resto das áreas da saúde, está aqui o Deputado para votar favoravelmente esses documentos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(\*) **Deputada Vera Pires (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As toxicodependências são cada vez maior flagelo social, com gravíssimas consequências negativas, tanto no âmbito pessoal, como no familiar e da comunidade.

O mais recente relatório anual publicado pelo SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, relativo a 2021, revela que a nossa Região liderava a nível nacional os consumos quer de drogas, quer de álcool.

Os Açores e a Região Norte apresentaram as prevalências mais altas de consumo recente e atual de qualquer droga, na faixa etária entre os 15 e os 74 anos, considerando a população geral.

Já na população jovem e jovem adulta, entre os 15 e os 34 anos, as duas regiões, Açores e Região Norte do Continente, surgem no topo, acompanhadas por Lisboa e Centro.

No inquérito “Comportamentos Aditivos aos 18 anos”, realizado também, em 2021, junto dos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional, a nossa Região foi a única a ver agravados os resultados do ano anterior no que diz

respeito ao consumo de qualquer droga nos últimos 12 meses, passando de 27,2 para 27,5%.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Qual foi o ano?

**A Oradora:** O aumento galopante do consumo das novas substâncias psicoativas, com particular incidência nos Açores, faz soar um novo alarme no que respeita às dependências. As chamadas sintéticas, de acesso fácil e baixo preço, têm vindo a agravar um conjunto de problemas, da pequena criminalidade às situações de sem-abrigo, da mendicidade à prostituição.

O consumo destas novas drogas, muitas vezes por adolescentes menores de 14 anos, provoca rápida dependência e tem consequências ainda não completamente conhecidas ao nível da saúde mental, originando desordens de comportamento, agressividade, delírios e alucinações. O consumo crónico destas novas substâncias psicoativas leva a recorrentes idas dos seus consumidores aos serviços de urgência hospitalar, a internamentos em casas de saúde para desintoxicação, encaminhamentos para comunidades terapêuticas e até mesmo trágicas mortes por suicídio, por overdose acidental ou na sequência de comportamentos violentos ou acidentes.

É inegável a preocupação crescente da sociedade açoriana com as toxicodependências e os problemas sociais e de saúde física e mental que daí advêm.

Perante este cenário, as vertentes da prevenção, do tratamento e do combate a esta problemática exigem, com urgência, a adoção de medidas que sejam adequadas e proporcionais à dimensão multifacetada do problema, com ações concertadas, numa intervenção multidisciplinar e focada não na penalização, mas antes na prevenção, tratamento, redução de riscos e minimização de danos.

Criminalizar o consumo de drogas na via pública, como alguns têm defendido, seria um retrocesso civilizacional. E não somos só nós quem o diz, mas os próprios membros de associações que trabalham com esta problemática e muitos

especialistas na matéria. Este retrocesso não seria de todo uma solução, mas, pelo contrário, uma forma de criminalizar a pobreza, segregando, em vez de ajudar quem se encontra em situação de dependência e aumentando uma já grande dificuldade de reabilitação e reintegração social.

Os comportamentos aditivos e dependências necessitam de respostas da sociedade na esfera da saúde, nomeadamente da saúde mental, e não na da justiça.

A patologia dual, com a existência de doença do foro psiquiátrico associada à dependência de substâncias psicoativas, verifica-se com enorme frequência, tornando fundamental o seguimento e tratamento destes doentes também ao nível da psiquiatria.

No final de outubro de 2022, o então Secretário Regional da Saúde e Desporto apresentou publicamente o Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, para vigorar até 2024, reconhecendo, e cito, “a necessidade de uma intervenção mais organizada, mais planeada e que seja também ela operacional”.

No entanto, continua a faltar adequar e concertar as respostas à escala cada vez mais extrema do problema. A concretização do plano chega tarde, é lenta e, por isso, não surtiu ainda qualquer efeito. Reiteramos, por isso, que é necessário repensar o modelo de intervenção em comportamentos aditivos e dependências na nossa Região.

Além de tudo isto, não podemos esquecer que a nossa Região é pobre, é, aliás, a Região mais pobre do país, com enormes carências ao nível da habitação, dos apoios sociais, da escolaridade, da literacia em saúde, com taxas elevadíssimas de abandono escolar e gravidez na adolescência. Esta realidade exige enorme resiliência, mas também um grande reforço dos meios indispensáveis ao trabalho de sensibilização e dissuasão, de tratamento e de combate às dependências, que só terá condições para atingir bons resultados quando estiver garantida a articulação de ações de informação e formação com as respostas médicas e

psiquiátricas necessárias, o acompanhamento destes públicos por técnicos qualificados e respostas rápidas e adequadas no domínio do internamento, quando recomendado, em comunidades terapêuticas.

É preciso mudar a realidade, o que só é possível com políticas e escolhas diferentes.

E não, Sr. Deputado Carlos Furtado, não temos que abdicar de agendas políticas para debater e resolver este problema. Este é um problema que tem que estar na agenda política. É fundamental promover, por isso, políticas de fundo, políticas estruturais, para que as pessoas tenham perspetivas de futuro, construindo um projeto de vida que permita a esperança nesse futuro. Caso contrário, mais facilmente as pessoas entrarão no consumo destas substâncias aditivas.

Para além disso, o Bloco de Esquerda considera que a estratégia para combater o tráfico passará por retirar as substâncias agora ilícitas do domínio clandestino, pois o tráfico em nada altera as situações de dependência. E os momentos de maior escassez destas substâncias têm levado ao consumo das novas, de fácil acesso e preço muito baixo. Retirar a pressão resultante da clandestinidade facilitaria estratégias de intervenção primária. Basta olharmos para os resultados positivos que o país já alcançou com a despenalização do consumo.

O Bloco de Esquerda associa-se a esta iniciativa do Partido Socialista porque ela é mais um contributo importante no caminho da prevenção e do combate e tratamento das dependências.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

(\*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante, de facto, um grande flagelo que afeta, infelizmente, inúmeras famílias da nossa Região.

Comungo de algumas das palavras que já foram aqui proferidas pelos diversos partidos políticos, porque, de facto, é um tema que merece aqui ou impõe mesmo uma corresponsabilização de todos os partidos desta Casa, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... assim como o Governo Regional. E, portanto, juntos temos aqui a obrigação de identificar problemas, de aplicar medidas, de construir pontes, porque, de facto, é um grande, grave e sério problema que ainda afeta muitas famílias açorianas.

Da nossa parte, estamos disponíveis, abertos e queremos, de facto, continuar a melhorar aquilo que são as ofertas que neste momento estão disponíveis e que, obviamente, podem vir a ser melhoradas.

Confesso que me deixa um bocadinho, não digo triste, mas incomodada com o título deste Projeto de Resolução, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Ó Sra. Secretária...

**A Oradora:** ... porque, de facto, ele assume que está a haver aqui uma falha, que alguém está a ficar para trás. E isso é falso. Os utentes estão a ter as respostas que nós temos disponíveis. Há técnicos no terreno que, diariamente, identificam casos que precisam de apoio. E, portanto, há um trabalho contínuo que está a ser feito.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Infelizmente, o que está a acontecer é que os números estão a aumentar. E, portanto, é falso que alguém está a ficar para trás.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas também é verdadeiro que é necessário continuar a melhorar este caminho...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e continuar a oferecer cada vez mais respostas adequadas e

diversificadas a esta população-alvo. É este o nosso desígnio.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Revisitando os cinco pontos que compõem este Projeto de Resolução, em relação ao primeiro, que fala na existência de listas de espera para as comunidades terapêuticas, não estive presente, mas tive a oportunidade, obviamente, de rever o relatório da Comissão. E, também, a informação que nós temos é que, neste momento, não existem utentes em lista de espera para estas comunidades terapêuticas.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** A Região tem contratualizados acordos com 16 comunidades terapêuticas no continente: duas delas dirigem-se a um público-alvo de menor idade, portanto, inferior aos 18 anos, e 16 delas dirigem-se a um público de idade superior.

Quero aqui referir, e é uma informação que também já foi dada, que há, sim, um maior rigor e uma maior avaliação nos processos. E isso é imperioso. Daí haver aqui algum atraso na resposta. Mas é falso que existem listas de espera.

E, também, como já foi referido aqui, este atraso ou este rigor na referenciação em certa parte se deve ao crescente aumento das novas substâncias psicoativas. E para terem ideia do que é que estamos a falar, estamos a falar de substâncias que, ao contrário da heroína, da cocaína, dos opiáceos, que podem ser a doseados quer na urina, quer no sangue, nem sequer fazemos ideia com o que é que estamos aqui a lidar.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Esse é que é o problema!

**A Oradora:** Portanto, não as conseguimos rastrear nem ter uma intervenção

direta mais rápida, de forma a poder ajudar estes utentes.

E, portanto, isto requer trabalho, requer rigor, para podermos dar a melhor resposta necessária aos nossos toxicodependentes.

Em relação ao ponto 2, que fala aqui do duplo diagnóstico, ora bem, eu penso que será importante nós trabalharmos em continuidade e em dinamismo, ou seja, é necessário haver uma articulação entre aquilo que é doença mental e aquilo que são as dependências. Não é possível tratar uma sem tratar a outra. E, portanto, tem que haver aqui um sinergismo para que, de facto, possamos ser eficientes e ter uma maior eficácia. Esta resposta está articulada. E, obviamente, desses protocolos que existem com comunidades terapêuticas, algumas delas foram protocoladas exatamente para estes casos, ou seja, para os casos do duplo diagnóstico.

E, portanto, as equipas de tratamento que estão alocadas às unidades de saúde de ilha têm aqui e desenvolvem diariamente um trabalho essencial na identificação e no acompanhamento adequado desta situação, para, depois, fazerem a referenciação e encaminharem para o tratamento de longa duração, quando assim é necessário. Sem este organismo ou sem estas equipas, dificilmente conseguiríamos ter uma resposta ainda mais célere, uma resposta ainda mais adequada.

Em relação ao ponto 3, também já foi dito, não está, de momento, prevista a criação de uma comunidade terapêutica na Região. O caminho, para nós, não é este neste momento, até porque a Região tem um mau exemplo recente sobre comunidades terapêuticas, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É verdade!

**A Oradora:** ... uma entidade que, infelizmente, demorou uma infinidade de anos a abrir e, curiosamente, abriu em novembro de um ano e fechou em abril à frente. Obviamente, os conselhos técnicos não foram no sentido de manter na Região essa unidade a funcionar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sra. Secretária, quando é que foi isso?

**A Oradora:** E, para nós, neste momento, não é opção.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** A pandemia não teve nada a ver com isso!

**A Oradora:** Não, foi anterior à pandemia, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Está enganada! Não foi, não!

**A Oradora:** A resposta é continuar na formação, é continuar a apostar na prevenção e, desta forma, potenciar os bons recursos, criar ainda melhores condições para que, de facto, possamos fazer um acompanhamento ainda mais adequado.

Relativamente ao ponto 4, dizer que as equipas de Saúde Escolar estão no terreno e regem a sua atuação pelo Plano Regional de Saúde. Recordar também a esta Casa que o Plano Regional de Saúde está na sua fase final de produção e que, em breve, contamos que possa ser apresentado, debatido...

**Deputada Vera Pires (BE):** Já está pronto? Já esteve para ser apresentado cinco vezes!

**A Oradora:** ... e, obviamente, melhorado. Assenta, obviamente, naquilo que são as principais necessidades da saúde dos nossos açorianos, nas suas prioridades e tem, obviamente, orientações estratégicas que são definidas quer a nível europeu, quer, obviamente, a nível nacional.

Contamos, obviamente, trazê-lo em breve a esta Casa. Contamos, obviamente, com a colaboração de todos, se for esse o entendimento, para que possa ser melhorado, para que possamos, de facto, contribuir para uma melhoria contínua dos cuidados de saúde que são prestados.

Relativamente ao inquérito, é verdade, o último inquérito devia ter sido aplicado,

se não me falha a memória, em 2022/2023, porque o primeiro terá sido aplicado em 2018/2019. De facto, o inquérito bianual não foi aplicado. E o que é que se constatou? Constatou-se que, de facto, havia aqui uma complexidade a nível do questionário e isso levava ao desinteresse dos participantes e, portanto, acabavam por não colaborar de forma assertiva e de forma eficaz, que nos pudesse aqui ajudar numa recolha de dados fidedigna.

Qual é o caminho? O caminho é, juntamente com a Universidade dos Açores, que tem sido nossa parceira neste ponto, arranjar aqui uma simplificação deste inquérito, aplicá-lo aos alunos, para que possamos, de facto, recolher dados muito importantes que caracterizem a amostra.

Para finalizar e em relação ao ponto 5, tenho algumas reservas, não quero, de todo, menosprezá-lo, porque até percebo a ideia do Partido Socialista, mas, do ponto de vista da liberdade de direitos, tenho alguma reserva sobre aquilo que é o direito das pessoas, na medida em que: onde é que está o limite para o risco da saúde, obviamente, para que alguém aja de forma obrigatória sobre o indivíduo? Portanto, há aqui alguma zona cinzenta que tem que ser clarificada.

E, obviamente, estes indivíduos que estão na rua carecem de uma estratégia personalizada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** É certo. Ninguém está aqui a menosprezar. Mas penso que um trabalho de proximidade... À semelhança do que disse o Coordenador da Estratégia de Missão para a Saúde Mental, há já, de facto, exemplos utilizados a nível nacional e a nível europeu, em que está aqui preconizado um trabalho de proximidade que envolve vários parceiros, nomeadamente os cuidados de saúde primários, os cuidados especializados, as Câmaras Municipais e até as próprias Juntas de Freguesia, para identificar estes casos potenciais, com uma orientação posterior quer a nível de uma triagem inicial, que até pode ser feita no local, ou seja, onde está o sem-abrigo e, posteriormente, conseguir convencê-lo de outro

tipo de ação mais consequente com vista ao seu tratamento.

Portanto, há aqui um conjunto de ideias que não estão implementadas, mas que, no futuro, se, de facto, acharmos que esse é o caminho e que vão conseguir trazer ainda uma melhor resposta aos nossos toxicodependentes, não hesitaremos em implementá-las, não hesitaremos em melhorá-las. E é para isso que o Governo Regional também aqui está.

Muito obrigada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por cumprimentar a Sra. Secretária Regional e agradecer também o cumprimento que nos dirigiu na sua primeira intervenção nesta Câmara.

Ontem, falávamos de educação. Efetivamente, “é preciso uma aldeia para educar uma criança”. É uma máxima, um mantra tantas vezes repetido.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não parta o microfone!

**A Oradora:** Eu sei, estou-me a lembrar de si, Sr. Deputado. Mas isto não está fácil, ele não se aguenta.

E isto é válido em todos os domínios da vida, assim como também é válido no domínio da saúde, onde a prevenção e a literacia são fundamentais, nomeadamente para prevenir comportamentos, como é o caso dos consumos e das dependências, que hoje nos trazem, aqui a esta Câmara, esta Proposta de

Resolução do Partido Socialista.

A nossa Região sofre deste flagelo de uma forma dramática. É inegável. A sua geografia e as suas especificidades fazem com que o nosso arquipélago tenha fatores de risco que nos posicionam, sempre, num patamar de maior vulnerabilidade e risco, tal como acontece com a doença mental.

Mas a saúde não é saúde se não for humanizada. E, portanto, temos todos que compreender que a dependência não é uma falha moral, é uma doença crónica, como aqui já foi referido.

Investir na prevenção e no combate às dependências é, portanto, assegurar os cuidados de saúde, o cumprimento dos direitos humanos e, a montante, diminuir os encargos diretos e indiretos do Estado, tal como nos revela o relatório da Organização Mundial de Saúde de 2022, onde é referido que cada euro investido na ampliação das respostas só para depressão e ansiedade, duas patologias que são causas e consequência da toxicodependência, têm uma poupança, um retorno de cinco euros por cada euro que é investido.

Mas a ação governativa do Governo em funções tem revelado fragilidades no que ao combate e prevenção às dependências diz respeito. E o facto de ainda não estar implementado o Plano Regional de Saúde, o Plano de Ação Regional de Prevenção e Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências, o Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Tabagismo, ou o Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, é bem demonstrativo disso.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Ao invés de investir, este Governo está a desinvestir na prevenção e combate às dependências.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Não apiado!

**A Oradora:** Exemplo disso é o corte de 25% ao Plano e Orçamento da Região, aprovado para 2023, e que também se fará sentir no que a esta rubrica de despesa

diz respeito.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não apoiado!

**A Oradora:** Um corte que põe em risco a necessidade de reforçar os recursos e os meios de resposta a este flagelo. Não podemos esquecer que as dependências são um problema de saúde pública, com um impacto desproporcional relativamente a outros.

O agravamento desta problemática impõe e exige reforço dos meios e recursos disponíveis e não desinvestimento.

E, portanto, Sra. Secretária Regional, há também nesta matéria questões a colocar. Este corte será transversal a todas as rubricas de despesa? Irá afetar ainda mais o agravamento da lista de esperas? Porque existe lista de esperas, Sra. Secretária. Que medidas serão tomadas para assegurar as necessidades que ficarão por responder com esse corte no Plano de Investimentos, que por si só já era manifestamente insuficiente? Será também aplicado aos parceiros do Governo Regional que intervêm nesta área? Em vez de definir estratégias e mobilizar recursos, como é que este Governo responde? Como é que o Governo responde a esta problemática?

Por último, referir, aqui, relativamente àquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata referia, que, efetivamente, o agravamento dos consumos entre os mais jovens é, de facto, uma preocupação extremamente aumentada, porque o acesso às NSP em particular pode acontecer em casa, atrás de um ecrã.

Na nossa Região, a média dos consumos acontece entre os 15 e os 16 anos, apesar de haver jovens que iniciam em idades ainda mais precoces, aos 12 e aos 13 anos. E, portanto, é preciso desenvolver medidas e ações, algumas das quais nós trazemos aqui como proposta, outras haverá, seguramente, para fazer este caminho.

É preciso formar e sensibilizar, quer os jovens, quer os pais, para o espaço mais perigoso dos nossos dias, que é a internet, a *Dark Web*, a *Deep Web*, que lhes

confere anonimato e segurança. É preciso trabalhar com programas de formação estruturados num domínio dos fatores de risco e de proteção para os jovens em geral. Faltam também nesta área respostas por parte do Governo Regional.

**Voices dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

**(\*) Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A realidade nos Açores, no que concerne a comportamentos aditivos e dependências, assume contornos preocupantes, com especial enfoque no aumento dos consumos de novas substâncias psicoativas, tal como tem vindo a ser demonstrado pelos índices que são públicos e debatido em vários fóruns que têm existido sobre esta temática.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores está consciente de que enfrentamos uma nova realidade, de complexidade exigente e difícil, uma problemática desta dimensão que não se resolve de um dia para o outro e com medidas avulsas, como apresenta o Partido Socialista.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Temos vindo a observar também um aumento significativo dos consumos. E este está relacionado com o surgimento de novas substâncias psicoativas, mas também, e é bom não esquecer, com os efeitos da pandemia, que tem levado a situações de exclusão graves.

No entanto, todos sabemos que as dependências são um problema que existe há muitos anos, não tendo apenas surgido agora, apesar de ser cada vez mais evidente e mais visível na nossa sociedade.

**Deputada Nídia Inácio (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Acredito que os sucessivos Governos Regionais sempre olharam para esta problemática com seriedade. E acredito também que deram o seu melhor para colmatar esta necessidade. Aconteceu no passado e acreditamos que, certamente, acontece no presente. Aliás, como muito bem detalhou a Sra. Secretária Regional da Saúde e do Desporto, e que aproveito para felicitar e desejar o maior sucesso em prol dos açorianos.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Obrigada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É importante dar nota também do excelente trabalho que tem vindo a ser realizado pelas entidades parceiras do Governo neste combate. E quero aqui deixar o reconhecimento público, em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores, de todo o trabalho que tem sido desenvolvido, com dedicação, por estas mesmas entidades, para que sejam dadas respostas mais eficazes e mais adequadas à realidade que vivemos.

Nesta mesma linha, o Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, que esteve em consulta pública, determina uma intervenção mais organizada, mais planeada e operacional...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que assenta muito bem na prevenção.

Quanto ao Projeto de Resolução em análise, é importante esclarecer que este tem falsos pressupostos, porque faz tábua rasa daquilo que tem vindo a ser o trabalho desenvolvido pelas equipas no terreno, ignorando, como a Sra. Secretária referiu, uma série de programas que estão a ser desenvolvidos a nível da prevenção, da dissuasão, do tratamento e da reinserção dos doentes na sociedade, que comprovam que esta é uma prioridade para este Governo Regional.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Nota-se!

**O Orador:** Este Projeto de Resolução recomenda que o Governo Regional

desenvolva as diligências necessárias à imediata reposição de todos os encaminhamentos necessários para tratamento de cidadãos toxicodependentes. Ora, tal como já foi informado e abordado pela Sra. Secretária, o tratamento em comunidade terapêutica tem seguido os seus trâmites normais e não existe, repito, não existe uma lista de espera de doentes para encaminhamento, como refere o Partido Socialista.

Recomenda, igualmente, o Partido Socialista que o Governo promova um aumento das respostas para encaminhamento de doentes com duplo diagnóstico. E aqui, também, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Regional já está a dar respostas...

**Deputada Nídia Inácio (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... através da convenção de comunidades terapêuticas pela Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências e que dará uma resposta diferenciada aos doentes com duplo diagnóstico.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, estamos perante uma Resolução que assenta em pontos que já estão a ser executados, como referiu a Sra. Secretária, por este Governo, apesar de reconhecermos que este é um tema bastante pertinente.

E é bom recordar também que houve um desinvestimento na contratação de recursos humanos nos últimos anos da governação do Partido Socialista.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Ora!

**O Orador:** Relembro, por exemplo, a herança que o PS deixou, onde, em 2020, foi de um rácio de 5 psiquiatras para 100 mil habitantes, quando a nível nacional esse rácio é de 13 psiquiatras para 100 mil habitantes...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso é uma contradição!

**O Orador:** ... e a recomendação é que haja 17 psiquiatras para 100 mil habitantes. Portanto, estamos muito longe daquelas que são as recomendações.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Recordo também que o Partido Socialista extinguiu, vamos lá saber

com que intenção, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**Deputado Carlos Silva (PS):** A Estrutura de Missão vai resolver isso!

**O Orador:** ... a Direção Regional da Prevenção e combate às dependências, um ano após o início da legislatura de 2012 a 2016, demonstrando que esse sim, esse Governo Regional, liderado pelo Partido Socialista e pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não tinha esta matéria nas suas prioridades. Não podemos nem devemos ser populistas e demagógicos a este nível.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Carlos Silva (PS):** É isso que estás fazendo!

**O Orador:** Mas esta incoerência do Partido Socialista tem vindo a ser prática desde 2020, senão vejamos: ainda ontem, ouvia a Sra. Deputada Célia Pereira dizer que o PSD queria aproveitar o momento para fazer chicana política, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Oh!

**O Orador:** ... mas hoje, pasme-se, é o mesmo Partido Socialista e a mesma Sra. Deputada que vêm a esta Casa apresentar este Projeto de Resolução, que não faz outra coisa que não arremesso político.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Não, na política não vale tudo.

Temos todos de olhar para este problema com determinação e responsabilidade.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E todos seremos poucos para encontrar aquelas que são as soluções mais adequadas para este problema das dependências.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Exequíveis!

**O Orador:** E este problema exige o compromisso de todos, um compromisso político sério e responsável.

Este Governo Regional está a trilhar o seu caminho para encontrar aquelas que são as melhores soluções.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Melhores!

**O Orador:** E, como foi dito pela Sra. Secretária, os resultados estão à vista, por exemplo, na contratação de mais recursos para o nosso Serviço Regional de Saúde.

Disse.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Tudo verdades!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar a minha intervenção por dizer e dirigir-me à Sra. Deputada Vera Pires, porque, na verdade, não compreendo a Sra. Deputada Vera Pires, parece que não ouviu a intervenção da Sra. Deputada Valdemira Gouveia, daquela tribuna.

**Deputada Vera Pires (BE):** Mas o senhor vai-me explicar.

**O Orador:** E porque é que eu digo isso? Porque a Sra. Deputada vê sempre o copo meio vazio, ou seja, zero otimismo, zero esperança, está tudo mal.

E, depois, é uma imediatista, em que as coisas... Não ouviu o que a Sra. Deputada

Valdemira Gouveia disse, e bem, que os assuntos não se resolvem no tempo de uma legislatura e, eventualmente, não é no tempo de duas legislaturas. Infelizmente, é um flagelo.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É um flagelo não só da nossa comunidade nos Açores, não só da sociedade dos Açores, como a nível nacional e até transversal a todas as sociedades, infelizmente. É um flagelo.

Como disse e bem, muito bem... E tenho que saudar aquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Valdemira Gouveia, mais do que a da Sra. Deputada Célia Pereira. Eu tinha que lhe dirigir também este reparo, que é sempre um bocadinho mais cáustica. E, obviamente, parece que o facto de estar na oposição agora, de repente, dois anos para as dependências foi o drama, o horror, como diria Artur Albarran.

**Deputado Nuno Barata (IL):** O horror, a tragédia!

**O Orador:** E retomando a minha intervenção, aquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Valdemira Gouveia foi, efetivamente, uma intervenção séria, de alguém que, obviamente, conhece por dentro, conhece no terreno a problemática.

E também devo saudar, não é muito usual eu fazê-lo, também admito, a alteração que o Partido Socialista fez a este diploma, porque demonstrou, efetivamente, uma vontade que este diploma fosse aprovado nesta Assembleia, retirando aquilo que pudessem ser considerações mais subjetivas ou de apreciação política quanto àquilo que é a intervenção que está a ser levada a cabo por este Governo. E isso julgo que é de saudar, demonstra também a responsabilidade e a seriedade com que o Partido Socialista traz este assunto à discussão. E eu julgo que quem ganha com esta seriedade e com este trabalho são, na verdade, os Açores, os açorianos. E, por isso, também se deve dar o mérito quando ele é efetivo. E, por isso, também faço esse reparo ou essa observação.

Do ponto de vista do enquadramento desta problemática, também julgo que é

importante referir que os Açores e os açorianos não são uma sociedade mais propensa às dependências face aos nossos concidadãos do continente, ou seja, o facto de haver mais sinalização, por exemplo, na Região também tem a ver com o facto de sermos uma comunidade mais propensa a sinalizar, mais integrada, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Há quantos anos a gente dizia isso?

**O Orador:** ... ou seja, em que nos preocupamos mais com os outros. E isso é positivo. E por isso é que também temos, se calhar, maior prevalência ou incidência. E isso também é um facto que tem a ver com a nossa comunidade e é positivo. Não é positivo nos números, mas não quer dizer que nós sejamos mais propensos à dependência. Isso também é importante referir-se.

**Deputado Nuno Barata (IL):** É verdade! Mas também era verdade no passado e não era reconhecido!

**O Orador:** Pronto, talvez eu não estava cá para o reconhecer.

Mas, de qualquer das formas, depois, também devo fazer uma referência às forças de segurança, porque as forças de segurança são, na grande maioria das vezes, a entidade que faz esta sinalização e que, no fundo, acaba por ser a interligação seja com as associações que estão no terreno, seja com as unidades de saúde, ou seja, ...

**Deputado Luís Soares (PSD):** Promotoras de dissuasão.

**O Orador:** ... são promotores de dissuasão, como por exemplo em programas como a Escola Segura. As forças de segurança aqui são um elo importantíssimo também nesta sinalização.

E também a problemática do esvaziamento ou, pelo menos, da dificuldade em haver recursos e efetivos de segurança também acaba por concorrer para que haja mais dificuldade, às vezes, em sinalizar algumas situações. E, também, mais uma vez, já tivemos esta discussão sobre a ausência ou, pelo menos, do ponto de vista do Ministério da Administração Interna, não haver uma aposta na colocação de efetivos na Região Autónoma dos Açores, isso também é problemático e concorre

para o agravamento destas situações.

Mas indo aqui então ao encontro do diploma que o Partido Socialista nos traz aqui, como disse a Sra. Secretária da Saúde e Desporto, relativamente ao ponto primeiro e relativamente àquilo que é terminar com as listas de espera existentes para o efeito, ou seja, para o ingresso nas comunidades terapêuticas, a Sra. Secretária disse que, efetivamente, em janeiro de 2023, não havia utentes em lista de espera.

E para isto julgo que há aqui um fator também que é importante identificar, que é: obviamente, como já foi dito também logo na apresentação deste diploma, o aparecimento de novas substâncias, as novas drogas sintéticas, que, no fundo, têm uma permeabilidade na sociedade muito maior, uma penetração maior, e que também têm, ao invés, uma maior problemática na deteção ou na identificação das soluções por parte das entidades e das autoridades de saúde, porque, obviamente, muitas destas substâncias são desconhecidas, os efeitos não são todos exatamente iguais e isso dificulta também a identificação de qual é a melhor comunidade terapêutica para onde se deve referenciar cada utente.

E isso, a par do aumento exponencial que nós verificamos na Região e, sobretudo, também houve um agravamento em período pandémico... Não estou a dizer que haja uma relação direta com a pandemia, mas os números mostram um agravamento no número de utentes a necessitar de uma referenciação para comunidades terapêuticas. E nós estamos a falar de um aumento que, em 2015, se cifrava em um pouco mais de uma dezena de pessoas identificadas e, em 2022, estamos a falar de quase 80, ou seja, oito dezenas de pessoas a necessitar desta intervenção. E, obviamente, este aumento exponencial do número de casos identificados, a par com aquilo que é a complexidade na referenciação para as comunidades terapêuticas, tendo em conta aquilo que é a melhor solução que se deve encontrar para estas pessoas, pode levar, obviamente, a uma morosidade no processo. E esta morosidade no processo não quer dizer que estejam em lista de

espera.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Não há listas de espera!

**O Orador:** Lista de espera seria dizer: esta pessoa deve ir para a comunidade terapêutica A, mas não há verba ou não há vaga e a pessoa não vai. Essa está em lista de espera. Outra coisa é dizer qual é que é a comunidade que esta pessoa deve ir. São conceitos diferentes. Obviamente, também acompanhamos o facto de que deve haver a maior celeridade possível nesta referenciação, sempre.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E acompanhamos. Mas não acompanhamos, pelo menos, da forma como está descrita pelo Partido Socialista, pode dar a sensação de que há aqui algum laxismo ou alguma falta de vontade deste Executivo em resolver e colmatar esta problemática.

Relativamente ao ponto 2... A Sra. Secretária, aliás, foi muito sistemática ao abordar os pontos, e eu vou seguir a mesma lógica. Relativamente à questão das comunidades terapêuticas, eu também devo fazer aqui uma referência às equipas de tratamento que estão alocadas, tanto nas unidades de saúde da ilha de São Miguel, nas associações como a ARRISCA, a Alternativa, que têm feito um trabalho exemplar e que, na verdade, consideramos, o Grupo Parlamentar do CDS, que este encaminhamento para as comunidades terapêuticas tem sido adequado. Foi no passado. Quer dizer, são entidades reconhecidas, insuspeitas e que têm feito esse acompanhamento no passado.

E, também, aí o que podemos dizer, Sra. Secretária, é continuar a trilhar este caminho e, eventualmente, colmatar aquilo que sejam as insuficiências.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Sim.

**O Orador:** Mas julgo que temos aqui bons parceiros e que devem ser promovidos.

Pronto, não sei se haverá esta necessidade absoluta da promoção de um aumento, porque, na verdade, esse trabalho está a ser desenvolvido. Mas, pronto, também

não é isto que é o pior ponto resolutivo.

Depois, relativamente ao ponto terceiro, aqui julgo que o Partido Socialista incorre num erro, que, aliás, é comprovado pelo histórico. O Solar da Glória é disso exemplo, ...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Foi fechado!

**O Orador:** ... porque, obviamente, abriu e fechou ainda na vigência do Partido Socialista. E quando eu falo no Solar da Glória, e não me vou alongar muito, Sra. Deputada Andreia Cardoso, mas há um facto que julgo que foi identificado pelo próprio Partido Socialista, que era juntar numa mesma comunidade terapêutica menores e adultos.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Bem lembrado!

**O Orador:** E, aliás, é o que continua aqui a estar registado, que é dizer: programas de tratamento de duplo diagnóstico para jovens dos 14 aos 30 anos, na Região.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Porque é que mudaram isso?

**O Orador:** Com certeza, Sra. Deputada. E a Sra. Deputada Célia Pereira tem que convir que isto é inédito no país. Não há comunidades terapêuticas com esta abrangência de faixas etárias no país. E não parece, pelo menos, que haja alguma evidência científica que diga que isso é positivo. E, por isso, aqui, consideramos que este terceiro ponto não é propriamente o melhor.

**Deputada Célia Pereira (PS):** Foi a seguir à legislação nacional!

**O Orador:** Depois, e para tentar abreviar, porque, na verdade, estou-me a esticar um bocado, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Está-se a esticar muito!

**O Orador:** ... peço desculpa à Câmara, mas estes assuntos têm que ser abordados. E relativamente ao quarto ponto, que fala na realização do inquérito às escolas, consideramos que este inquérito é pertinente. E o Partido Socialista faz bem em dizer que é necessário retomar os inquéritos, mas também houve uma questão que foi identificada por este Governo e que também havia sido vista no passado, que

é: os inquéritos eram extensos, logo poderiam provocar uma menor adesão aos inquéritos e, por sua vez, um menor efeito do ponto de vista da prevenção.

Assim, o Governo, a Sra. Secretária já anunciou que também estão a trabalhar com a Universidade dos Açores na promoção de um inquérito que seja mais célere e que, por sua vez, tenha mais adesão e, por sua vez, possa causar uma melhor abordagem à prevenção.

E relativamente ao ponto quinto, também consideramos que o trabalho das equipas de rua e das equipas que estão no terreno deve ser o de promover e motivar as pessoas a aderirem a tratamento. E, por isso, também não é propriamente um ponto que nós acompanhamos, ou seja, que nós pudéssemos acompanhar.

De qualquer das formas, não obstante, esta discussão é pertinente, é importante. O CDS não vai acompanhar esta iniciativa. No entanto, não a vamos inviabilizar, por assim dizer. Porquê? Porque consideramos que é muito importante que este assunto seja discutido, é muito importante que se promova esta discussão e que se promova também o pensamento do Parlamento relativamente àquilo que tem que ser a abordagem dos Governos para esta problemática.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E também achamos que é pertinente ou importante que não se passe a mensagem que nós consideramos que está tudo feito e que por isso é que vamos chumbar uma proposta. Por isso, não vamos chumbar esta proposta, não vamos votar desfavoravelmente. Porquê? Porque consideramos que há muito ainda por fazer, é um trabalho contínuo, vem do passado, está a ser continuado, está a ser melhorado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E, por isso, consideramos que, face àquilo que eu expus relativamente às insuficiências de alguns destes pontos, não poderemos acompanhar na totalidade e por isso é que não vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado.

**Voices dos Deputados das bancadas do CDS-PP: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que nas legislaturas anteriores, não há dúvida, estávamos a perder esta batalha, a batalha contra as dependências. E nesta legislatura não a estamos a ganhar. E nesta legislatura ainda não a ganhámos. É uma batalha muito difícil.

É preciso ter em conta, na minha perspetiva, da enorme complexidade do que todas as sociedades estão a enfrentar para combater este flagelo, mesmo sociedades ricas que estão a projetar um grande conjunto de meios, mesmo estas sociedades estão a ter grandes dificuldades em triunfar nestas temáticas.

O que eu acho é que, em relação ao Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, este podia ser um contributo que tentasse agregar, concertar esforços, porque esta problemática, não tenham dúvidas, obriga a uma concertação de esforços, não só ponto de vista político, como até dos Governos, do Governo Nacional, do Governo da República e também da União Europeia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É necessária uma concertação de esforços de todas as entidades.

E nós, aqui neste Parlamento, deveríamos dar o exemplo, tentar concertar esforços, porque é um problema de enorme complexidade que, todos, o Governo anterior enfrentou e que nós estamos a enfrentar também neste momento.

Mas o que se constata é que o Projeto de Resolução não tem esse espírito, não tem espírito de se preocupar, de facto, a 100% com esta questão. Há uma preocupação

para atacar do ponto de vista partidário e para utilizar esta questão no ataque partidário.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** Por exemplo: “A prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás.” É o nome do Projeto de Resolução. Começa logo por aqui. Parece que estávamos à frente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade! Bem visto, Sr. Deputado!

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** Parece que estávamos à frente. E não estávamos à frente. Continuamos com dificuldades, que estamos a tentar combater, que estamos a implementar medidas para tentar melhorar a situação, mas não estávamos à frente. Não estávamos à frente.

Depois, há aqui outras expressões: “O PS/Açores sempre defendeu, como agora defende, que todos os cidadãos toxicodependentes devem ter acesso ao tratamento.” Bom, mas não é isso que é feito agora? Não têm todos o acesso a tratamento?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não está dito que não têm acesso?

**O Orador:** É que votar favoravelmente esta iniciativa significa aceitar esta interpretação de que antes todos tinham e agora nem todos têm.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** É o que está escrito!

**O Orador:** E eu não posso subscrever esta análise.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Depois, outras expressões, como por exemplo: “O Governo Regional de direita”. O que existe é um Governo Regional dos Açores!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Quem quer dividir, quem criar barreiras, quem quer dividir os açorianos mesmo numa questão destas, fala em Governo Regional de direita. Quem quer resolver, quem quer concertar esforços, fala em Governo Regional dos Açores, que é este que está neste momento empossado nestas funções, nestas altas funções, ...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... como futuramente estarão outros Governos. E já estiveram Governos também com outra sustentação do ponto de vista partidário. Mas há aqui um Governo, que é o Governo de todos nós, que é o Governo Regional dos Açores.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, na redação deste Projeto de Resolução, há aqui... Para além de o Partido Socialista não ter aqui também um texto neutro. Há aqui constantes referências a um trabalho, a tentar elogiar o trabalho desenvolvido em temáticas, e não tenho agora tempo, mas que são altamente problemáticos. Eu não concordo, por exemplo, com alguns dos autoelogios que o Grupo Parlamentar faz a si próprio no Projeto de Resolução.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Autoelogios?!

**O Orador:** Por todos estes motivos, não posso, obviamente, subscrever esta proposta.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Nada disso é inocente!

**O Orador:** Quando a proposta for uma proposta centrada no problema e não no ataque partidário, podem contar com o voto favorável do PPM.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Sim, sim...

**O Orador:** Com uma proposta que é metade... metade não, estou a ser injusto, que tem uma componente realmente construtiva nalguns dos pontos, mas que têm uma outra parte que é meramente de ataque partidário, que é um panfleto de ataque ao Governo, pois eu não posso, obviamente, acompanhar este tipo de

posicionamento.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Em relação aos pontos que aqui estão previstos, bom, a Sra. Secretária Regional da Saúde e do Desporto já fez uma análise minuciosa do que aqui é proposto e já informou. Aquilo que todos nós sabemos é que agora existe maior rigor na análise dos processos. Portanto, não existem listas de espera. O que existe agora é o que se tenta melhorar, realmente, em relação à elaboração dos processos e que os mesmos sejam feitos do ponto de vista da análise...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Uma análise ajustada!

**O Orador:** ... e sejam bem direcionados, bem preparados, para que, realmente, se consiga responder às questões concretas que estamos a enfrentar.

Depois, também, em relação à insistência, dizem-me os especialistas que a insistência do Governo Regional de juntar jovens de 14 anos, de juntar menores com adultos, porque aqui o que se trata é, realmente, um tratamento de duplo diagnóstico para jovens dos 14 aos 30 anos e juntar numa única comunidade terapêutica estes adultos com estes jovens, não funciona, não foi uma estratégia que tivesse sucesso na anterior legislatura. E o que me dizem os especialistas é que é de evitar. Portanto, não subscrevo esta proposta que o Partido Socialista aqui faz.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Já percebemos!

**O Orador:** Também, em relação ao inquérito, eu tive a oportunidade de ver e a verdade é esta: o inquérito é demasiado longo, demasiado complexo. É um inquérito que não servia as escolas ou pelo menos não tinha a eficácia que se pretende numa recolha de informação deste tipo.

Por isso, aquilo que o Governo Regional está a fazer em conjunto com a Universidade dos Açores é mais adequado. E já teremos a oportunidade de implementar já no próximo ano letivo.

Em conclusão, para não me alongar mais, muito mais haveria a dizer sobre este

conjunto de propostas que o Partido Socialista aqui nos traz, este projeto não reúne as condições, ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Claro que não! Pois claro!

**O Orador:** ... nem na forma nem no conteúdo, para poder ser acompanhado pelo PPM.

Mas também não vou votar contra. O Grupo Parlamentar do PPM não vai votar contra esta iniciativa. Consideramos que é necessário sinalizar estas questões, é necessário concentrar esforços, mas não neste espírito, num espírito de guerrilha política. Não. É no espírito de concertação, é no espírito de juntar esforços, de nos juntarmos todos para combater este flagelo, que é um enorme flagelo. Não vale a pena tentar esconder, é uma matéria de enorme gravidade. E nós, neste momento, não estamos a ganhar esta batalha.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Já nem me lembrava.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai apoiar esta iniciativa.

E também dizer que o Governo anterior do PS fez o seu trabalho, durante várias legislaturas, apesar, obviamente, do desinvestimento que houve em 2019, no Orçamento, comparativamente com 2022 ou mesmo com este ano, 2023, em que temos um investimento maior.

E não vou também alongar-me mais, apenas dizer ou pelo menos responder à Sra.

Secretária e também ao Sr. Deputado Paulo Estêvão o porquê deste título. Este título obviamente que não ajuda em nada para a coligação votar a favor, mas também não é a única razão. A única razão é que, matematicamente, mesmo que votasse contra, isto passava. Por isso é que se vão abster, provavelmente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tenho que responder!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Olha, mais um Deputado a fazer graçolas!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não está o Sr. Deputado Pacheco!

**O Orador:** Este título, obviamente, provavelmente, deve ser por causa do encerramento do Solar da Glória, que foi apresentado em 2008 (ano de campanha). O projeto começou e a construção em 2012 (ano de campanha). 11 anos depois, o projeto de 2,3 milhões, três meses aberto. 3 meses. 11 anos de projeto. 2,3 milhões de euros. O que é que faz este Governo? Fecha, fecha porque não gosta das faixas etárias.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Não foi este Governo!

**O Orador:** Não, o encerramento pelo Governo anterior tem a ver com a pandemia.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Este Governo decidiu, porque a Secretaria da Saúde passou para a Vice-Presidência, porque não gostaram muito da faixa etária dos 14 aos 30 anos e então meteram a faixa etária dos idosos. Esta é que é a verdade.

Então, temos a única coisa que demorou desde 2008 até agora, 11 anos de projeto, fecha e não é usado para o seu propósito.

E nesta situação tanto há culpa do PS porque demorou desde 2008 e estamos a falar de 15 anos e 11 anos de projeto (de 2008 foi a apresentação), bem como deste Governo que passa de uma tutela para a outra. A Secretaria da Saúde deu para a Vice-Presidência e passou a ser para os idosos. Nada contra, mas, obviamente, se há aqui um propósito, se há aqui algo relativamente às

dependências, neste caso ao tratamento das dependências, obviamente que este Governo podia separar a faixa etária se esse era um problema. Acho que o problema não poderia ser a partir daí.

E é por isso que temos este título nesta iniciativa. Se calhar, é por causa disso que existe esta iniciativa. Foi por causa, obviamente, do Solar e desse acompanhamento. Basta verificarmos de toda a comunicação social, de tudo aquilo que foi dito tanto pelo Grupo Parlamentar do PS, bem como pela coligação. Por isso, aquilo que nós temos a dizer é que este Governo também está a trabalhar. Exatamente como o Sr. Deputado Rui Martins disse, não é numa legislatura que nós vamos resolver, mas também não tivemos passos concretos dentro das legislaturas, também não saímos da cepa torta.

É um acompanhamento. Espero que este Governo tenha o acompanhamento da estratégia, que seja muito similar àquilo que nós temos no Orçamento, porque tem um investimento maior até de 2023. Espero que estratégia e a tática acompanhe, obviamente, este Orçamento.

Para o PAN, o encerramento final ou então o tratamento e o objetivo do Solar para os idosos, para nós, nós não acompanhamos essa decisão e achamos que foi até um tiro no pé.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor.

(\*) **Deputada Célia Pereira (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Guerrilha política, chicana política, questões de semântica, mas a verdade é que os Srs. Deputados que me acusaram a mim e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista não resistiram a fazer o mesmo, não é?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Confirma que fez!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Está confirmado!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não fica bem fazê-lo!

**A Oradora:** Relativamente às vagas para comunidades terapêuticas, se não há lista de espera, eu, portanto, gostaria de perguntar à Sra. Secretária se ela tem os valores relativos à execução desta rubrica em 2022 e qual o número de utentes que aguardavam resposta no final de dezembro de 2022.

Lembro que a Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências é a entidade que gere e é também a entidade que financia ou comparticipa em 80% o valor dos reencaminhamentos para as comunidades terapêuticas protocoladas com a Região.

Relativamente ao inquérito bianual às escolas e unidades orgânicas do Sistema de Ensino Regional, é, efetivamente, um inquérito extenso, longo, mas assim é porque, naquilo que são as questões e os temas que aborda, relativos aos comportamentos de risco, são envolvidas várias áreas, desde os comportamentos aditivos, desde a alimentação, desde o *bullying*, desde os acidentes, desde a higiene e desde a saúde afetivo-sexual. Daí também a sua extensão e o facto de demorar mais tempo a preencher.

Todavia, a recomendação que fazemos a este propósito é que, já que o estão a alterar, não deixem de inquirir sobre todas estas áreas, porque conhecermos quais são os comportamentos dos nossos jovens em todas estas áreas é fundamental para a definição de políticas públicas e é fundamental para a definição de medidas e de projetos com vista à sua minimização, prevenção e redução.

Depois, relativamente aos pontos e recomendações que o Partido Socialista entendeu por bem colocar neste Projeto de Resolução, eles fazem sentido, eles são recomendações em áreas onde o agravamento dos consumos se faz sentir, onde é necessário agir, agir com assertividade, agir hoje, agir já e não ficar refém de entendimentos que não estão alinhados com aquele que é o nosso modelo humanista e que está previsto já na legislação a nível nacional, nomeadamente o

Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de junho, que prevê como deve ser a atuação, uma legislação que está muito à frente, um modelo humanista que é referência a nível internacional e, portanto, que nos deve, apesar do flagelo, também orgulhar pelo caminho que o nosso país tem feito neste trabalho.

Por último, dizer ao Sr. Paulo Estêvão que, relativamente ao autoelogio e à neutralidade, por mais que o Partido Socialista se esforce, não o consegue bater. Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra Sra. Deputada Vera Pires.

**(\*) Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Eu gostava, em primeiro lugar, de agradecer ao Sr. Deputado Rui Martins a explicação que me prestou quer em relação à exposição realizada pela Sra. Deputada Valdemira, quer mesmo os esclarecimentos que fez em relação à minha própria intervenção, ...

**Deputada Ana Luís (PS):** Ele é muito generoso!

**A Oradora:** ... que fui eu que escrevi e que fui eu que li. E antes dos seus esclarecimentos, a minha posição e a posição do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda era de concordância e, portanto, de voto favorável a este Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista. Depois dos seus esclarecimentos, continua a ser. Portanto, agradeço realmente as explicações.

E gostaria de lhe pedir um outro esclarecimento, à bancada do CDS, mas que é extensivo também à bancada do PSD, à bancada do PPM e, portanto, à coligação em geral.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não falei...

**A Oradora:** E que é, chamemos-lhe assim, da elasticidade dos conceitos.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Elasticidade dos conceitos?!

**A Oradora:** Tivemos aqui, quase de seguida, três Projetos de Resolução apresentados: um ontem, se bem se lembram, do Sr. Deputado independente, que era vago, mas, sendo um Projeto de Resolução, poderia ser vago e depois seria concretizado e, portanto, foi aprovado; tivemos um Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco que, porque era do Bloco, foi rejeitado; e agora temos um Projeto de Resolução que, independentemente do voto da coligação ser contrário ou ser de abstenção, iria passar.

E, portanto, eu queria pedir um esclarecimento em relação a como é que se classifica o vosso copo, porque o meu copo, como pessimista encartada (fui aqui chamada), é sempre o copo meio vazio. Este copo, esta abstenção tão pouco airosa, é só meio. Nem cheio nem vazio, é só meio. É nada.

Muito obrigada.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Agora vai decidir sobre a nossa posição de voto sobre o diploma? Era só o que faltava!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** O que o Bloco de Esquerda defende... É para os açorianos verem como é que seria o Parlamento se tivéssemos o Bloco de Esquerda a governar a Região!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vera Pires, devo-lhe dizer que a Sra. Deputada é que chega a este Parlamento e tem-nos habituado a entregar projetos, discutimos os projetos, vemos as diferenças e chega ao fim a negociação com o Bloco de Esquerda, com a sua presença, é zero, ou seja, aquilo que entra é a versão com que acaba, ou seja, nunca há aqui uma tentativa de encontro, zero, ou seja, a sua flexibilidade é zero.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E agora vou-lhe dizer então qual é que é a diferença nos três diplomas.

**Deputada Vera Pires (BE):** O senhor sabe qual foi?

**O Orador:** A diferença é que o diploma de ontem tinha a ver com aquilo que já estava em vigor e que, obviamente, foi bem explicado qual é que era o objetivo. E sendo um Projeto de Resolução, nós estávamos de acordo com aquilo que se estava a fazer.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Aquilo que o Bloco de Esquerda apresentou e que nós votámos contra, votámos contra porque, foi-lhe explicado, o primeiro ponto nós somos contra. Se somos contra, votámos contra, óbvio, em consciência e em consonância com aquilo que era a nossa posição.

Esta abstenção tem a ver com o quê? Nós não concordamos com aquilo que está proposto nos pontos resolutivos, porquê? Porque consideramos, como eu expliquei e não vou voltar a repetir, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que eu demorei 12 longos minutos, e peço desculpa aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas... Pronto, foi o tempo que demorou.

**Deputado Nuno Barata (IL):** E só tem 25 segundos!

**O Orador:** E quando nós nos vamos abster, neste particular, tem a ver com o quê? Porque nenhuma destas propostas, ao invés da sua, condiciona o Governo a implementar uma obrigatoriedade da disponibilização de algo para todos, num sistema universal, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem! Exatamente!

**O Orador:** ... que nós éramos contra. E aqui não tem nada a ver com isso. Aqui tem a ver com um trabalho que é preciso ser continuado...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

... e, eventualmente, intensificado, mas que nós não concordamos com os pressupostos que estão...

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... plasmados nestes pontos resolutivos. E é única exclusivamente isto.

**Presidente:** Tem de terminar.

**O Orador:** E termino, Sr. Presidente. Peço desculpa.

**Presidente:** Tem mesmo de terminar!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Tem três minutos, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, eu expliquei detalhadamente o que é que estava de acordo com o Projeto de Resolução e o que é que não estava de acordo com o Projeto de Resolução.

V. Exa. nunca me viu a problematizar o seu sentido de voto porque seguiu uma determinada estratégia ou porque não estava ao lado dos vencedores do voto, que era provável que não ganhássemos. Eu não faço isso, Sr. Deputado.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor já fez isso várias vezes!

**O Orador:** Não faço a si e peço-lhe para não me fazer a mim.

Se eu lhe digo que estou a abster-me porque concordo com algumas das coisas e concordo que sinalize a questão, mas não concordo com outros pontos, é por isso que eu não posso acompanhar esta questão.

E até na questão da forma fui bastante detalhado porque é que não posso

acompanhar de forma favorável. Não é porque vou perder a votação. Não é por isso. Eu estou habituado, perdi centenas de vezes. Estou aqui há tantos anos. Ninguém perdeu tantas votações como eu, neste Parlamento.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, não me venha dizer agora que eu me vou abster porque vou perder. Eu estou habituado a perder.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não estava habituado era a ganhar!

**O Orador:** Perco muitas batalhas, Sr. Deputado, mas há uma coisa que eu lhe posso dizer: perdi tantas batalhas, mas ganhei a guerra.

E, portanto, estou habituado a perder, ninguém perdeu tantas votações como eu aqui.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Depois, peço-lhe, Sr. Deputado, que não construa a teoria da conspiração em relação ao meu sentido de voto, porque é que eu decidi votar assim ou de outra forma, porque senão eu vou passar a fazer a mesma coisa a V. Exa. E V. Exa. pode ter certeza que não vai gostar.

Agora, também lhe quero dizer, Sra. Deputada Vera Pires, V. Exa. vive, e o Bloco de Esquerda, numa espécie de filme de catástrofe, permanentemente. Os senhores conhecem aqueles filmes de catástrofe da década de 70, em que os navios se afundam constantemente?

**Deputada Vera Pires (BE):** Não gosto!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ainda não eram nascidos!

**O Orador:** E, portanto, aquilo é uma tragédia, depois só sobrevive um no final, mas, entretanto, há todas aquelas peripécias. Não é só os navios, é também os

andares, aquilo tudo, aqueles filmes da década de 60. Conhece isso? V. Exas. estão nesse cenário e não conseguem sair desse cenário. Eu penso que, no final, não tenho a certeza se vão sair vivos desse filme, desse filme político em que V. Exas. vivem permanentemente.

Em relação à Sra. Deputada Célia Pereira, olhe, veja bem, é uma coisa que eu lhe posso dizer: eu, da minha parte, o que lhe posso dizer é que podem acusar-me de muitas coisas, mas nunca de falta de humildade, Sra. Deputada.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PS:** Oh, sim!...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor acabou de fazer!

**Deputada Vera Pires (BE):** Ganhou a guerra!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ganhou a guerra!

**O Orador:** Nunca, nunca de falta de humildade, Sra. Deputada.

Isso, o autoelogio, Sra. Deputada, deixe para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e nunca para o PPM. Nós somos um pequeno partido, um partido humilde. E não temos esse pecadilho. V. Exas. já tiveram muito mais, muito mais. Mas continuam a ter, esse é que é o grande problema. A arrogância continua a impregnar a vossa atuação.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Olha quem fala! Até parece que a gente não o conhece!

**O Orador:** Têm que mudar, ainda não mudaram o suficiente.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

**(\*) Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu prometo ser direto, objetivo e rápido. Eu gostava de deixar duas ou três notas.

Em primeiro lugar, felicitar o Partido Socialista, porque a iniciativa que fez entrar, a substituição integral, vem, de certa forma, melhorar em alguns aspetos o preâmbulo desta mesma iniciativa, mas, todavia, não altera aquele que é o objetivo principal do Partido Socialista, infelizmente, na nossa opinião, que é, simplesmente, uma vez mais, puxar os Açores para trás. E começa logo pelo título, que não vou, obviamente, voltar a repetir.

Mas queria também dizer que o Partido Socialista teria aqui uma oportunidade única de apresentar contributos válidos, que, efetivamente, poderiam melhorar e ajudar o Governo Regional no combate desta problemática, mas não o fez, ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não são válidos?

**O Orador:** ... decidiu, uma vez mais, puxar os Açores para baixo e, uma vez mais, fazer chicana política.

E podia dar imensos exemplos, mas o exemplo mais prático que quero deixar e que demonstra o grande desinvestimento do Partido Socialista nestas áreas, tem a ver com o não aumento do valor padrão nas casas de saúde, que, desde 2008, repito, desde 2008 a 2022, não sofreu qualquer aumento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado!

**O Orador:** E, portanto, isto demonstra claramente a prioridade do Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não sou um teórico conspirativo. Eu sou uma pessoa pragmática. E pode, no máximo, acusar-me como tecnocrata excessivo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é.

**O Orador:** Sou, sou. Tento não admitir, mas sei que sim. E eu faço, no máximo, indicações com a informação que eu tenho, seja ela subjetiva, informativa, especulativa ou empírica.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Especulativa!

**O Orador:** Faço isso e faço a minha análise. E a minha análise, se eu estivesse do seu lado e no seu lugar, eu votaria contra. E votaria contra por causa do título, porque eu sou da coligação, faço parte do Governo e não admitia que aquele título fizesse parte de um Projeto de Resolução do qual eu votaria seja em abstenção ou seja favoravelmente. Eu votaria contra, ainda mais quando no Orçamento 2022 e 2023 é bem mais alto do que o último Orçamento do PS. Por isso é que eu votaria contra.

Não estou a acusar absolutamente nada, mas também tenho que olhar aritmeticamente, matematicamente: se votasse contra, nada aconteceria. E, politicamente, fica melhor votar em forma de abstenção porque é um tema problemático. É um tema problemático nos Açores, em Portugal, a nível mundial e ficava sempre bem, nem que seja para os anais da história, que houvesse uma abstenção e não uma votação contra, porque, provavelmente, o Sr. Deputado José Contente iria acusar-nos, daqui 20 anos, que a gente tinha votado contra. É só apenas por causa disso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Contente, tem a palavra. Faça favor.

**Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Eu não vou prolongar essa discussão, só vou dizer que aqueles que não têm memória não têm história.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e de outros Deputados de diferentes bancadas)*

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** A melhor intervenção deste debate!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional, faça favor.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Eu não tenho pressa para ir para casa!

**(\*) Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

Uma explicação muito sucinta, apenas em resposta ali ao Sr. Deputado Pedro Neves, pronto, que quer dizer que a justificação do título se deve ao Solar da Glória. E já ouvi, aqui, também, por parte de alguns Deputados do Partido Socialista, que a pandemia foi a causa para o encerramento. E, de facto, felizmente, há documentos que comprovam o contrário. Dizer que a contratualização da exploração do espaço, digamos, foi feita através da Casa de Saúde de São Miguel. E tenho aqui em minha posse um e-mail, datado do dia 14 de fevereiro de 2020, no qual, portanto, a entidade que tinha esta responsabilidade pede, obviamente, uma alteração ao contrato, porque, de facto, não consegue comportar os custos, atendendo ao número reduzido de utentes pela faixa etária ser limitada.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos**

**Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para responder, muito rapidamente, ao Sr. Deputado Pedro Neves e dizer-lhe o seguinte: não tenha dúvidas que o seu exercício foi meramente especulativo. Os outros três não contam.

**Presidente:** Tem de terminar.

**O Orador:** E dizer-lhe também que não contou V. Exa. com uma coisa: com a minha bondade.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** A sua?...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bondade.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Não se trata aqui de uma questão de ganhar ou perder, conforme foi aqui aventado por parte dos partidos da coligação.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em última análise, quem ganha ou quem perde são os destinatários das medidas legislativas que nós tomamos aqui nesta Assembleia.

E quando falamos aqui em questões de autoelogio ou da memória daquilo que é o passado, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por falar em autoelogio...

**O Orador:** ... o Sr. Deputado Paulo Estêvão, no ponto anterior, acabou até de fazer um elogio àquilo que tinham sido as práticas implementadas pelo Governo Socialista, ...

**Deputado José Ávila (PS):** Só se foi sem querer!

**O Orador:** ... naquilo que diz respeito ao rastreio do cancro do colo do útero, que foi iniciado em abril de 2010, e à vacinação contra as infeções provocadas pelo vírus do papiloma humano, que começou em 2008.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Já estamos dois pontos atrás na Agenda!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Estamos a andar para trás na Agenda!

**O Orador:** Há, portanto, aqui um histórico que importa ter em consideração.

E quando nós falamos no trabalho que foi feito e na evolução que se obteve, não podemos deixar de ter em consideração aquilo que foram os planos que foram implementados, nomeadamente o Plano de Ação para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, ...

Diga, Sr. Deputado Joaquim Machado?

... que o último data de 2018/2020, o Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Tabagismo, ...

**Deputado Flávio Soares (PSD):** E a execução desse plano?

**O Orador:** ... que o último data de 2017/2020 e, por último, o Plano de Ação Regional, que também é de 2017/2020.

E, portanto, todo o trabalho que foi conseguido, embora não se conseguindo atingir os indicadores que todos nós pretendíamos, a verdade é que se conseguiu ganhos no combate e na prevenção dos comportamentos aditivos na Região.

Quando a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto refere que não foi feito o inquérito, eu não compreendo o porquê de não ter sido feito o inquérito. O inquérito foi feito em 2021.

*(Neste momento, o Deputado Tiago Lopes mostra um documento à Câmara)*

Temos dados de 2021. E é sobre os dados de 2021 que causam a nossa preocupação e que motivam este Projeto de Resolução. O inquérito foi feito. 2021. Nos agradecimentos está um agradecimento à Direção Regional de Combate e Prevenção às Dependências.

Portanto, dizer que não foi feito um inquérito é não ter conhecimento que foi feito um inquérito, bem como dos resultados que foram obtidos desse inquérito. E quais é que foram os resultados? Os Açores, a par do Algarve, são as regiões com maior percentagem de jovens que experimentaram recentemente problemas relacionados com os comportamentos aditivos em geral, em 2021.

Face a 2019, a experiência de problemas recentes relacionados com o consumo de álcool aumentou em todas as regiões do país, sendo que o maior aumento se verificou nos Açores, mais 8 pontos percentuais.

Relativamente ao tabaco, a tendência até 2019 era de que a prevalência estava a diminuir no consumo, nos últimos meses.

Em 2021, os Açores foram a Região com maior percentagem, 18% de jovens que declararam ter sentido problemas nos últimos 12 meses relacionados com o consumo de drogas ilícitas.

Entre 2015 e 2019, a experimentação do consumo de medicamentos tranquilizantes ou sedativos sem prescrição médica entre os jovens de 18 anos variou de forma mais expressiva nos Açores, onde se assistiu a um decréscimo de menos 4,5 pontos percentuais, passámos de 13,8% para 9,3%, caminhando-se para uma convergência com o total nacional, que foi interrompida com o aumento verificado em 2021.

O consumo recente, nos últimos 12 meses, também viu a sua tendência invertida em 2021 com uma subida de 1,3 pontos percentuais, quando entre 2015 e 2019 se registou um decréscimo de 3,1 pontos percentuais.

Em 2021 face a 2019, a percentagem de jovens que sentiram problemas nos últimos 12 meses relacionados com a utilização da internet aumentou sobretudo nos Açores e no Alentejo, mais 6 e 5 pontos percentuais, respetivamente.

São estes dados, de 2021. Não são de 2019 nem de 2020, são de 2021, que motivam a preocupação do Grupo Parlamentar do PS e que motivam este Projeto de Resolução. Ignorar isto é ignorar o estado da situação e da saúde na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Se quisessem ter feito isso, teriam feito!

**O Orador:** Quando V. Exas. falam em comunidades terapêuticas, é interessante a expressão utilizada pelo Sr. Deputado Rui Martins, do CDS: agora já não são listas de espera, são listas de morosidade. Portanto, entramos aqui na área do eufemismo.

Quando fala nas comunidades terapêuticas e no facto de termos jovens de diferentes idades inseridos na mesma comunidade terapêutica, não foi de ânimo leve que isso foi feito no Solar da Glória, que foi extinto, obedece àquilo que está previsto no Decreto-Lei n.º 16/99, de 25 de janeiro. Portanto, tem um enquadramento legal. O Governo anterior não fez nada contrário àquilo que está disposto na lei desde 99.

Portanto, este Governo, se tinha alguma coisa a alterar, e, como a Sra. Secretária referiu, tinha um e-mail, de fevereiro de 2020, das casas de saúde a solicitar uma revisão do contrato, revia o contrato, fazia uma proposta de alteração de lei, alterava o financiamento, mas fazia alguma coisa.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Os senhores não fizeram! Porque é que o senhor não fez?

**O Orador:** Agora, extinguir, fazer aquilo que é o mais fácil, deixar de dar uma resposta que era regional, obrigando os jovens a irem para o continente, para as comunidades terapêuticas?! Essa não é a opção, na ótica do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Porque é que o senhor não fez?

**O Orador:** E, depois, diz o Sr. Deputado Flávio Soares que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz tábua rasa do trabalho desenvolvido pelos profissionais no terreno. É precisamente o contrário. Nas reuniões que nós temos feito com as associações e com as unidades de saúde de ilha, são os profissionais que, na falta e orientações regionais, na falta de planos para o tabaco, para o álcool, para o combate e prevenção às dependências, desde 2020 não há absolutamente nada, estão a fazer aquilo que existia desde 2020.

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): O senhor rejeitou o estudo!

**O Orador:** Porque não há orientação nenhuma. E, portanto, nós não estamos a fazer tábua rasa.

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): O senhor não quis fazer o estudo!

**O Orador:** Tomara nós que o Governo fosse tão expedito e tão solícito como são os profissionais de saúde, tivessem a responsabilidade que têm os profissionais de saúde, que, na falta, ...

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): O senhor teve responsabilidade e não fez!

**Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Onde está a sua responsabilidade?

**O Orador:** ... na ausência de orientações regionais, seguem aquilo que o Governo do PS tinha implementado até 2020.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Por último, Sr. Deputado Flávio Soares, falar nas casas de saúde e nos aumentos que foram feitos é muito interessante. Este Governo aumenta a diária

às casas de saúde e depois não paga. Afinal, do que é que isso serve?

Muito obrigado.

**Voices dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo (os homens já foram...):

**Deputado Nuno Barata (IL):** O mundo é das mulheres, Sr. Deputado!

**O Orador:** Provavelmente.

A pergunta que deixo aqui à Câmara é: será mesmo necessário instrumentalizar o flagelo social das dependências para andar aqui a fazer manobras políticas?

**Deputado Tiago Lopes (PS):** Cada iniciativa que vem aqui é um instrumento, ora essa!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor é deputado ou é comentador?

**O Orador:** Acho que não. O assunto já está debatido. A partir daí, estar fazendo política desta forma está mal.

*(Aparte inaudível)*

O meu colega? Ah, o Sr. Deputado José Pacheco? Não, esse é useiro e vezeiro, fugiu da sala. Isso é normal. Foi para o aeroporto, provavelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições para esta matéria.

**(\*) Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Primeiro, queria esclarecer que nós, efetivamente, reconhecemos os dados que o Sr. Deputado apresentou – nós, partidos da coligação e, obviamente, este Governo –, tanto que estamos a trabalhar para colmatar essa mesma dificuldade e estamos a tentar resolver os imensos problemas que o Partido Socialista e o senhor, com responsabilidades na matéria como Diretor Regional da Saúde, nos deixaram, com a falta de psicólogos, a falta de psiquiatras, e que nós, este Governo Regional abriu concursos e está a proceder à contratação desses mesmos profissionais.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E portanto, este é o reconhecimento de que este assunto é uma prioridade para este Governo.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Medida do PAN, não se esqueça!

**O Orador:** E, depois, esta questão do Solar da Glória, Sr. Deputado Pedro Neves, eu não percebo a lógica. Ora, fecharam o Solar da Glória, aquela instituição. Porque não fecharam outros solares? Porque não fecharam casas de saúde? Só aquela entidade em específico é que não tinha capacidade para combater a pandemia? Era só aquela instituição? E, portanto, não faz sentido que o Governo Regional do Partido Socialista, ...

**Deputado Tiago Lopes (PS):** O senhor não leu a resposta?

**O Orador:** ... em abril de 2020, tenha encerrado aquela instituição e não tenha feito nada durante os oito meses seguintes, até este Governo tomar posse, para resolver esta situação. E, portanto, não faz qualquer sentido. E a justificação poderia vir porque temos aqui responsáveis por essa matéria.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor concorda?

**O Orador:** E, portanto, têm todo o tempo, poderão intervir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Sr. Deputado Flávio, não vou responder à provocação, mas vou apenas informar. Foi uma medida do PAN que fez o aumento de psicólogos dentro da tutela da saúde.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** O que é que aconteceu?

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Não foi o Governo. Eu não sou Governo.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(\*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

De forma muito rápida.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** O senhor tem muito mais responsabilidade nessa matéria, Sr. Deputado!

**O Orador:** Sr. Deputado Flávio Soares, ou não leu a resposta do Governo ao requerimento, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou sobre o Solar da Glória, ou então está a falar sem conhecimento de causa ou decora, porque o Governo contou o histórico todo do encerramento do Solar da Glória.

Muita falta faz. Fará, eventualmente, se calhar, ao Sr. Deputado, agora Presidente da Câmara Municipal da Horta, Carlos Ferreira, que exigia nesta Assembleia que se abrisse o Solar da Glória. Se calhar, mais vale trazê-lo novamente para esta Casa para voltar novamente a apelar para abrir o Solar da Glória, que V. Exas. encerraram, que foi assumido pelo Governo em resposta a um requerimento nosso. Ou o Sr. Deputado não o leu?

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não leu!

**O Orador:** Sr. Presidente, podemos, então, se calhar, solicitar a distribuição da resposta do requerimento às Sras. e aos Srs. Deputados.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Faça chegar!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Os senhores abriram e fecharam, e este Governo é que é responsável?

**O Orador:** Por último, quando o Sr. Deputado Flávio Soares fala em extinção da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, quem extinguiu ou está a extinguir é este Governo.

Ainda agora, na passada sexta-feira, quando foi apresentado o Plano Regional de Saúde Mental, assisti a uma técnica da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências a questionar a Estrutura de Missão da Saúde Mental...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... o que é que era pretendido relativamente à articulação com a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências.

A Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências parece um eucalipto, ...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... tem tudo seco à sua volta, porque não consegue articular com ninguém.

**Presidente:** Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** E, portanto, V. Exas. ainda vão a tempo. E este Projeto de Resolução

é para isso mesmo, para inverter o rumo que esta Região está a seguir.

Muito obrigado.

**Voices dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde, faça favor.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Tem 10 minutos, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Educação:

Sinceramente, eu não posso fazer tábua rasa daquilo que foi afirmado pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, porque, na legislatura anterior, eu estava aqui, o Sr. Deputado era Diretor Regional, portanto, tinha responsabilidade na governação. E há coisas que foram aqui ditas que me deixam um bocadinho desconfortável, porque, se bem se recorda, em 2019, foi apresentado o estudo das dependências. E não podemos fazer tábua rasa sobre os resultados daquele estudo.

Dizer também que esse estudo foi aprovado por unanimidade, por todos os partidos políticos desta Casa, porque todos nós reconhecíamos que tínhamos que atuar e só podíamos ter uma atuação consequente após um diagnóstico real da situação.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

**A Oradora:** E dizer também que, na altura, ficámos todos surpreendidos, porque, curiosamente, nunca soubemos a explicação, houve uma faixa etária que foi deixada de fora do estudo. E seria a faixa etária que teria sido importante também

recolher dados para saber o que é que se estava, de facto, a passar.

E acho ainda mais curioso quando o senhor vem falar do Plano Regional do Tabaco, quando, na Resolução que foi aqui aprovada, o tabaco fazia parte, era um dos pontos resolutivos, portanto, dessa medida.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** É verdade!

**A Oradora:** E o que é que aconteceu? Quando o estudo nos chegou às mãos, zero dados sobre o tabagismo na Região!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Portanto, foi opção do Governo, na altura, não colher os dados relativamente ao tabaco, quando, por acaso, a Região é líder na neoplasia do pulmão e teria sido importante termos os dados ...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem lembrado!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... para podermos implementar, na nossa sociedade, nos nossos jovens, medidas preventivas e eficazes.

Mas tenho também que recordar o Sr. Deputado, porque, de facto, não consigo ficar descansada, como mãe desta Região, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mãe desta Região?

**A Oradora:** ... desculpem, como mãe nesta Região, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Pensava que era mãe desta Região!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** O senhor está a ouvir mal!

**Deputado Berto Messias (PS):** Eu ouço muito bem!

**A Oradora:** ... o estudo estava dividido em quatro pontos e os resultados da análise quantitativa, de facto, eram assustadores. Só para terem ideia, havia ilhas

em que os consumos se iniciavam aos sete anos de idade! Aos sete anos de idade! Pergunto: o que é que andou o Governo Regional a fazer durante este tempo todo para que os consumos se iniciassem aos 7 anos de idade?

**Deputado António Lima (BE):** Isso pode-se virar contra si!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Secretária, olhe que isso pode fazer ricochete! Não vá com sede de mais ao pote! Longos dias têm 100 anos!

**A Oradora:** Que medidas foram implementadas? Eu só consigo tirar uma conclusão: as campanhas de sensibilização, de prevenção, falharam redondamente no público-alvo. E, portanto, não podemos fazer tábua rasa destes resultados, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ninguém fez tábua rasa!

**A Oradora:** ... porque, de facto, há um passado.

Não temos a menor dúvida que há medidas a melhorar, que todos temos que continuar a trabalhar para inverter esta situação. Mas não consigo aceitar que o Sr. Deputado venha aqui fazer tábua rasa daquilo que é um historial do seu partido e da sua governação e querer dizer que este Governo não está a progredir nem está a ter medidas que, de facto, venham a ter resultados a longo prazo.

Obrigada.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem diz o que quer, ouve o que não quer!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo:

Muito rapidamente, porque me parece que esse assunto do combate às toxicodependências, pela gravidade que tem, os açorianos não mereciam que fosse tratado dessa maneira.

Nós temos um plano em discussão pública, do Governo. Aliás, a discussão pública já acabou. Há um plano anterior que foi executado. Há um plano presente que está para ser executado, que é praticamente igual ao plano anterior. E nós estamos aqui a discutir a eficácia de um ou a eficácia do outro.

Este problema é demasiado grave e sensível para a sociedade açoriana para ser tratado desta forma, ...

**Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito bem!

**O Orador:** ... inclusivamente a forma como a bancada dos partidos que suportam o Governo o está a tratar, Sr. Deputado Bruto da Costa.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não apoiado!

**O Orador:** E a bancada aqui atrás de mim. Não é culpa só de um, porque a culpa nunca é só de um. Só há guerra se dois quiserem, certo?

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Isso não é culpa de ninguém!

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): O senhor é um santo no meio disso tudo!

**O Orador:** Agora, o que importa aqui é percebermos se estamos todos no mesmo barco para resolver o problema que os Açores têm pela frente, daqui para lá.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Mas acha que este Projeto de Resolução é para estarmos todos no mesmo barco?

**Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): É essa a questão!

**O Orador:** Não, Senhor. Esse Projeto de Resolução até pode ser para não estarmos todos no mesmo barco. O senhor tem todo o direito de se abster. Agora, não tem é o direito, tendo um plano igual ao que vem do passado, de dizer que no passado não foi feito nada, percebe?

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Não é igual!

**O Orador:** O senhor não acompanha este assunto nem acompanhou no passado! Se o senhor tivesse acompanhado este assunto e tivesse acompanhado no passado, o senhor sabia que o plano que foi apresentado é praticamente plágio do plano do passado, como mudanças de forma e sem mudanças de conteúdo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade!

**Deputado Berto Messias (PS):** É, é!

**O Orador:** Vamos ser sérios neste debate.

E eu não vou gastar mais tempo. Porque eu não tenho pressa. Já pedi à minha encarregada de educação que marcasse passagem para vir para cá ter comigo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A escola do senhor não funciona!

**O Orador:** Não tenho pressa nenhuma, estou cá segunda-feira para debater. Mas não se esqueçam do que combinaram na Conferência de Líderes.

**Deputado José Ávila (PS):** Já se esqueceram.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 131/XII – “Prevenção e combate às dependências estão a ficar para trás”.

Sras. e Srs. Deputados, estamos numa votação!

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 131/XII foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 20 votos de abstenção do PSD, 3 CDS e 1 do PPM.

**Presidente:** Pergunto se há declarações de voto. Não havendo, vamos fazer um intervalo de 10 minutos.

*Eram 17 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 47 minutos.*

Vamos entrar no ponto 13 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 151/XII – “Manutenção do Cineteatro Miramar na esfera do Teatro Micaelense e a prestar serviço público de promoção cultural”**. É uma iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência prende-se com a existência de uma convocatória para a assembleia geral do Teatro Micaelense, empresa pública, em que no seu quinto ponto da ordem de trabalhos pode ler-se: “Autorizar a abertura de procedimento de hasta pública para a venda do Cineteatro Miramar.”

Esta assembleia geral está agendada para o dia 27 de Março, ou seja, antes da próxima sessão plenária.

E, apesar das garantias do Governo sobre esta matéria, nomeadamente do seu Presidente, nós consideramos que este Parlamento deve debruçar-se sobre este assunto, deve demonstrar a sua posição sobre esta proposta, que está para deliberação na assembleia geral do Teatro Micaelense e que, na nossa opinião, deve ser, obviamente, contrária.

É, para nós, absolutamente inaceitável que o Teatro Micaelense e o Governo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Governo?!

**Deputado Flávio Soares (PSD):** O Governo?!

**O Orador:** ... queiram ou tivessem querido vender esse equipamento cultural, o que só demonstra que o Governo e quem gere o Teatro Micaelense despreza a cultura, despreza a comunidade de Rabo de Peixe.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não apoiado!

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Que teve, e ainda bem, a forte oposição do Presidente da Junta de Rabo de Peixe, a quem saúdo pela posição que tomou.

E nós consideramos que este assunto não pode passar em claro. E este Parlamento deve dizer que este equipamento deve servir a comunidade de Rabo de Peixe e deve, sem dúvida, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso é a urgência, não é?

**O Orador:** ... ser melhorado ao nível da sua gestão, deve procurar promover mais cultura, mais eventos culturais, deve envolver-se ainda mais com a comunidade, mas isso só é possível se ele não for alienado, se não for vendido, se não for entregue a qualquer especulador imobiliário em detrimento da população da Vila Rabo de peixe.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor quer fazer o debate na urgência!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Já não faz o debate!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faz favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou iniciar o debate, tal como fez o Bloco de Esquerda, porque aqui era para justificar a urgência, mas vamos votar favoravelmente porque nós consideramos, sim, que este assunto é relevante, muito relevante, que é urgente e que é importante que o Parlamento, de facto, tome posição sobre esta matéria, apesar de

já conhecermos qual é a posição do Governo Regional nesta matéria. Mas também é importante que o Parlamento tenha a oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições no âmbito do pedido de urgência.

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima para a apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. O Cineteatro Miramar é um espaço cultural multiusos gerido pela empresa pública Teatro Micaelense desde 2005, ano em que reabriu ao público depois de obras de recuperação financiadas por fundos EFTA.

Além de um auditório com capacidade para 120 pessoas, com condições para acolher diversos espetáculos de palco e a projeção de filmes, no Cineteatro Miramar existe também uma biblioteca e ludoteca, e é também este espaço que acolhe a importante Escola de Música de Rabo de Peixe.

Recentemente, ficou a saber-se que um dos pontos da agenda da próxima Assembleia Geral do Teatro Micaelense é “autorizar a abertura de procedimento de hasta pública para a venda do Cineteatro Miramar”.

A concretização da venda do Cineteatro Miramar seria um duro golpe para a vila de Rabo de Peixe e um ataque ao seu desenvolvimento social e cultural.

Várias personalidades e entidades ligadas à vida social e cultural de Rabo de Peixe já se manifestaram publicamente contra a alienação do Cineteatro Miramar, entre as quais, como já referi, o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de

Peixe e Deputado do Grupo Parlamentar do PSD.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa recomende ao Governo:

Em primeiro lugar, assegurar que a infraestrutura do Cineteatro Miramar, em Rabo de Peixe, não será alvo de uma alienação, e que a sua propriedade e gestão permanecem públicas;

Em segundo lugar, garantir que o Cineteatro Miramar continua a prestar um serviço público de promoção da cultura na Vila de Rabo de Peixe.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais. Faz favor, Sra. Secretária.

**(\*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto:

Esta Resolução que aqui o Bloco de Esquerda nos traz vem na sequência de uma notícia que atribui ao Governo Regional uma putativa intenção, portanto, que já foi desmentida quer por mim, quer pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

E é muito importante que, nesta fase inicial deste debate, eu venha novamente fazer aqui a confirmação de quais são e sempre foram as reais intenções do Governo, para que este debate não seja conduzido por hipotéticas intenções, mas pela real situação...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e, como disse o Sr. Deputado António Lima, pela garantia que já foi dada pelo próprio Governo Regional.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Está aqui em causa uma convocatória. Apercebi-me, até no debate

público, que houve alguma confusão suscitada nesta temática, porque já havia pessoas que consideravam que já podia ter havido uma decisão da própria assembleia geral. Não é disso que se trata. Tratou-se de uma convocatória. E essa convocatória, depois dela ter sido lançada, eu própria tive a oportunidade, junto da comunicação social, numa notícia que foi publicada no dia 28 de fevereiro, de dar nota de que nunca foi intenção do Governo Regional, nem é, alienar o Cineteatro Miramar.

E estamos a fazer a avaliação, isso sim, das reais condições daquela infraestrutura, para que ela possa funcionar na sua dinâmica cultural, correspondente aos interesses da comunidade. E esse trabalho está a ser encetado com as autarquias a nível local.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E, portanto, o Sr. Presidente do Governo Regional também fez esse esclarecimento. E, portanto, aquilo que aqui quero deixar como muito claro, volto a reiterar: nunca houve, nem há, qualquer intenção do Governo Regional de alienar o Cineteatro Miramar, muito menos venda em hasta pública. E, portanto, dar aqui a esta Casa esta nota.

Obviamente que é legítima, e o Governo Regional aqui acolherá a vossa posição, mas dizer-vos, desde já, que, obviamente, o sentido desta Resolução já está por nós acautelado.

Muito obrigada.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmas. Sras. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução que hoje estamos a debater e que foi trazido pelo Bloco de Esquerda é um Projeto de Resolução que, para nós, é importante. E vamos concordar com o mesmo, porque acreditamos que é importante que o Cineteatro Miramar continue na esfera pública. E é isto que o PSD também defende.

Apesar daquilo que já foi dito pelo Governo Regional, quando saiu a notícia da convocatória acerca da assembleia geral, prontamente, o Governo Regional anunciou que não estava, nem nunca esteve, em cima da mesa ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... a hipótese de venda do Cineteatro Miramar.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Eu não inventei a convocatória, alguém fez!

**O Orador:** Estou a falar da posição do Governo, que se tornou pública a seguir à convocatória.

**Deputado António Lima (BE):** Mas está em cima da mesa!

**O Orador:** Uma coisa é a convocatória do Teatro Micaelense, outra coisa é a posição do Governo Regional. E uma coisa nada tem a ver com a outra.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Ávila (PS):** É preciso um bocado de esforço para acreditar nisso!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mais uma demissão!

**O Orador:** É preciso não esquecer que é importante defender a cultura. E aquilo que eu fiz enquanto Presidente de Junta foi referir a importância que aquele cineteatro tinha para a comunidade.

Queria, de uma forma rápida, dizer que Rabo de Peixe já teve dois cineteatros,

que era o Cineteatro Miramar e o Cineteatro de São Sebastião. Um deles foi adquirido por um particular, que hoje funciona, para quem conhece, uma Casa Cheia.

**Deputado António Lima (BE):** É mais uma Casa Cheia!

**O Orador:** E a importância desse cineteatro é que faz parte da história de Rabo de Peixe por aquilo que já foi referido, mas também porque, em 1949, através de um distinto cidadão daquela terra, Afonso Maria Tavares, adquiriu um terreno e construí este teatro, que viria a ser o nosso teatro.

Dizer ainda que a importância que representa para a nossa comunidade é elevada. E, mais uma vez, percebemos que aquela convocatória não teria e não teve aceitação por parte do Governo Regional.

Defendi e vou continuar a defender os interesses daqueles que votaram em nós. É para isso que nós estamos cá e é para isso que fomos eleitos. Primeiro as pessoas e depois os outros interesses.

Disse.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Estamos perante um Projeto de Resolução que tem na sua génese a nobre função de travar a venda do Cineteatro Miramar. Como disse o Sr. Deputado Jaime Vieira, o sobranço de dois cineteatros que a Vila de Rabo de Peixe, então Freguesia de Rabo de Peixe, teve até há bem pouco tempo.

Se eu, aqui desta bancada, agisse como muitos vão agindo, pelas últimas três palavras do primeiro ponto resolutivo deste diploma votaria contra este diploma. Mas não o vou fazer. Vou votar favoravelmente. Vou votar favoravelmente pela não alienação do Cineteatro Miramar, mas sou totalmente contra que fique exclusivamente para gestão pública. E que fique clara esta minha posição. Vou aprovar esse Projeto de Resolução porque ele trava a venda do Cineteatro Miramar.

Eu não queria entrar por aí. Ainda há pouco, falamos aqui de toxicodependência, de combate às dependências, de uma série de coisas muito importantes nesta Região. E uma das formas de prevenir – falou-se também de prevenção, todos falaram de prevenção – as dependências é precisamente através da cultura, do desporto. Todos aqui dissemos isso. Este é um bom exemplo, funciona uma escola de música, funcionam alguns grupos de teatro, funcionam atividades juvenis. Por isso, este é um excelente exemplo.

Eu quero acreditar que toda esta confusão, para não lhe chamar trapalhada, porque a chamar trapalhada eu ia, de repente, aqui, criar um problema de discussão, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Já está a criar!

**O Orador:** ... que não seria propriamente bom tendo em conta o adiantado da hora, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Ainda é cedo, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... tenha sido um daqueles casos em que a tutela não ingeriu na EPE Teatro Micaelense.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**  
Ora aí está!

**O Orador:** Porque isto é o que se me apraz dizer neste momento sobre esse assunto.

A empresa que gere o Teatro Micaelense entendeu, num ato de gestão, alienar o Cineteatro Miramar. O Governo Regional dos Açores, enquanto acionista, tem a

liberdade, em assembleia geral, de dizer: não, esse património não é alienável.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Claro!

**O Orador:** Depois, entendam-se.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, o problema não está posto de parte, infelizmente. É que se o Governo, durante estas semanas que precederam o dia atual, tivesse chegado publicamente e tivesse dito: olhe, aquela convocatória, que eu tenho aqui uma cópia, já foi alterada.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Não podemos fazer isso sequer!

**O Orador:** Ó Sra. Secretária, julgo eu que não somos todos inocentes aqui e somos maiores e vacinados, não me diga que a administração do Teatro Micaelense e o Sr. Presidente da Assembleia Geral, Pedro Gomes, um ex-Deputado desta Casa, não é inteligente o suficiente e não lê a realidade o suficiente para perceber que isto é um absurdo.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Um absurdo?!

**O Orador:** Manter esta convocatória com este quinto ponto na agenda é um insulto à população de Rabo de Peixe. É um insulto, depois da contestação e da forma como isto foi lido.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Insulto seria tirar!

**O Orador:** Não, o insulto é manter, é isto ir a votos e ser preciso esta proposta ser debatida hoje, porque o Governo podia ter, naturalmente, feito. E a

administração do teatro do Teatro Micaelense.

Mas eu tenho uma pergunta para fazer: de quem foi a decisão de incluir nesta agenda esta proposta? Não me venham dizer que isto surgiu do nada, caiu do céu, e até nem sequer estavam a pensar vender, era só para ver o que é que o Governo pensava. Eu não acredito e ninguém acredita que a tutela da cultura não sabia que a administração do Teatro Micaelense pensava e tinha intenção de vender o Cineteatro Miramar. Ninguém acredita. É que ninguém acredita.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Nem pode!

**O Orador:** Deve achar a Sra. Secretária que somos todos ingénuos.

Por isso, pergunto: de quem foi a ideia e de quem é a responsabilidade desta proposta?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, isso dá para um protesto!

**O Orador:** É uma pergunta muito simples. E julgo que a população da Vila de Rabo de Peixe merece essa resposta.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** O importante é que está resolvido!

**O Orador:** E também não posso deixar de dizer, o Sr. Presidente do Governo não está aqui, mas não posso deixar de dizer, quando o Sr. Presidente do Governo, questionado sobre esta matéria, diz, e cito: “Não percebo como surgiu a polémica.”... Não percebe como é que surgiu a polémica?!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Não estou percebendo, já está resolvido! Francamente!...

**O Orador:** Então, há uma proposta de alienação em hasta pública de um Cineteatro, e o Presidente do Governo não sabe onde é que surgiu a polémica?! Surgiu a polémica dessa proposta, que, como já disse, é um insulto à população da Vila de Rabo de Peixe. É um insulto a todos aqueles que desenvolvem atividades culturais naquele espaço. É um insulto a todos aqueles que querem não só continuar a desenvolver aquelas atividades, mas fazer muito mais pela Vila de

Rabo de Peixe e pelo povo que nessa vila vive...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Já conseguiu o que o senhor pretendia!

**O Orador:** ... e que, efetivamente, precisa daquele espaço. E precisa de muito mais, precisa que o Governo e Câmara e a Junta de Freguesia, todas as instituições públicas e privadas desenvolvam muito mais cultura naquela vila. Não precisam que lhes tirem aquele cineteatro.

Por isso, Sra. Secretária, a pergunta que lhe faço, mais uma vez, é: de quem foi a proposta?

Muito obrigado.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Eu já lhe respondi!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não respondeu, Sra. Secretária!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(\*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Muitas têm sido as notícias publicadas acerca da eventual alienação do Cineteatro Miramar, de Rabo de Peixe. É sempre difícil identificar o momento zero da salvação pelo lucro no mundo dos negócios. O certo é que daqui resultou um processo desencadeado pelo Conselho de Administração do Teatro Micaelense, entidade pública empresarial tutelada pela Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, a convocar a assembleia geral para o dia 27 de março, pelas 15 horas, a fim de, entre outros pontos elencados, autorizar a venda em hasta pública do Cineteatro Miramar. Esta convocatória, que consta do Portal da Justiça, é datada do passado dia 23 de fevereiro. E, apesar de todos os desenvolvimentos posteriores, o facto é que, até à data, se mantém inalterada naquele portal.

É uma decisão que vincula o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que não manifestou a sua autoridade política e sensibilidade pelo assunto em apreço,

como bem esperava a população de Rabo de Peixe.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**A Oradora:** A gestão daquele espaço é de 2005, altura de abertura ao público, depois das obras a que foi submetido e financiadas através dos fundos EFTA.

Esta mesma entidade lançou o isco e esperava, sorrateiramente, o aparecimento do peixe, mas as populações mais vulneráveis e habitualmente subestimadas não dormem, menos ainda a gente de Rabo de Peixe, resiliente e sem o privilégio da abundância, que reconhece e se agarra aos dispositivos de mobilidade social para os seus filhos.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** O Cineteatro de Rabo de Peixe é um espaço conhecido pelos rabopeixenses e por pessoas não residentes ligadas ao meio cultural. Por exemplo, os professores confirmam tratar-se de uma estrutura imprescindível ao desenvolvimento cultural da freguesia, ao convívio social de crianças, jovens e adultos.

São inúmeros os projetos pelo mundo fora nos quais as artes e a cultura servem de balão de oxigénio, impedindo que a delinquência seja a única solução vislumbrada para ultrapassar a pobreza...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e servindo de espaço seguro, onde os jovens podem explorar e exprimir saudavelmente as suas inquietações, assim como desenvolver uma identidade cultural sólida e autoestima.

Foi aqui, no Cine Miramar, criada a escola de música de Rabo de Peixe, uma

biblioteca, um espaço para a aprendizagem das novas tecnologias, onde a utilização de computadores tem sido uma janela aberta ao sonho de alguns jovens.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Em conversa com um destes jovens, foi-nos confirmado que foi na biblioteca do Cineteatro Miramar que sonhou em vir a escrever um livro. E partiu deste espaço todo o estímulo e concretização daquele seu sonho.

Também é aqui neste espaço que existe uma ludoteca e lugar que algumas associações culturais ligadas à música, ao teatro, estimulam os jovens ao caminho da cultura e do conhecimento.

Este é, ainda, um espaço de convívio para os mais jovens, seguro e com recursos para atividades de lazer pró-sociais, de estimulação da criatividade e inovação, cujo efeito individual e social para aquela vila e para o futuro da nossa Região não temos métrica para quantificar.

É aqui que reside o grande problema: nas folhas de Excel e equações de lucro empresarial, apenas capazes de ver a um palmo da testa, não cabe o sonho, o humano, o comunitário e o coletivo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**A Oradora:** Sendo este espaço de multiusos de diversas operacionalidades, o Presidente do Governo Regional da altura, Carlos César, deu como importante este espaço, considerando como o caminho para a coesão social, destinado a uma população carenciada destes bens e atividades.

Foram muitas as vozes discordantes e de apoio aos raboixeixenses postas nas redes sociais, imprensa regional e toda a comunicação social.

O comunicado do Partido Socialista da Ribeira Grande também vem alertar que o Cineteatro Miramar de Rabo de Peixe nasceu do gosto da população de Rabo de Peixe e que não pode ser refém de políticas de austeridade e que o mesmo deve passar para a alçada da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Persistindo por parte da comunidade grande receio em que se mantenha o

propósito da venda do Cineteatro Miramar, foi posta a circular uma petição dirigida à Assembleia Legislativa Regional, que, de imediato, acumulou mil assinaturas.

Face a todos estes acontecimentos, que esperam os raboexenses estarem sanados, deve o Cineteatro Miramar continuar o seu objetivo social, ligado ao serviço da cultura na Vila de Rabo de Peixe. E até deve ser dado mais impulso à sua dinamização.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**Deputada Ana Luís (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Que o Governo Regional reflita sobre a sua decisão sobre o Cineteatro Miramar. E nunca, em situação alguma, ser alienado, por ser uma afronta à cultura e ao desejo de todos os raboexenses.

E nunca podemos esquecer que o património cultural e identitário não tem qualquer preço.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Não sei de quem terá partido a ideia peregrina de vender o Cineteatro Miramar, mas o que é certo é que a convocatória não se escreveu sozinha.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Foi o Jaime!

**O Orador:** Isso eu tenho a certeza. Alguém escreveu, alguém deu ordem para escrever. Resta saber quem.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Foi o Pacheco!

**O Orador:** Mas resta mesmo saber quem, Sra. Secretária. Eu acho que é preciso responsabilizar quem escreveu ou quem autorizou escrever a convocatória que anunciava a venda ou a alienação do cineteatro. Isto é assunto grave demais para ser tratado assim ao de leve. Não faz sentido uma situação com este impacto naquela freguesia, mas também o impacto cultural que tem também nas pessoas da Vila de Rabo de Peixe, é grave demais para, olhe, dar-se o dito pelo não dito. Eu confio plenamente na informação que a senhora já transmitiu, de que não é para vender. Confio plenamente na informação que o Sr. Presidente do Governo Regional já disse, de que não era para vender. E tanto confio que não vou votar favoravelmente a iniciativa, porque admito que o assunto está resolvido.

Ultimamente, o que eu faço nesta Assembleia é: sempre que um assunto está resolvido, eu não voto favoravelmente. Eu vou-me abster, porque, contrariamente à bancado do PSD, que parece que não acredita na senhora e no Sr. Presidente do Governo e que vai votar favoravelmente, eu confio. Apesar de eu ter rasgado o acordo de incidência parlamentar, confio.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor não rasgou nada!

**O Orador:** Não rasguei, não, recuei. Eu não rasgo. Exatamente. Bem visto. Apesar de eu ter recuado, eu confio nas vossas palavras.

Mas eu acho que é importante nesta embrulhada perceber o que é que falhou aqui. Então, a Secretaria da tutela não tem mão no património que tem?

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Não é tutela!

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Não é tutela!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não tem a tutela?!

**O Orador:** Mas de quem é o património? Enquanto acionista, não é ouvido, Sra. Secretária? Enquanto acionista, não é ouvido? Um assunto com este impacto é tratado com essa ligeireza, Sra. Secretária? Não pode ser tratado com essa

ligeireza.

É bom que se apure, que se esclareça. E para que situações idênticas a essas não voltem a acontecer, porque isso mancha a credibilidade de um Governo, Sra. Secretária.

Quanto à iniciativa em si, olhe, sinceramente, é como já anunciei, não vou votar favoravelmente, porque, para já, considero o assunto resolvido e, segundo, na intervenção do Sr. Deputado António Lima, quando se diz que o cineteatro iria parar à mão de um qualquer especulador imobiliário, eu não tenho essa visão da sociedade. O edifício era posto a venda. Quem comprasse, tinha o direito de fazer com ele o que quisesse. Eu não considero que seja um especulador imobiliário. Se o edifício é importante, não se vende. A partir do momento em que se vende, eu acho que, dentro dos padrões de construção naquela zona, cada um tem o direito de fazer aquilo que quiser.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Sr. Deputado António Lima, é evidente, tem toda a legitimidade e fez bem em apresentar esta iniciativa. Agora, não pode é começar a desenvolver...

**Deputado António Lima (BE):** Posso, posso! Posso fazer o que eu quiser!

**Deputada Vera Pires (BE):** Deve dizer: não deve.

**O Orador:** Eu ainda não disse o que é que não pode, já está a dizer que não pode. Imagine que eu digo: pode ganhar as eleições. O senhor está em desacordo? Portanto, não reaja assim tão instintivamente.

Bom, o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que não pode, agora, começar com as teorias da conspiração...

**Deputada Vera Pires (BE):** Não deve!

**O Orador:** ... para tentar enaltecer o seu Projeto de Resolução. O seu Projeto de Resolução tem o mérito de trazer aqui ao Parlamento... E acho que é importante que o Parlamento se possa pronunciar sobre esta matéria e que possa deixar já gravado na rocha do tempo, que possa deixar já aquilo que é a opinião do Parlamento dos Açores. É positivo.

Agora, dizer: este problema não está resolvido.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não está!

**Deputado António Lima (BE):** Não está!

**O Orador:** Não está resolvido porque pode chegar ao Parlamento, pode chegar à assembleia geral do Teatro Micaelense e aquilo que o Sr. Presidente do Governo disse não vai ser respeitado e, portanto, podem decidir de forma diferente. Portanto, isto não está resolvido. Fica resolvido com a iniciativa do Bloco de Esquerda, porque os senhores podem reunir-se ali e ninguém vai saber qual foi o sentido de voto dos acionistas – os acionistas, que é o Governo Regional e é o Fundo, que é até maioritário, com 65,3%, o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quem é que manda?

**O Orador:** Bom, o que eu lhe posso dizer é o seguinte, Sr. Deputado: alguém acredita nesta história? Isto é uma história da Carochinha. Isto dizer assim: isto não está resolvido. Eles reúnem-se ali, ninguém sabe. Só aqui o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é que vai resolver isto. Isto ficou resolvido a partir do momento em que o Presidente do Governo Regional disse: não se vende. Ponto final. Isto ficou resolvido a partir do momento em que o Governo Regional...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** ... teve conhecimento do assunto e que tomou uma decisão sobre esta matéria. Ponto Final sobre o desenlace desta história.

Tudo o resto...

**Deputado António Lima (BE):** O Casino no Pavilhão do Mar...

**O Orador:** Há muitos. Há vários.

V. Exa., agora, quer vestir o fato de super-herói nesta matéria. Ó Sr. Deputado, já vai tarde. Sabe uma coisa? Quem tomou uma posição firme em relação a esta matéria desde o primeiro momento e quem se opôs está ali sentado, é o Sr. Deputado Jaime Vieira, como Presidente da Junta de Freguesia!

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E fez muito bem, Sr. Deputado Jaime Vieira, defendeu os interesses da sua terra, a cultura da sua terra, o património da sua terra. Felicito-o por isso, mostrou-se intransigente em relação a esta matéria. E fez bem.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** O que é que o Presidente do Governo disse na altura?

**O Orador:** E o Presidente do Governo Regional esteve igualmente bem quando transmitiu o seguinte: ...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Ele disse que não sabia como é que tinha surgido a polémica.

**O Orador:** ... isto nós não vamos deixar que aconteça. A história é tão simples como esta.

Diz-me V. Exa: ah, e eu devo retirar o meu Projeto de Resolução? Não. O seu Projeto de Resolução, já lhe disse, vou votar favoravelmente, porque tem o mérito

de ficar aqui escrito, agora e para o futuro, qual é a posição deste Parlamento, que eu não tenho dúvida nenhuma que será uma posição muito maioritária para o futuro. Fica já aqui. Para este e outros Governos, os que surgirem, de diferentes cores, há aqui uma posição do Parlamento dos Açores, que é: não se vende aquele património, não se vende aquele edifício, que é tão importante para a identidade cultural do povo de Rabo de Peixe e que é tão importante para as manifestações culturais de Rabo de Peixe. Isso é que é muito importante. E fica esta posição. E digo-lhe já que esta posição é uma posição que enobrece a iniciativa do Bloco de Esquerda. Agora, não venha dizer que resolveu o problema. Não foi V. Exa. que resolveu o problema.

**Deputado António Lima (BE):** Mas eu não disse isso!

**O Orador:** V. Exa. disse isto: ainda não está resolvido.

**Deputado António Lima (BE):** Ah! Então? Não disse isso!

**Deputada Vera Pires (BE):** São coisas diferentes!

**O Orador:** O senhor quer aparecer aqui como o salvador da pátria. Desculpe, mas num primeiro momento já houve quem assumisse esse papel, e muito bem, defendendo os interesses da sua terra. Isso já foi feito, Sr. Deputado.

Agora, quanto ao resto, digo-lhe já, o seu voto, Sr. Deputado, tem uma vantagem, também voto favoravelmente nisso, porque o seu voto está despido de guerrilha partidária, tem aqui uma posição objetiva e clara, ...

**Deputado António Lima (BE):** É habitual!

**O Orador:** ... não tem aqui uma tentativa de utilizar este mecanismo aqui como guerrilha partidária. Está aqui. Não diz: o Bloco de Esquerda... o Bloco de Esquerda condena... faz isto... faz aquilo... O Bloco de Esquerda toma aqui uma posição. E é uma posição que esta Assembleia pode perfeitamente votar, Sr. Deputado. Portanto, há muitas razões para votar a sua iniciativa, mas nenhuma delas é porque este assunto ainda não está resolvido. Este assunto está resolvido e muito bem resolvido.

**Deputado António Lima (BE):** Não está, não.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

(\*) **Deputada Vitória Pereira (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo: Naturalmente que não podia deixar de pedir a palavra, como raboexense, num assunto de grande relevância para mim, bem como para toda a população da Vila de Rabo de Peixe.

O Cineteatro Miramar é, atualmente, a única casa de espetáculos e de principal referência cultural na maior vila do Concelho da Ribeira Grande, da Ilha de São Miguel. É um espaço de encontro intergeracional, recreativo e, sobretudo, socioeducativo, de boas memórias da população, onde a cultura é essencial a todos. A cultura assume um papel estratégico na afirmação da nossa identidade. Já no passado, era neste teatro que se juntava a maior parte da população para ver as matinés ao domingo, onde eram realizadas as peças de teatro, onde a imaginação e a criatividade falavam mais alto.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Hoje, continua a ser frequentado por muitas crianças, adolescentes, adultos, reunindo associações, grupos musicais, grupos teatrais. Existe um auditório com capacidade para 120 pessoas, onde acontecem diversos espetáculos, concertos, *workshops*, lançamentos de livros, conferências, projeção de filmes. Existe também neste edifício uma biblioteca, ludoteca, um quiosque multimédia

e ainda a sede da Escola de Música de Rabo de Peixe.

De forma a potenciar a sua utilização, foram estabelecidos protocolos de cooperação entre o Teatro Micaelense, a Santa Casa da Ribeira Grande, a Direção Regional da Cultura e as escolas locais.

**Deputado António Lima (BE):** Alguém quer!

**A Oradora:** É notório que a Vila de Rabo de Peixe e a Ilha de São Miguel precisam desta casa.

Como acabou de ser referido pela Sra. Secretária, esta polémica não faz qualquer sentido.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Por isso é que estamos aqui!

**A Oradora:** A administração do Teatro Micaelense limitou-se a propor a discussão em assembleia geral de uma eventual alienação do imóvel. Não há, nem nunca houve, nenhuma decisão!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** E o Governo Regional, acionista maioritário, já disse que não é para vender. Não é para vender. O Governo Regional nunca faria nada que prejudicasse a Vila de Rabo de Peixe!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Aliás, o Sr. Presidente do Governo foi bem claro, o Cineteatro Miramar vai-se manter na esfera pública e ao serviço dos rabopeixenses! Este Governo tudo fará para que o Cineteatro Miramar continue a ser pujante em prol da população e da dinamização da cultura.

O Cineteatro Miramar é uma verdadeira porta de entrada da cultura na Vila de Rabo de Peixe.

E termino, Sr. Presidente, afirmando que os rabopeixenses podem confiar neste

Governo da coligação.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**(\*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Bem, muito rapidamente, até porque já vai aqui adiantado o nosso debate sobre esta matéria. Há algo que eu acho que é unânime: a importância que este Cineteatro tem nesta comunidade, tudo aquilo que tem sido a promoção cultural nas diversas áreas para esta comunidade, quer no passado, quer no presente. E acho que isso é unânime aqui nesta Casa quanto a essa importância.

O que o Bloco de Esquerda traz aqui e levanta esta questão da alienação e de evitar que a mesma aconteça, a verdade é que é uma situação que está sanada a partir do momento em que o Sr. Presidente do Governo e o próprio Governo Regional vem a público dizer que não é esse o entendimento do Governo e que tal não irá ocorrer.

No entanto, parece-nos que é importante a Assembleia marcar uma posição daquilo que é o entendimento sobre esta matéria e pronunciar-se por via desta iniciativa que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

Quanto àquilo que tem sido o debate e aqui ao caso que querem fazer, a verdade é que se falava: porque é que a convocatória se manteve? A verdade é que estamos a falar de uma S.A., uma entidade pública empresarial, que tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que fez esta convocatória com este ponto,

que o mesmo será votado e discutido no âmbito da assembleia geral, da qual faz parte o Governo Regional, que é acionista. E a verdade é que, existindo uma alteração à própria convocatória, também teria de existir uma alteração à data em que se iria realizar a própria reunião. E isso também teria outro tipo de implicações na gestão do próprio Teatro Micaelense.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Por isso, parece-nos que esta situação, e reitero, está resolvida a partir do momento em que o Presidente do Governo vem afirmar aquilo que é o entendimento do Governo Regional, mas parece-nos que é importante e pertinente pronunciar-se esta Assembleia sobre esta temática.

E termino como iniciei: todos reconhecemos a importância que esta infraestrutura tem para aquela comunidade e é assim que deve continuar a ser.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vai contar-nos a sua conversa com o Ministro das Finanças?

**O Orador:** De facto, a proposta do Bloco de Esquerda faz todo o sentido. E o facto de estarmos aqui a discutir esse assunto revela que ele não está resolvido. E, portanto, isso é bem claro. E é mais claro ainda quando nós revemos as declarações da Sra. Secretária e do Sr. Presidente do Governo sobre este assunto.

E, portanto, Sr. Deputado Nuno Barata, eu concordo consigo, essa é, de facto, uma trapalhada do Governo, é mais uma.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Ui!

**O Orador:** E acho que é a palavra que define bem o que aconteceu, porque, se é verdade que este Parlamento, aparentemente, tem a sensibilidade...

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**  
Não é verdade!

**O Orador:** ... e reconhece o valor que o Cineteatro Miramar tem, o Governo Regional não teve essa sensibilidade e tentou colocar à venda, à revelia dos açorianos, o Cineteatro Miramar.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**  
Não é verdade!

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Isso não é verdade!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é falso!

**Deputado Berto Messias (PS):** Falso, como?

**O Orador:** Isso é evidente.

Agora, há algo que parece ser incrível: a maior parte dos que aqui estão são a solução para o problema que alguém criou, mas ninguém criou o problema, o problema surgiu do nada. O Governo Regional tem 99,8% do capital social do Teatro Micaelense, direta ou indiretamente.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**  
Não tem!

**O Orador:** Tem, Sra. Secretária. Some as percentagens e verificará que é assim mesmo. 99,8% do capital é controlado pelo Governo Regional, direta ou indiretamente. Isso é fátual.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sim, senhor. Por isso é que a proposta vai ser chumbada!

**O Orador:** Portanto, é o Governo que indica à administração, é o Governo

também que propõe à assembleia geral. E o Governo não tem responsabilidade nesta matéria?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo propõe à assembleia geral?! Isso é falso!

**O Orador:** A assembleia geral do Teatro Micaelense é presidida por quem? Pedro Gomes. Tendo como vice-presidente Ana Paula Andrade e secretário Vítor Borges da Ponte. Pedro Gomes não é, claramente, um militante do Partido Socialista.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** São do Governo!

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** É Membro do Governo!

**O Orador:** Conselho de administração: Maria José Duarte, tendo como vogais não executivos Maria João Botelho e Vassili Plesov. Vassili Plesov, que é quem, também? É indicado pelo Governo Regional. Portanto, qual é a dúvida que o Governo Regional tem responsabilidade nesta matéria?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas qual é a responsabilidade?

**O Orador:** Tem responsabilidade pela tentativa de vender, em hasta pública, o Cineteatro Miramar. E, portanto, este assunto não está resolvido. E a proposta do Bloco de Esquerda faz todo o sentido nesta matéria.

A Sra. Secretária Regional, no dia 28 de fevereiro, disse, e passo a citar, “que não há qualquer orientação do Governo Regional para que se proceda [e usou uma palavra] imediatamente a uma venda em hasta pública do edifício em questão”. A Sra. Secretária não recusou a venda. A Sra. Secretária disse que não haveria uma venda imediatamente e que não haveria uma decisão até ao dia 27. Portanto, Sra. Secretária Regional, a Sra. Secretária não afastou a hipótese de venda.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Afastei! Eu apenas complementei!

**O Orador:** E é por isso que a Resolução ainda faz mais sentido, porque há uma

intenção clara do Governo Regional em proceder à venda. E só recuou porque houve pressão popular e intervenção dos partidos para que assim fosse, ...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** ... inclusive do Presidente de Junta, Jaime Vieira, que saúdo também por esta matéria, sem qualquer problema.

O Governo recuou porque fez uma asneira. E não tem a humildade de reconhecer que criou o problema.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Não é verdade!

**O Orador:** E é isso que nos preocupa.

Das duas, uma: ou o Teatro Micaelense tentou vender o Cineteatro Miramar à revelia do Governo Regional, ou o Teatro Micaelense tentou vender o Cineteatro Miramar com a concordância do Governo.

**Deputada Ana Luís (PS):** É grave!

**O Orador:** Em qualquer dos casos, o Governo não fica bem. E fica evidente a falta de autoridade política do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não apoiado!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Daqui a pouco já não tem ninguém. Olhe, já só está a senhora. Vão-se indo embora todos.

**Deputado José Ávila (PS):** Realmente, só tem um.

**O Orador:** Há pouco, na intervenção que fiz, embora tivesse aqui em apontamentos, mas acabei por me envolver na outra parte e esqueci-me de falar num assunto, uma reflexão que deixo aqui a esta Câmara, uma reflexão liberal.

**Deputado Berto Messias (PS):** Opá!

**O Orador:** Hoje, estamos falando do Cineteatro Miramar. E, amanhã, se tivermos a falar de uma sede de uma filarmónica que deixou a sua atividade e que tem história também, que possa ser da Região, que possa ser de um particular e que até se vislumbre a reabertura dessa filarmónica que estava fechada por tempo indeterminado, como é que vamos fazer? Vamos recomendar ao Governo que compre todos os edifícios de cariz cultural que aparecerem à venda?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas aí há uma diferença, é que não é património da Região!

**O Orador:** Ou vamos deixar de nos manifestar? A partir de qual é o momento ou de qual é a dimensão do edifício ou do impacto que tem no meio onde está inserido é que vamos ingerir ou deixar de ingerir sobre direitos privados?

**Deputado António Lima (BE):** Mas é da Região!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É património da Região!

**O Orador:** Propriedade da Região? Não. O que está aqui em causa, Sra. Deputada, não é só a propriedade da Região. O que está aqui em causa são os bons serviços que aquele edifício também prestou à comunidade. Podia ser privado, Sra. Deputada.

Portanto, é preciso pensarmos relativamente a isso e percebermos que estamos aqui a abrir um precedente.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Aí o homem tem razão!

**O Orador:** É que, hoje, estamos aqui todos a rasgar as vestes pelo Cineteatro Miramar. Amanhã, podemos querer, ou não querer, rasgar as vestes sobre um outro edifício, ...

**Presidente:** Agradeço termino, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... numa outra ilha qualquer, num outro espaço qualquer, por uma outra atividade. Portanto, isto é o princípio perigoso.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Está resolvido!

**O Orador:** O assunto, para mim, já está resolvido. E resolvido pelo Governo.

Esta Assembleia ao manifestar-se relativamente a isso, ...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já terminarei.

... seguramente, vai ter que se manifestar por outros edifícios na Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Membro do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Presidente, dizer o seguinte: nós continuamos... é um problema que já está resolvido por quem de direito, já o disse que não vai ser vendido. Esta é a primeira certeza que nós temos, hoje, nesta Casa.

Mas, agora, eu queria lançar uma pergunta: se o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é recomendar ao Governo para que não ponha em alienação e venda em hasta pública o Teatro Miramar, e o Presidente do Governo já o disse publicamente que não vai fazer, onde é que está o problema relativamente a isso?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Se a recomendação é para o Governo não recomendar a venda, e o Presidente já o fez, eu acho que o assunto, nesse sentido, já está, e muito bem, resolvido. Esta é a primeira verdade que eu queria dizer.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Neste momento, é um não problema.

A segunda questão que também queria colocar: o Governo Regional não faz convocatórias para as assembleias gerais, como não poderia fazer. Faz parte. Quem fez a convocatória já o fez, mas também quem tem responsabilidades já o disse e já clarificou que o Teatro Miramar jamais será vendido e que irá continuar na esfera pública, que é isso que a sociedade de Rabo de Peixe e todos em geral querem. Por isso, esse assunto já está por mais resolvido.

Muito obrigado.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Muito rapidamente. Aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, não posso deixar de dizer que, efetivamente, é uma grande confusão, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não, não é!

**A Oradora:** ... porque, por um lado, o Sr. Presidente do Governo não tem autoridade nenhuma naquilo que disse e por isso o problema persiste, quando ele veio dizer que não ia ser alienada aquela infraestrutura e, como tal, não tem autoridade e o problema persiste, que é acionista deste organismo, por outro lado, esta Assembleia a decidir que não é para alienar, já tem o Sr. Presidente do

Governo essa autoridade. Portanto, é uma grande confusão aquilo que o Sr. Deputado Carlos Silva quis fazer parecer.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não é, não! Vai ver que não é!

**A Oradora:** A verdade é que, depois de existir a posição e ser tornada pública a posição do Sr. Presidente do Governo sobre esta matéria, o assunto está sanado e está resolvido.

O que vai acontecer com esta iniciativa é passarmos a ter conhecimento daquilo que é o entendimento deste Parlamento, reforçando, parece por aquilo que serão as votações, aquilo que é, também, o entendimento do Sr. Presidente do Governo.

**Deputado António Lima (BE):** Tem pensamento próprio!

**A Oradora:** Mas a situação está resolvida, quando ele é acionista desta entidade e afirma que não é esse o entendimento.

Quanto à questão da convocatória, e o Sr. Deputado António Lima tem diversas vezes levantado ali a convocatória, a verdade é que existe um conselho de administração que tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial que fez a convocatória. Fez a convocatória, OK, mas se tivesse existido uma alteração à convocatória, que até poderia existir apesar de a assembleia geral não se poder, efetivamente, realizar na data que estava prevista, ...

**Deputada Ana Luís (PS):** Isso não é verdade!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Podia, podia!

**A Oradora:** ... já era uma ingerência do Presidente do Governo e já estava alterada porque o Sr. Presidente do Governo mudou.

Portanto, isto aqui aplica-se, sem dúvida, o provérbio: “É preso por ter cão e é preso por não ter cão.”

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, gostava de dizer o seguinte: o Sr. Deputado Carlos Furtado andou à procura da mão invisível do liberalismo, do capitalismo. Sr. Deputado Carlos Furtado, não vai encontrar, sabe porquê? Porque ela é mesmo invisível, Sr. Deputado.

**Deputado Carlos Furtado (Independente):** Não tenho tempo, Sr. Deputado!

**O Orador:** Depois, o Sr. Deputado Carlos Silva tem aquele perfil austero. Sr. Deputado, há pouco, vi-o a apresentar o caso e a condenação. O Sr. Deputado basicamente o que disse é: se sabia da convocatória, é culpado; se não sabia, é culpado também. E, portanto, está condenado. Se lhe fosse dado um cognome, Sr. Deputado, de juiz, o senhor seria: “O Implacável”.

Srs. Deputados é evidente. E dizem-me agora: bom, mas a convocatória devia ter sido retirada. Não, a convocatória não devia ser retirada e não deve ser retirada, porque o Governo deve manifestar aquela que é a sua posição, que é: não autorizar a venda no âmbito da assembleia geral.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Se a administração o pudesse fazer sem a autorização do Governo, já o teria feito. Não seria necessário que o Governo desse essa autorização.

E o Sr. Deputado o que quer é que, veja bem, se recomende ao Governo Regional dos Açores algo que o Governo Regional já disse que iria fazer, que é: não vai

autorizar e vai votar de forma desfavorável o pedido de autorização que consta na convocatória.

Mas os problemas são para serem resolvidos e para serem assumidos. E, portanto, retirar a convocatória?! Não, não se retira a convocatória. Vota-se contra, de acordo com as instruções que foram dadas por parte do Sr. Presidente do Governo Regional.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Duas perguntas muito breves. Quem tem a tutela do Teatro Micaelense? E quem representa o Governo na assembleia geral?

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Leia os estatutos!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(\*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De uma forma muito sucinta, o acionista maioritário do Teatro Micaelense é o Fundo Regional de Coesão, que, obviamente, tem uma interferência indireta por parte do Governo Regional.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não perguntei isso, Sra. Secretária!

**Deputado António Lima (BE):** É dizer quem é a pessoa.

**A Oradora:** Estou a responder.

Nessa assembleia geral estão presentes, como tal, a Sra. Presidente do Fundo Regional de Coesão e também está representado o Governo Regional. Tendencialmente, já assim o foi na última assembleia geral, será também, provavelmente, na próxima assembleia geral, estarei eu a representar o Governo Regional nessa assembleia. E, portanto, creio que está respondida a sua questão. E a questão é muito simples: há uma convocatória. E, ainda por cima, para esclarecer e para que não haja mais dúvidas, já manifestamos aquela que é, e sempre foi, a posição do Governo Regional. Não haja dúvidas disso, da nossa posição. Nós chegamos a uma assembleia geral que está convocada e tem um ponto de ordem de trabalhos e, de uma forma muito clara, diremos, como já foi afirmado, que não está, nem nunca esteve, nem nunca estará, enquanto este Governo Regional estiver em funções, a venda em hasta pública do Cineteatro Miramar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Mas mesmo que houvesse alguma dúvida, que eu não concedo, e para responder à sua pergunta anterior, imagine que eu chegava à assembleia geral, daqui a 17 dias, e que seria confrontada, na dúvida, que foi o que o senhor colocou, com a possibilidade da venda do Teatro Miramar. Como é que eu podia representar o Governo Regional com uma decisão naquela assembleia geral sem ter havido uma deliberação do Governo Regional, Sr. Deputado? O Governo Regional, em qualquer circunstância, para poder, eventualmente, decidir quanto à

alienação de um qualquer bem, tinha que ter uma convocatória no seu próprio Conselho do Governo a tomar essa decisão.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Há qualquer coisa que não bate certo aí!

**A Oradora:** E, portanto, não podia ser, nunca, mesmo que se concebesse, de uma forma imediata. Está aí respondida a sua questão, Sr. Deputado.

**Deputado António Lima (BE):** Então, está na convocatória para quê?

**A Oradora:** E, portanto, nem de uma forma imediata nem de qualquer outra forma, não há nem nunca houve, volto a frisar, a intenção da venda do Cineteatro Miramar.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Ó Sra. Secretária, isso não é assim!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sra. Secretária Regional, ou eu não percebi bem, ou a Sra. Secretária não se explicou bem na primeira intervenção que fez. Quando foi questionado quem é que tinha a tutela, a Sra. Secretária disse que não tinha a tutela do Teatro Micaelense.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Eu não tenho!

**O Orador:** Não tem a tutela. Sra. Secretária, o *site* do Teatro Micaelense, vou ler, retirado agora mesmo: “O Teatro Micaelense, abreviadamente designado por Teatro Micaelense [para simplificar], é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que está sujeita aos poderes

de tutela da Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais.” Não é a senhora?

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Posso corrigir.

**Deputado Berto Messias (PS):** Vai-se corrigir... Mas há dúvidas que a senhora tutela?

**O Orador:** A senhora não sabe o que é que tutela? Isso é mais grave assim.

Ó Sra. Secretária, ou a Sra. Secretária mentiu há pouco, ou então não sabe o que é que tutela. E eu fico mais preocupado ainda.

Segunda questão, Sra. Secretária: a Sra. Secretária diz que a intenção de vender ou de colocar em hasta pública não partiu do Governo. A senhora, primeiro, não tutelava o Teatro Micaelense, agora já tutela. Portanto, a meio do caminho alguém decidiu pelo menos a intenção de colocar em hasta pública.

**Deputado Berto Messias (PS):** Ó Sra. Secretária, pelo amor de Deus!

**O Orador:** Quem é que decidiu isso? Eu não acredito, muito sinceramente, que a Sra. Secretária não saiba isso. A senhora sabe!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isso é algum processo de intenções que o senhor está a formular aí?

**O Orador:** Se sabe, então comunique ao Parlamento. A centralidade do Parlamento, estamos aqui representados todos, comunique a informação com rigor. Quem é que decidiu colocar à venda o Cineteatro Miramar?  
Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

**(\*) Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na orgânica do Governo e na Sra. Secretária Regional da Educação não está a tutela do Teatro Micaelense.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não é nas orgânicas, Sra. Secretária!

**Deputado António Lima (BE):** As empresas flutuam no ar!

**A Oradora:** Nós temos uma tutela daqueles que ainda são chamados os “serviços externos”, nos Assuntos Culturais: museus e bibliotecas. Essa é uma tutela. O que há é um acionista maioritário e uma tutela direta e indireta do Governo Regional, não é da Secretaria Regional da Educação.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Todas as empresas têm uma tutela!

**A Oradora:** E, portanto, isto é facto com base em fundamento da lei.

Se está na página do Teatro, será alterado. É uma página, não tem poder vinculativo. E, portanto, assim estamos.

**Deputado António Lima (BE):** A senhora não pode, não é tutela.

**A Oradora:** Orientaremos, daremos essa orientação na assembleia...

**Deputado António Lima (BE):** Ah, agora já podem!

**A Oradora:** Com certeza, porque nós estamos presentes na assembleia geral.

**Deputado António Lima (BE):** Não está na convocatória!

**Deputado Berto Messias (PS):** Quem vos viu e quem vos vê!

**A Oradora:** E na assembleia geral, com total liberdade, damos a indicação de qual é a nossa posição.

**Deputado Berto Messias (PS):** É na parte dos “outros assuntos” que essa matéria vai ser abordada!

**A Oradora:** E, portanto, quanto a isto, já estava eu aqui a atentar antever o que é que iria acontecer, eu volto a recentrar-me na minha posição inicial e na minha intervenção inicial, não há nem nunca houve qualquer manifestação, por parte do Governo Regional, para que se faça uma venda em hasta pública. E, portanto,

ninguém decidiu nada.

**Deputado António Lima (BE):** Alguém decidiu!

**A Oradora:** Ninguém decidiu nada. Há uma convocatória, não há qualquer tipo de decisão. Ponto primeiro.

Ponto segundo: tudo o resto são apenas meras suposições e hipóteses.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

**Deputado José Contente (PS):** Sra. Secretária, do nada não se tira nada!

(\*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

É verdade, estamos de acordo, que ninguém decidiu vender, não há nenhuma decisão de venda, mas alguém decidiu colocar na agenda dos trabalhos da próxima assembleia a possibilidade de venda. E, portanto, em vez de continuarmos aqui num rodopio entre se são listas de espera ou se são listas de... eu já nem me lembro, em vez de listas de espera era uma lista de morosidade... Ninguém decidiu vender porque ainda não foi à assembleia. Houve uma decisão, por parte de alguém, de alguma entidade ou de alguma pessoa, de, colocando a possibilidade de vender em hasta pública o Miramar, levar esse assunto à assembleia do Teatro Micaelense.

E eu gostava, a propósito disto, de citar (é informação da comunicação social, pública) o que o Sr. Presidente do Governo Regional disse, na BTL, a este propósito: “Nós somos os acionistas majoritários do Teatro Micaelense. E, portanto, já está determinado que não haverá alienação. Assunto resolvido.”

A parte que nos preocupa e que nos faz trazer aqui também isto é, a mesma pessoa, o Sr. Presidente do Governo Regional dizer também: “Não percebo como surgiu a polémica.”

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Quer alimentar a polémica ou quer resolver o assunto? Eu não percebo...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Está mais do que resolvido!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quer é alimentar a polémica!

**A Oradora:** Ora, se nós, o Governo Regional, somos os acionistas maioritários, se há este assunto mencionado numa assembleia, onde a Sra. Secretária acabou de nos dizer que vai participar, como é que não se percebe que tenha surgido esta polémica? Alguém inventou a possibilidade de colocar o Teatro Miramar em hasta pública? Alguém em Rabo de Peixe? Alguém na oposição? Alguém neste Parlamento? Algum jornalista, eventualmente? Não foi o conhecimento público...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Foi, foi!

**A Oradora:** ... da agenda da próxima reunião que levou a saber que essa possibilidade estava em cima da mesa.

O Governo o que é que nos diz, o Sr. Presidente do Governo Regional? Nós já decidimos e não vamos vender. Mas, ao mesmo tempo, dá a entender que anda alguém a inventar coisas, quando toda esta conversa que nós estamos aqui a fazer e todo este debate...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É desnecessário o que a senhora está a fazer!

**A Oradora:** ... tem como fundamento uma agenda publicada e que ainda ninguém alterou.

Quando a Sra. Secretária diz “vamos alterar a página do *site*” e, depois, altera para “vamos dar orientações no sentido de alterar a página do *site*”, eu dir-lhe-ia: não pode alterar o texto da convocatória, pode dar instruções no sentido de o texto da convocatória ser alterado. E não houve esta preocupação, não houve esta

sensibilidade perante a população de Rabo de Peixe e perante toda a população de São Miguel, porque aquele é um espaço cultural, que serve essencialmente Rabo de Peixe e que faz e deve fazer parte de uma rede de equipamentos daquele tipo, que têm é que ser aproveitados, melhorados e aumentados, nunca vendidos em hasta pública ou de outra maneira qualquer.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados (antes):

O Sr. Deputado Carlos Silva está numa crise existencial, ...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Isso é como o Museu Carlos Machado!

**O Orador:** ... a perguntar: quem? Quem? Quem? E a resposta, uma vez que estamos a discutir a proposta do Bloco de Esquerda... Quem é que recomendou, quem é que disse, quem é que assegurou que não se vende o Teatro Miramar? Quem? Quem? Quem? A resposta é: ...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** A população!

**O Orador:** ... o Sr. Presidente do Governo Regional. A sua resposta ao “quem? Quem? Quem?”, no âmbito deste Projeto de Resolução: foi o Presidente do Governo Regional, que assumiu que não se vende.

**Deputada Vera Pires (BE):** Não, senhor!

**O Orador:** Agora, o Bloco de Esquerda diz o seguinte: mas como é que é possível que uma única pedra nesta autonomia dos Açores se mexa sem o Presidente do Governo Regional saber? Como é que é possível que não se tenha conhecimento prévio da convocatória do clube do berlinde? Como é que é possível que alguma coisa aconteça sem o Presidente do Governo Regional ter conhecimento dessa matéria? A resposta é: o Presidente não sabia nem tinha que saber. O Presidente o que tinha que saber é dizer que não autoriza. E é isso que vai ser dito. Portanto,

tudo o resto é para dourar a pílula, é pura e simplesmente procurar aqui uma polémica que não existe ...

**Deputado António Lima (BE):** Existe!

**O Orador:** ... a partir do momento que o Presidente do Governo Regional diz: não estamos de acordo, não vai ser vendido.

Agora, essa teoria de que o Presidente do Governo Regional tem que conhecer as convocatórias todas, que o Presidente do Governo Regional tem que tomar conhecimento de tudo o que acontece...

**Deputado António Lima (BE):** Ninguém disse isso!

**O Orador:** Bem, e outra questão, que acho que é um problema de vício, vício de antigamente, Sr. Deputado: então, antigamente, fazia-se uma proposta, mas um conselho de administração qualquer fazia uma proposta se já soubesse que o Governo Regional iria aprovar. Era essa a vossa lógica, não é? Então, para que é que fazia a reunião? Se já sabiam que a proposta era para aprovar, não era necessário. Isto não é assim, Sr. Deputado. Um conselho de administração faz uma proposta, e o Governo, no órgão próprio, na assembleia geral, diz: não, não estamos de acordo. E foi isso que o Presidente do Governo Regional já sabia.

Olha, está aqui a entrar, agora, novamente, no nosso Plenário, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Um homem não pode ir à casa de banho?

**O Orador:** Não, não. Está a entrar e esteve aqui a tarde toda a fazer-nos companhia e aqui tendo uma participação muito ativa.

O que eu quero dizer é que, obviamente, essa não pode ser a prática, de qualquer coisa que se mete na assembleia geral, no âmbito da convocatória, o Governo Regional já tem que autorizar que isso seja metido na convocatória. Não, mete na convocatória, e o Governo Regional, na hora própria, quando tem que decidir nos órgãos onde está representado, decide e toma a decisão, que foi o que aconteceu.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não acredito que V. Exa. não soubesse de tantas asneiras que aconteceram!

**O Orador:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço a gentileza de me ouvir por uns breves segundos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com certeza!

**O Orador:** Nós já sabemos que, quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão intervém desta forma, é o bombeiro de serviço e tenta desviar as atenções. Isso já é conhecido.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Bombeiro?!

**O Orador:** Portanto, percebemos a sua intenção, mas eu acho que não está a conseguir.

Sra. Secretária Regional, a Secretária Regional já referiu por diversas vezes que não tem a tutela do Teatro Micaelense.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mas esse é que é o problema? O problema é vender o Cineteatro Miramar!

**O Orador:** Continua a entender que não tem a tutela do Teatro Micaelense. Quem é que assinou o contrato anual de financiamento com o Teatro Micaelense, Sra. Secretária?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é isso que está em discussão! Não tem nada a ver! O Governo responde sobre o projeto que está em discussão! Não

conhece os estatutos...

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Membros do Governo:

Já foi referido aqui pelo Deputado Paulo Estêvão que o Projeto de Resolução e os pontos resolutivos... O primeiro é: “Assegurar que a infraestrutura do Cineteatro Miramar, em Rabo de Peixe, não será alvo de uma alienação, e que a sua propriedade e gestão permanecem públicas. Garantir que o Cineteatro Miramar continua a prestar um serviço público de promoção da Cultura.” Ponto. Que Projeto de Resolução é este? Já foi dito pelo Governo que não há venda. O Projeto de Resolução já está garantido. Mesmo que não fosse preciso a palavra antes do Governo, já está garantido nesta Casa. Tudo o resto, agora, são politiquices, que não interessam para aqui.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

**O Orador:** Depois, a segunda, de uma forma muito rápida, é preciso perceber o seguinte: ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Jaime, tens 11 minutos!

**O Orador:** ... não era na reunião da assembleia que se iria vender. Iria discutir-se a possibilidade de... São duas coisas diferentes. E depois é que haveria a decisão. E a decisão, já foi dito por quem de direito que não há venda do Cineteatro Miramar. E é isso que está em causa. E é só isso que interessa ressalvar. Ponto final. Não há venda do Teatro Miramar. É só isso que é preciso perceber.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Jaime Vieira, eu percebo que o senhor não queira discutir aquilo que estamos a discutir, mas é preciso esclarecer as dúvidas que persistem e o enredo que está aqui criado. É porque há um enredo aqui criado e há aqui muita informação que está a ser omitida e que é relevante.

Sra. Secretária Regional, foi a senhora que assinou contrato anual de financiamento com o Teatro Micaelense? A informação que eu tenho é que foi. A senhora recusou-se a responder à pergunta.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** O senhor sabe a resposta.

**O Orador:** A pergunta foi feita. Era importante que respondesse.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Se sabia, porque é que perguntou?

**O Orador:** Portanto, nós estamos a falar do Teatro Micaelense e isso é importante para a matéria em questão. E não é aceitável que a Sra. Secretária omita informação a este Parlamento...

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Eu não estou a omitir.

**O Orador:** ... e, pior ainda, que falte à verdade a este Parlamento, que é mais grave.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Qual falta à verdade?

**O Orador:** Foi o que fez na primeira intervenção.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Sr. Presidente vai permitir que continue a insultar?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não é insultar!

**O Orador:** Sra. Secretária, o Governo Regional tem algum representante na administração do Teatro Micaelense?

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que também já está a ser um pouco excessivo, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Claro!

**O Orador:** ... porque estão a ser argumentos circulares. Isto é o que está a acontecer. São totalmente circulares, aquilo que está a acontecer, obviamente, de ambas as partes, esses argumentos.

E aquilo que eu quero dizer é que o PAN vai votar favoravelmente este projeto.

E se não fosse o Bloco de Esquerda a fazer o comunicado e o Presidente da Junta de Rabo de Peixe não viesse a insurgir-se a dizer que estava completamente contra, provavelmente teríamos um problema. Por isso, o Presidente da Junta de Rabo de Peixe foi o nosso salvador. Ainda bem. Então, o Teatro Miramar não vai ser vendido. Ponto final, parágrafo.

Muito obrigado.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Grande Jaime! Tens o povo contigo!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Grande vitória!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Faço a minha última intervenção neste ponto para retirar do debate algumas conclusões e também dizer qual é a nossa interpretação daquilo que se passou neste debate e no decorrer deste processo.

Em primeiro lugar, não pode ser, de modo algum, a intenção do Bloco de Esquerda ou de qualquer partido, julgo eu, ser qualquer tipo de super-herói, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Nós trazemos uma proposta. E trazemos uma proposta que queremos que tenha consequência.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já teve!

**O Orador:** E a consequência primeira é, em primeiro lugar e mais do que tudo, que este Parlamento se pronuncie, porque é uma pronúncia, é uma recomendação. E se este Parlamento aprovar esta proposta, é uma recomendação política ao Governo para não vender o Cineteatro Miramar. É tão simples quanto isso. Não queremos ficar com qualquer tipo de taça sobre esta matéria.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com a recomendação, o Governo concorda!

**O Orador:** Queremos que o Cineteatro Miramar continue a ter gestão da Região, não seja alienado e, acima de tudo, até mais do que isso, que continue a servir a população de Rabo de Peixe. Esse é o nosso objetivo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Concorda V. Exa. com o Presidente do Governo Regional.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Obviamente!

**O Orador:** Esse é o nosso primeiro objetivo.

Houve quem negasse a existência do problema, um problema que gerou contestação, gerou inúmeras notícias, gerou uma petição que rapidamente atingiu mais de mil assinaturas. Saúdo os peticionários. E, naturalmente, gerou esta iniciativa. E gerou a intervenção do Sr. Deputado Jaime Vieira, enquanto

Presidente da Junta.

E, de facto, também não posso deixar de dizer que o Governo tem causado inúmeros problemas ao PSD e ao Sr. Presidente da Junta de Rabo de Peixe também.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não!

**O Orador:** Bem, maior problema do que este, dificilmente lhe podiam arranjar, mas saúdo a coragem de ter contribuído para a resolução do problema, porque quem não contribuiu de certeza foi o Governo e a coligação que suporta o Governo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é falso!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** É falso!

**O Orador:** Aliás, foi o Governo ou quem o Governo nomeou para a administração... E o Governo que decida quem é que quer queimar na praça pública, se é a administração do Teatro Micaelense, como parece ser esse o objetivo, atirando as responsabilidades para a administração, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ninguém disse isso!

**O Orador:** ... ou se foi alguém no Governo. Eu não sei quem foi, mas, politicamente, quem é responsável é o Governo, ...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** A culpa vai morrer solteira!

**O Orador:** ... porque quem nomeou aquela administração foi o Governo Regional dos Açores, da coligação do PSD e do CDS.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não apoiado! Essa conclusão é falsa e ilógica!

**O Orador:** Por isso, essa é a conclusão que tiramos. A responsabilidade política desta decisão e desta convocatória que se mantém é do Governo Regional dos Açores, do PSD, do CDS e do PPM.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** A responsabilidade política de não autorizar a venda!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Nós vamos colocar à votação o Projeto de Resolução n.º 151/XII – Manutenção do Cineteatro Miramar na esfera do Teatro Micaelense e a prestar serviço público de promoção cultural”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 151/XII foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

**Presidente:** O ponto 15 da nossa Agenda já foi tratado. Avançamos para o ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 152/XII – “Prorrogação do Prazo para apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)”**. É uma iniciativa apresentada por todos os Grupos Parlamentares e Representações Parlamentares.

Não sei quem usa da palavra para justificar a urgência.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

De forma muito breve. Tendo em vista a substância do diploma, que também me parece ser uma decisão que não precisa propriamente de trabalhos preparatórios, no sentido em termos que explicarei depois de se prorrogar prazo de vigência desta Comissão Eventual, se atendermos a que este Plenário ocorre nesta fase do mês e que o período de trabalho da Comissão Eventual também terminaria durante o corrente mês, justifica-se por razões orgânicas e administrativas, para que se mantenha a continuidade desta Comissão, que seja aprovada e votada esta

Resolução antes da sua caducidade. É esta a razão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência. Não havendo, vamos colocar à votação este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou a palavra, novamente, ao Sr. Deputado Francisco Coelho para a apresentação da iniciativa. Faz favor.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Esta Comissão, como é público, tem vindo a trabalhar, tendo em conta, esta legislatura, a sua composição, no sentido de uma consensualização de um conjunto de diplomas que transitaram da Comissão anterior, mais concretamente estamos a falar de oito iniciativas.

Também, como é público, no dia 03 de março, deu entrada na Mesa desta Assembleia seis destas oito iniciativas, que, naturalmente, seguirão, a partir de agora, o seu processo normal.

E V. Exa., Sr. Presidente, conjuntamente com a Conferência de Líderes, bem aquilatarão da forma como essas iniciativas subirão a Plenário?

Foi também entregue um relatório intercalar onde é apresentada e sintetizada uma memória justificativa destes diplomas.

Dos dois restantes, também será útil informar que do Projeto de Revisão Constitucional falta apenas consensualizar um artigo. E tudo indica, penso que não será arriscado dizer isto, que na próxima reunião, agendada para o dia 30 de

março, também essa iniciativa, da parte da Comissão Eventual, ficará fechada. Isto para dizer que o que verdadeiramente justifica a prorrogação do prazo de vigência desta Comissão é, e porque a autonomia é dinâmica, o facto de, durante o ano transato, já nesta legislatura, já na vigência desta Comissão, ter sido proposto que esta Comissão se debruçasse também sobre duas importantes iniciativas. Foram ambas aprovadas. A primeira, sob proposta do BE, ao nível do tema da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. E, posteriormente, por parte do Partido Socialista, que esta Comissão também se debruçasse sobre o tema da eventual transferência de atribuições e competências, no território regional, para as autarquias locais.

Atento, trata-se de uma novidade. Trata-se de temas que não foram antes trabalhados, nem para esta Comissão, nem pela Comissão anterior. Creio que é dispensável tecer qualquer tipo de comentário sobre a importância destes dois temas, política, prática, mas também sobre a sua complexidade técnica.

E é isso, exatamente, que justifica que os membros desta Comissão, por unanimidade, tenham proposto essa prorrogação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo Regional:

Uma vez que não tenho assento na Comissão Eventual de Aprofundamento da Autonomia e que tenho um conjunto de reflexões sobre a matéria que versa essa comissão eventual, anuncio à Câmara que vou fazer chegar, em pouco tempo, nos

próximos dias, esse conjunto de reflexões, para debate, ...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Faça chegar à Mesa!

**O Orador:** ... sobre assuntos que versam sobre a autonomia, nomeadamente sobre as leis eleitorais que regem as eleições regionais nos Açores.

Isso é, de resto, um dos assuntos que estava incluído no acordo de incidência parlamentar que assinei com os três partidos que compõem a coligação. E entendo por bem que é tempo de fazê-los chegar a essa Comissão. Uma vez que, se por iniciativa dos três partidos, nunca houve nenhum diálogo nessa importante discussão, entendi por bem, com os recursos que tenho, que são limitadíssimos, como sabem, mas mesmo assim vou fazer chegar esse trabalho à Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado, gostava de lhe dizer, em primeiro lugar, tenho a certeza e arrisco sem perigo que transmitirei a posição unânime desta Comissão, que todos nós teremos gosto e interesse que V. Exa., Sr. Deputado, como todo e qualquer cidadão, queira dar o seu contributo e manifestar a sua opinião.

Nós percebemos, naturalmente, as dificuldades dos grupos mais pequenos, das Representações Parlamentares, certamente de um Deputado independente, em gerir o seu tempo e as suas prioridades, embora teremos sempre o máximo gosto, sempre que V. Exa. queira e possa, em, como Deputado que é e com todo o direito que tem, assistir e até participar, podendo, nos trabalhos da nossa Comissão. Ainda assim, Sr. Deputado, com certeza que qualquer contributo escrito que nos faça chegar será devidamente considerado por todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar este Projeto de Resolução n.º 152/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 152/XII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Avançamos para o ponto 18 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, cuja urgência é solicitada pelo CDS.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Esta urgência, também, sobre a substituição integral que fizemos dar entrada nesta Casa ainda hoje, surge porque o diploma que estabelece o licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores inclui, exatamente, o regime jurídico que fica sujeito à realização de touradas à corda na Região e, tendo em conta a relevância e o pendor tradicional que estas têm em particular em algumas ilhas, é importante que as mesmas se continuem a realizar com segurança e que fiquem acauteladas todas as medidas e normas de segurança, para adequar ao contexto eventuais imprevisibilidades com material pirotécnico, passando a ser possível utilizar meios de recurso.

A época taurina inicia-se a 01 de maio e, como tal, a urgência em Comissão para que esta iniciativa seja discutida no Plenário do mês de abril. Por isso a urgência desta iniciativa.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN não vê qualquer importância neste assunto, muito menos percebe porque é que é uma urgência. Por isso, nós vamos, obviamente, votar contra.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Reforçando o que a Sra. Deputada Catarina Cabeceira disse, consideramos que esta matéria é urgente e importante, porque, dou conhecimento a esta Assembleia, no caso específico de São Jorge é uma ilha onde não existem estabelecimentos de armazenamento e paióis para a venda de artigos pirotécnicos, pelo que nenhuma empresa deste setor poderá remeter a venda de artigos pirotécnicos.

Isto fez com que, no ano de 2022, os 44 eventos que houve de manifestações tauromáquicas tenham sido alvo de coimas pelas Câmaras Municipais porque não cumpria a lei, não tendo pirotecnia.

Lembrar que São Jorge é uma ilha também com *afición*, o que prova as suas oito ganadarias, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... as mais de 400 cabeças de gado bravo, bem como os mais de 40

eventos de 2022. Por isso, a urgência, para nós, é que realmente se possa permitir que haja legalidade. E no caso São Jorge, quando começar a época taurina, possa haver eventos dentro da legalidade.

Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado! Olé!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 2 votos contra do BE e um do PAN.

**Presidente:** Muito obrigado.

Avançamos para o ponto 19 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XII – “Tornar as medidas «Programa Mais» e «Credithab» mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

De forma breve, porque eu creio que é facilmente comprovável a urgência, estamos a falar de duas medidas que já estão em vigor: o Programa MAIS, de incentivo ao aumento salarial; e também o CREDITHAB, uma compensação nos créditos à habitação.

E, portanto, são medidas que já estão em vigor. E nós propomos a sua alteração, de forma a que elas possam, efetivamente, beneficiar as famílias, as empresas açorianas e que se possa corrigir algumas injustiças que foram detetadas. E, portanto, a urgência justifica-se com o facto de já estar em vigor e ser necessário alterar rapidamente as mesmas, para que sirvam melhor os açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um tema que está legislado por Resolução do Conselho do Governo e que ainda não tem um mês em funcionamento. Eu penso que no primeiro dia deste mês, que é um dia fantástico... Já agora, ficam a saber que o dia 01 de março é um dia extraordinário. E, por isso, entendemos prematuro fazer uma alteração legislativa por via resolutiva destes dois diplomas, não obstante ser conhecida a nossa posição sobre os mesmos. E, portanto, qualquer majoração sobre os mesmos não será propriamente simpática para a Iniciativa Liberal.

No entanto, eu sugeria ou exortava algum dos Grupos Parlamentares que requeira a baixa à Comissão desse diploma ou votamos a urgência contra essa urgência mesmo.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo ao repto lançado pelo Sr. Deputado Nuno Barata, exatamente, também pelo mesmo motivo, atendendo que foi justificado e aludido que tem a ver com o

facto de este ser um diploma que entrou em vigor há dez dias, eventualmente poder até ser baixado à Comissão, com urgência, eventualmente, para que o próprio programa possa ter este *input*...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Claro!

**O Orador:** ... que aqui é proposto pelo Partido Socialista. E, da nossa parte, aceitámos o repto e podemos fazer esse requerimento de baixa à Comissão.

Obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado, votando contra a urgência, automaticamente o diploma desce Comissão, não é preciso requerimento.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, uma interpelação.

**Presidente:** Faz favor. Para uma interpelação.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** É diferente. O requerimento se for de baixa à Comissão mas manter a urgência é diferente de baixar à Comissão.

**Presidente:** É.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O licenciamento para São Jorge é urgente. O apoio às famílias e à habitação já não é!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Como é que vocês querem alcançar? Ou aprovam ou recuam!

**Presidente:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu gostava, em relação a esta matéria, de dizer o seguinte: termina hoje a prorrogação do prazo que foi dado para um dos programas. E, portanto, é verdade aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata refere, mas também é verdade isso que eu estou a dizer, ou seja, que termina hoje o prazo para a apresentação de candidaturas. E, portanto, este é o momento em que uma posição desta Assembleia sinalizará de forma clara a necessidade...

Como?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** 17.

**O Orador:** 17, perdão. É na próxima semana. Mas, de qualquer das formas (é a 17, não é hoje, é na próxima sexta-feira, de hoje a oito dias), uma posição deste Parlamento permitirá ao Governo Regional, dentro do tempo útil... para que as empresas açorianas possam, no fundo, saber se...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Já termino.

... há uma orientação do Parlamento no sentido de ser alterado neste sentido, ou então não há alteração do Parlamento e a gente sabe que apresenta as candidaturas até ao final da próxima semana, ou então não haverá, à partida, essa prorrogação porque foi chumbada a Resolução.

Eu julgo que a urgência e as razões daquilo que tem a ver...

**Presidente:** Sr. Deputado, eu peço que termine.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso não é uma interpelação, é uma justificação!

**O Orador:** Já termino.

Eu peço desculpa, eu não pedi interpelação.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Inscreveu-se para uma intervenção, só que o problema é que estão a fazer duas!

**Presidente:** Eu peço desculpa à Câmara, mas cometi um erro. Só pode falar uma pessoa na justificação da urgência.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Peço desculpa.

**Presidente:** Eu peço desculpa do lapso, mas isso já é fruto do...

O Sr. Deputado João Bruto da Costa, acho que pediu a palavra.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Peço desculpa, Sr. Presidente. Era uma interpelação no sentido de que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro...

**Presidente:** Pronto. OK. Estamos esclarecidos.

Pergunto se há mais inscrições para aqueles Grupos Parlamentares e

Representações Parlamentares que ainda não usaram da palavra.

Vou colocar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XII à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado, com 23 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado independente; 20 contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal; e 1 voto de abstenção do PAN.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva para a apresentação do diploma.

*(Neste momento, o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)*

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Desde novembro de 2021 que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a alertar para a necessidade de serem criadas medidas de apoio às famílias e às empresas dos Açores, de modo a poderem ultrapassar, com apoios públicos, tempos difíceis que conjugam efeitos da pandemia COVID-19, da guerra na Ucrânia, da escassez de bens e serviços e da espiral inflacionista internacional.

A este propósito, lembramos as medidas apresentadas pelo Partido Socialista, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2023, que previam, entre outras, compensar as famílias pelos aumentos dos juros dos créditos à habitação e, igualmente, para a valorização dos salários dos trabalhadores açorianos, medidas que foram rejeitadas pelo PSD, CDS, PPM, Iniciativa Liberal, Chega e PAN.

A verdade é que, entre 30 de setembro de 2022, data em que o Secretário Regional das Finanças e Administração Pública anunciou um programa de apoio à classe média, através da compensação dos aumentos dos juros do crédito à habitação, e a data em que, efetivamente, o Governo implementou o CREDITHAB, 22 de fevereiro de 2023, decorreram cinco meses.

Ainda assim, apesar de tardias, consideramos que as medidas agora implementadas pelo Governo dos Açores – o CREDITHAB, de apoio ao crédito à habitação, e o Programa MAIS, de incentivo à valorização salarial – são boas medidas, no entanto podem e devem ser aperfeiçoadas e concretizadas em tempo útil para melhor servir os açorianos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a ideia de apoio ao crédito e à habitação, até porque já tinha não só avisado que era necessário um apoio para ajudar as famílias, mas também tinha apresentado uma proposta concreta, exatamente para a criação de uma medida deste âmbito, mas de maior abrangência.

Porém, entende o Grupo Parlamentar que o CREDITHAB, quer o Programa MAIS, estão mal concretizados e, por isso, tornam-se pouco transparentes, injustos e ineficazes para muitas famílias e empresas dos Açores.

Relativamente ao CREDITHAB, ele está mal concretizado, uma vez que os critérios para a sua atribuição são de tal forma estreitos que vão dificultar o acesso da maioria das famílias este apoio. Ou seja, o Governo Regional criou um programa de apoio às famílias, mas restringe de tal forma a possibilidade dos açorianos se poderem candidatar, aplicando, por exemplo, como requisito obrigatório que haja uma taxa de esforço superior a 50% do rendimento mensal, o que vai, claramente, excluir muitos agregados familiares de se poderem candidatar a este apoio. Exemplo prático disso mesmo é o facto de uma família, por exemplo, de classe média, com rendimento médio por pessoa de 1500 euros e uma prestação de crédito de 700 euros ficar, pura e simplesmente, excluída deste

apoio.

E é exatamente para corrigir esta e outras limitações que propomos, por exemplo, nesta Resolução:

Reduzir a taxa de esforço das famílias de 50 para 36%;

Alargar o limite dos rendimentos elegíveis dos beneficiários para um máximo de duas vezes e meia a remuneração mínima mensal garantida nos Açores;

Criar, ainda, uma majoração de 10% por cada dependente do agregado familiar, de forma a aumentar o rendimento disponível das famílias;

E assegurar que as famílias que tenham contraído um crédito à habitação de valor superior a 200 mil euros não fiquem totalmente excluídas deste apoio.

No que diz respeito ao Programa MAIS, este também enferma de questões de falta de transparência, de falta de justiça e de eficácia.

Na verdade, o programa, tal como foi desenhado, vai abranger apenas uns poucos, quando deveria estar disponível, com antecedência, informação pormenorizada para todos os empresários.

É um programa que, tendo sido anunciada a 10 de fevereiro, tinha um prazo de candidaturas demasiado reduzido, de apenas 18 dias, e que gera ainda demasiadas dúvidas e injustiças. E sendo certo que, como consequência do alerta feito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta situação, o Governo Regional já alterou o prazo para o dia 17 de março, todavia, persistem problemas como a desigualdade, a injustiça no acesso ao programa e um reduzido período de referência.

Por outro lado, e com especial relevância na justiça da sua aplicação, esta medida do Governo beneficia os empresários que pagam o salário mínimo e prejudica aqueles que já pagavam salários mais elevados, uma vez que, em ambos os casos, o valor do apoio é exatamente o mesmo. Ou seja, uma empresa que, em dezembro de 2022, pagava a um colaborador a remuneração mínima mensal garantida nos Açores, 740,25 euros, e, em janeiro de 2023, aumenta o salário, estipulado por lei,

para 798 euros, tem um gasto adicional de 1000 euros e recebe um subsídio de 174 euros. Já uma empresa que, em dezembro de 2022, pagava 795 euros a um colaborador e, em janeiro de 2023, aumenta para 798 euros, ou seja, mais 3 euros por mês, tem um gasto anual adicional de 52 euros e recebe na mesma um subsídio de 174 euros. É por isso que afirmamos que esta medida comporta algumas injustiças.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Algumas...

**O Orador:** Vejamos, ainda, outro exemplo: uma empresa que, em dezembro de 2022, pagava 800 euros a um colaborador e, em janeiro de 2023, aumenta para 840 euros, com um gasto anual de 693 euros e pagando em ambos os casos acima do salário mínimo, não recebe qualquer subsídio.

Além disso, esta medida apenas apoia empresários que tenham feito aumentos salariais em janeiro de 2023, excluindo todos os outros que procedam a aumentos salariais após o dia 01 de fevereiro de 2023.

E é também para corrigir estas e outras injustiças que propomos as seguintes alterações:

Alargar o prazo de candidaturas até ao dia 31 de julho, abrangendo assim novos aumentos salariais que ocorram até esta data, até porque a negociação é feita ao longo do ano e não apenas durante o mês de janeiro;

Apoiar o incremento do salário médio, em função do real esforço do aumento salarial concretizado pelas empresas, atribuindo um apoio financeiro completo de 174 euros por trabalhador para os aumentos iguais ou superiores a 5,8% em relação à média salarial registada em dezembro de 2022, atribuindo ainda um apoio proporcional à percentagem do aumento salarial verificado, tendo sempre por base o valor de 174 euros, quando a empresa apresentar aumentos dos salários inferiores a 5,8%;

E propomos ainda que seja previsto que os apoios a conceder nunca poderão ser superiores aos gastos totais incorridos pelas empresas com os aumentos salariais,

incluindo os encargos com a Segurança Social, reduzindo aqui a injustiça de atribuir um apoio superior ao gasto que efetivamente a empresa tenha incorrido.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O contexto inflacionista e de reduzido poder de compra em que vivemos condiciona de forma significativa o dia a dia da população e a atividade económica nos Açores, motivo pelo qual entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ser urgente corrigir e aperfeiçoar os regimes previstos no Programa CREDITHAB e no Programa MAIS, de forma a colocá-los ao serviço das famílias e das empresas, com mais transparência, mais justiça e maior eficácia.

Com responsabilidade, demonstrámos, uma vez mais, que os açorianos podem contar com o Partido Socialista, com propostas concretas que dão resposta às dificuldades sentidas.

Disse.

**Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!**

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu tenho uma questão e uma afirmação para fazer ao Sr. Deputado Carlos Silva. O Sr. Deputado Carlos Silva falou, daquela tribuna, de justiça e de abranger muitos. E eu vou-lhe dizer quem é que os senhores querem abranger, por exemplo, nesta alteração ao CREDITHAB. Os senhores querem, por exemplo, que um casal que ganhe 3990 euros, em conjunto, por mês, que tenha comprado uma habitação, por exemplo, de 1 milhão de euros, possa beneficiar de um apoio caso a sua

prestação passe para 1436 euros, ou seja, um casal que ganhe perto de 4000 euros... É o que os senhores propõem. É que se um casal comprou uma habitação de 1 milhão de euros ou de 2 milhões de euros ou de 3 milhões de euros e que tenha a pagar uma prestação que seja superior a 1436 euros, e esse casal receba perto de 4000 euros por mês, os senhores querem apoiar. Nós achamos que isso não faz sentido naquilo que são as obrigações que nós temos de acudir àqueles que passam dificuldades, àqueles que têm dificuldades.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! 1 milhão de euros?!

**O Orador:** Nós não podemos aceitar que os senhores achem que uma família, um casal ou uma pessoa que ganhe 2000 euros e que tenha comprado uma casa de 500 mil euros, possa ser apoiado neste sentido.

Eu acho, Srs. Deputados do Partido Socialista, que os senhores, nesta vossa ânsia...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É, é!

**O Orador:** ... de querer mostrar que querem dar tudo a todos, cometem uma injustiça e criam aqui uma grave dificuldade.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Isso é o que os senhores faziam antes, quando estavam na oposição!

**O Orador:** E a dificuldade é que nós devemos ajudar aqueles que estão, efetivamente, a passar grandes dificuldades com o aumento dos juros e que têm uma taxa de esforço bastante pesada no seu orçamento familiar e que têm, naturalmente, maiores dificuldades.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa proposta é um absurdo!

**O Orador:** Aquilo que os senhores propõem aqui é ajudar com dinheiros públicos pessoas que, eventualmente, não precisam dessa ajuda.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Sr. Deputado Carlos Furtado já estava inscrito. Isso está ficando mal...

Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Francisco Coelho, vamos falar de coerência ou da falta dela? Porque o senhor disse, ainda agora, da minha falta de coerência. Lembra-se disso, durante a manhã? Coerência. O Deputado Carlos Furtado que votou aquando da redução dos impostos, do IRS, do IVA e do IRC, em que, na altura, quem defendeu essa redução de impostos disse que essa redução de impostos não se poderia também...

**Deputado Nuno Barata** (*IL*): Ia beneficiar os mais ricos!

**O Orador:** Ia beneficiar os mais ricos, porque, também, os mais ricos podiam ser beneficiados e não sei quê... Porque não tínhamos que fazer uma sociedade redutora e que não sei quê... Pronto. Lembramos que a redução do IRS veio beneficiar principalmente as pessoas que ganhavam um bocadinho acima da média.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Mais vale dizer que era o pensamento dele, é?

**O Orador:** Não, isso era o pensamento que eles achavam contra e que os senhores achavam que era a favor. Agora, inverteram-se os papeis. OK?

Eu vou procurar manter a coerência. Como votei a favor da redução de impostos, também vou votar a favor de que essas ditas famílias muito ricas, que ganham 3990 euros por mês, não podem ser ajudadas. Não. Se podem ser ajudadas com a redução do IRS, acho que também podem ser ajudadas numa prestação da casa, que é coisa que elas também não têm culpa, das prestações terem subido.

Portanto, estarei ao lado do Partido Socialista nessa iniciativa, porque a mesma razão que serviu, que não se deve discriminar as pessoas que ganham ligeiramente

acima da média, portanto, a mesma razão que serviu em sede de IRS há de também servir em sede de pagamento de prestação de casa.

Portanto, estarei ao lado do Partido Socialista, o que está mostrando a minha coerência e não as palas nos olhos relativamente a princípios ideológicos.

Falar, ainda, que o facto de esta iniciativa ter sido apresentada em Conselho do Governo recentemente e de ter sido posta em prática, o facto de ter sido recente não é razão para não se mexer nela. Eu acho que, aliás, a mexer nela, quanto mais cedo, melhor, porque assim teremos um formato definido mais rigoroso, uma leitura mais fina, que, de resto, é o que a iniciativa propõe, uma leitura mais fina sobre esse tipo de apoios. E eu acho que sim, eu acho que é pertinente que essas alterações sejam feitas, quanto mais cedo, melhor.

No entanto, no meu entender, para que a implementação dessas medidas fica ainda mais fina, é uma opinião pessoal, eu acho que na implementação, caso ela seja aprovada, deve ser entendido que, na alínea g) do n.º 2 do Projeto de Resolução, o valor de 200 mil euros que foi apresentado aqui seja, no meu entender, um valor apenas de referência. E porquê? Eu entendo que uma casa de 200 mil euros adquirida no ano passado não é exatamente uma casa de 200 mil euros adquirida há 10 anos atrás. Uma casa de 300 mil euros adquirida há 10 anos não é uma casa de 300 mil adquirida o ano passado. Ou seja, todos nós sabemos que houve um aumento do custo da habitação na aquisição, também na renda, mas estamos a falar aqui da aquisição, um aumento exponencial que se situa na ordem dos 70% nos últimos 10 anos. Isso é um valor brutal. O que é que eu quero dizer com isso? Na implementação dessas alterações, nomeadamente o que está identificado na alínea g), eu acho que deve ser escalonado, para que as pessoas que há 10 anos compraram a casa de 300 mil euros, que há de ser uma casa com sete quartos, uma piscina e um *court* de ténis, quase, não é exatamente um apartamento de 200 mil euros que se compra hoje, que é um T2 ou coisa parecida.

Portanto, a implementação desta alínea neste diploma, que já existe no

CREDITHAB, deve, no meu entender, ter uma leitura mais fina, uma implementação mais fina, no sentido de criar justiça. Até porque, também, um crédito à habitação que tenha sido começado a pagar há 10 anos atrás não está tão sobre a pressão das taxas de juro como um crédito que foi feito o ano passado, porque uma parte do valor da casa já foi pago, ou seja, o valor em dívida, o valor da prestação, aquilo que se refere à parte dos juros já é menor, portanto, a influência do aumento das taxas de juros na prestação também é menor.

Por isso, caso a iniciativa seja aprovada, eu acho bem que se atenda a essa implementação de uma forma fina, de forma a criar justiça.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Devo dizer que, para o Grupo Parlamentar do CDS, também subscrevemos aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, mas há aqui um outro aspeto, também, que gostaríamos de referenciar, que tem a ver com o primeiro ponto resolutivo, na sua na sua alínea b), no terceiro ponto, que visa apoiar o incremento do salário médio quando a empresa apresentar aumentos salariais médios inferiores aos 5,8%. Ora, qual é que é aqui a nossa questão? É que nós já debatemos e votámos aqui nesta Assembleia, em que foi aprovado por maioria, a primeira... ou seja, no fundo, a medida excecional de compensação que foi criada na República por conta do aumento do salário mínimo e que nós, aqui, votamos favoravelmente uma medida que propunha que esse regime fosse extensível às Regiões Autónomas ou, neste caso, à Região Autónoma dos Açores. E, na altura dessa discussão, a nossa posição era, e aí concordávamos também com aquilo que foi a posição do Bloco de Esquerda, que não fazia sentido estar, no fundo, a financiar as empresas que, no fundo, estavam a praticar apenas o salário mínimo.

Obviamente, nós votamos a favor da extensão, porquê? Porque considerávamos que era uma medida discriminatória pelo facto de apenas se aplicar ao território continental.

Por outro lado, consideramos, como também na altura foi afirmado e julgo que foi a razão pela qual o Bloco de Esquerda votou contra, que, obviamente, as políticas... o que nós preferíamos era que houvesse salários, efetivamente, mais altos, que isso, sim, é que seria demonstrativo de uma pujança económica e é isso que ajudaria as famílias a fazerem face à situação económica atual.

Ora, na Assembleia da República, o Partido Socialista acabou por votar contra e inviabilizar esta proposta, pese embora, também devo referir, que os Deputados da Região Autónoma dos Açores votaram favoravelmente esta medida, tendo justificado que também seria difícil por causa da “lei-travão”, na altura em que foi votada, ela poder vir depois a ter efetividade. Mas, de qualquer das formas, ficou demonstrado que os Deputados açorianos na República estavam ao lado deste Parlamento também. Não obstante, a medida foi chumbada.

De qualquer das formas, nós, na altura, como referimos e ficou registado também no Diário das Sessões, votámos favoravelmente esta Anteproposta, que visava esta extensão do benefício que havia na República à Região, única e exclusivamente porque consideramos que era uma injustiça para as empresas regionais e não por concordarmos com a medida. Ora, por maioria de razão, não concordaríamos e não podemos concordar também com esta inscrição que o Partido Socialista, agora, aqui, propõe no terceiro ponto.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E isso é, grosso modo, entre outros motivos, aquilo que nos leva a não acompanhar esta proposta.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu agradeço as perguntas. Percebo que alguns pretendam arranjar uma desculpa para votar contra a iniciativa, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Não é desculpa, é argumento!

**O Orador:** ... mas, de qualquer forma, não é isso que nos preocupa. Nós estamos totalmente disponíveis, se for essa a intenção do Parlamento, em aperfeiçoar aquilo que aqui está.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Baixa à Comissão.

**O Orador:** E não temos qualquer problema com isso.

Vou ser claro em relação àquilo que aqui está. Vamos por partes. Sr. Deputado Rui Martins, aumentos inferiores a 5,8%. O que acontece neste momento é que, se aumentar 1 euro o salário mínimo, tem um apoio de 174 euros. E isso gera injustiça. E, portanto, se tiver um aumento de salário médio que seja inferior a 5,8%, mas que isso represente para a empresa um gasto, por exemplo, de 50 ou 60 euros, não tem qualquer apoio por mês. Isso não faz sentido.

O que nós estamos aqui a propor é que, mesmo nos aumentos salariais inferiores aos 5,8%, seja também possível contemplar que haja um apoio.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** E se for num ordenado de 4 mil?

**O Orador:** Que possa ser com percentagens? Claro que sim. Se for até 2%, é 50%. Acima de 2% é 75%. Isso é possível. Agora, isto é uma Resolução, nós não

podemos alterar como se fosse um Decreto Legislativo Regional, mas a intenção daquilo que está proposto é exatamente essa: ...

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Não, não!

**O Orador:** ... garantir que os aumentos salariais mesmo inferiores a 5,8% também sejam contemplados no apoio que está previsto no Programa MAIS. Eu acho que não há nenhum problema com essa medida.

Relativamente à questão que colocou o Sr. Deputado João Bruto da Costa, é pertinente. E nós tivemos essa dúvida quando fizemos a Resolução. No entanto, relembro que, relativamente aos salários de referência, duas vezes e meia a remuneração mínima mensal garantida, estamos a falar, neste momento, de um valor bruto que ronda os 1995. É exatamente o mesmo valor de referência que existiu no complemento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Se forem dois!

**O Orador:** É exatamente o mesmo valor que foi utilizado para o *layoff* na altura da pandemia e que não suscitou qualquer dúvida. O limite até ao qual existia apoio durante a pandemia...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não estamos a falar de *layoff*!

**O Orador:** Eu estou a dar um exemplo, Sr. Deputado. O limite 1995 de rendimento bruto por um sujeito passivo, de 1995 euros brutos, não é, no meu entender, uma pessoa que seja rica.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ninguém está a dizer isso!

**O Orador:** O senhor é que disse na sua intervenção.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor é que disse isso!

**O Orador:** Não, não. O que nós estamos a dizer é que uma pessoa que ganhe 1995 euros brutos...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Se tivesse uma casa de 1 milhão de euros...

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, permite-me?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não ponha palavras na boca dos outros, que é o que o senhor faz com toda a gente!

**O Orador:** Sr. Deputado, acho que não quer ser esclarecido, sinceramente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quero. Estamos a discutir a sua proposta.

**O Orador:** Então, permita-me. O que eu estou a dizer é que o limite de duas vezes e meia a remuneração mínima mensal garantida significa que uma pessoa que ganhe 1994 euros brutos não fica excluído desse apoio, coisa que acontecia...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ninguém falou do rendimento.

**O Orador:** Falou, o senhor falou disso...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Falei dos 200 mil, para dar um exemplo!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, o senhor falou de rendimentos de 3900 e tal euros por agregado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para dar o exemplo. Quer falar disto de forma séria ou não?

**O Orador:** O Sr. Deputado quer ser honesto intelectualmente ou não? Está gravado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A gente já lá vai!

**O Orador:** E, portanto, a alteração que é feita é para garantir que quem auferir um rendimento bruto de 1994 euros não fique excluído deste apoio.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não foi essa a alteração.

**O Orador:** E, portanto, nós, com isso, deixamos bem clara a intenção daquilo que está aqui previsto.

Relativamente à alínea g), que é, de facto, aquilo que motiva maiores dúvidas, eu vou ler: “Aos beneficiários que tenham contraído um crédito à habitação com capital máximo contratualizado superior a 200 mil euros, para aquisição ou construção de habitação própria permanente, deve ser aplicável o apoio previsto no regime até este montante.” Só haverá apoio até aos 200 mil euros. O que é que

isso significa? Nós podemos ver sempre os casos mais extremistas. Podemos ver o caso de 1 milhão de euros ou podemos ver o caso de um empréstimo de 200 000,01 euros. Um empréstimo de 200 000,01 euros fica totalmente excluído deste apoio. O Sr. Deputado considera que um empréstimo de 200 001 euros, por exemplo, é de alguém que é rico neste momento?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Então ponha um limite!

**O Orador:** É uma pergunta importante.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Se for 200 001, também fica de fora. O problema é sempre o mesmo! Ponha o limite!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor é que não pôs o limite, não fui eu!

**O Orador:** Não...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor é que não pôs o limite!

**O Orador:** Sr. Deputado João Bruto da Costa, quem colocou o limite foi o Governo na proposta...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A gente está a discutir é a sua proposta!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, o Sr. Deputado não quer ser esclarecido.

Quem colocou o limite 200 mil foi o Governo. O que nós entendemos é que quem tem um empréstimo de 201 mil não deve ficar totalmente excluído deste apoio, sendo que o apoio é calculado até aos 200 mil euros. Portanto, eu não vejo qual é a dúvida.

O Sr. Deputado diz-me assim: então, mas nós ficaríamos mais confortáveis se tivessem um limite que era até... aos 250 mil euros, por exemplo. Porquê 250 mil? Quem compra uma casa e contrai um empréstimo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor é que sabe, a proposta é sua!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, estamos a ter uma discussão séria.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exato!

**O Orador:** É importante para as famílias que precisam deste apoio.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem dúvidas sobre a própria proposta?

**O Orador:** É esta a intenção do Partido Socialista e é por isso que está aqui, sobre esta medida.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Aí é porque já há uma medida! É uma coisa diferente!

**O Orador:** Mas que exclui muitas famílias. Há uma medida que exclui muitas famílias.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não é porque o Partido Socialista chegou agora aqui, é porque já há uma medida!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** 50% de taxa de esforço exclui quase todos!

**O Orador:** E, portanto, o que nós deixamos muito claro é que é necessário aperfeiçoar aquilo que está disponível neste momento, de forma a não excluir muitas famílias de um apoio que é importante e é urgente neste momento.

Se os Srs. Deputados se sentem mais confortáveis em alterar a redação para um limite de 250 ou 300 mil euros, nós não temos qualquer problema com isso, porque a nossa intenção, clara, é de ajudar as famílias que mais precisam. E, portanto, estamos disponíveis para isso.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que talvez tivesse sido boa ideia, e o Governo, julgo eu, deve começar a refletir sobre isso, esta proposta do CREDITHAB e, eventualmente, este Programa MAIS, em

vez de terem sido aprovados por Resolução do Conselho do Governo, tivessem passado nesta Casa. É que, talvez, muitos dos problemas que as medidas têm, uma delas o Bloco de Esquerda discorda liminarmente, que é o Programa MAIS, mas, no que diz respeito ao apoio ao crédito à habitação, muitos dos problemas, se calhar, não existiriam ou teriam sido debatidos e a proposta teria, certamente, sido melhorada aqui. E não estaríamos, agora, a debater uma Resolução para se alterar uma Resolução do Conselho do Governo, que só o Governo pode alterar.

E, já agora, começo por dizer que, independentemente da aprovação, ou não, deste Projeto de Resolução do Partido Socialista, o Governo deve melhorar aquela medida. Aquela medida deixa, efetivamente... Se o objetivo é apoiar as famílias que têm crédito à habitação, vamos ver qual é o resultado, mas eu arrisco-me a dizer que não vai chegar a quase ninguém, porque, efetivamente, uma taxa de esforço de 50%, como o Governo propõe, como o Governo implementou na medida que criou, quer dizer que essas famílias basicamente já entraram em incumprimento ou estão a entrar em incumprimento e já entregaram a casa ao banco. Muito poucas famílias com esse rendimento, com o limite de rendimento que o Governo implementou e com uma taxa de esforço de 50%, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** As taxas de juro subiram!

**O Orador:** ... que é uma coisa absolutamente inimaginável, 50% do rendimento logo à cabeça para o crédito à habitação é uma família que está em enormes dificuldades e já está praticamente a entregar a casa ao banco.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Acredite que há muitas assim!

**O Orador:** Há muitas assim, mas o objetivo é que elas não fiquem assim, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Aí é que está. O objetivo é que não chegue a esse ponto. Por isso, os 35% é, efetivamente, impedir que se chegue a esse ponto, porque nós não queremos que as pessoas ficassem em casa. E se o Governo não quer que as pessoas fiquem sem casa, tem que alterar a sua medida.

Agora, efetivamente, aquilo que o Partido Socialista propõe nesta recomendação

para alteração ao Programa CREDITHAB, nós concordamos na generalidade. Temos muitas dúvidas, aliás, não nos parece a melhor solução, é sempre arbitrário definir um limite do crédito. Efetivamente, é arbitrário, mas parece-nos uma melhor solução do que não impor o limite. De qualquer forma, não é isso que não nos leva a votar favoravelmente a proposta, porque o Governo poderá definir esse limite, julgo eu. E faço esse apelo ao Governo, para alterar o Programa CREDITHAB, de qualquer das formas, aumentando o rendimento até ao qual as famílias são abrangidas e diminuindo a taxa de esforço. Isso é essencial porque ninguém quer que alguém atinja uma taxa de esforço de 50%.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** De todos os empréstimos, de todos os créditos!

**O Orador:** De todos os empréstimos? Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa, de todos os empréstimos? Sim, senhor... Como já lhe disse, 50% de taxa de esforço é inimaginável. Quem já está nessa situação está quase a entregar a casa ao banco, mas, pronto.

Mas, já agora, a coligação está muito preocupada com a possibilidade de chegar a este apoio quem tem rendimentos muito elevados ou tem créditos à habitação muito elevados, mas não se preocupou em criar uma condição de recursos para poder concorrer ao CREDITHAB. E que me parece uma medida prudente, porque os limites que o Governo cria têm a ver com o salário e com outras habitações, mas esquece todos os outros patrimónios. Também, já agora, é algo prudente, faz sentido e essa preocupação devia ter estado na proposta inicial do Governo.

**Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Não é verdade!

**O Orador:** No que diz respeito à alteração ao Programa MAIS, de apoio ao aumento salarial, que não é programa de apoio ao aumento salarial coisíssima nenhuma, é um apoio para pagar os salários de quem aumentou por via do salário mínimo ou aumentou porque entendeu aumentar.

É curioso, aliás, como já foi referido, há um apoio para aumentar salários que é implementado depois dos salários já estarem aumentados. E alguns que decorrem da lei, como é o caso do salário mínimo. É uma medida, como nós já dissemos aqui no passado, socialmente injusta. Ela é um subsídio às empresas que pagam mal, ...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Exatamente!

**O Orador:** ... é um subsídio às empresas que pagam o salário mínimo, fundamentalmente.

E, depois, corrija-me Sra. Secretária, sei que não é a sua área, não é a sua tutela, mas parece-me que o Programa MAIS permite até acumular os dois apoios.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Exatamente!

**O Orador:** Não encontrei nenhuma norma de exclusão de quem recebe o apoio por via do aumento do salário mínimo, daqueles que recebem o apoio por via do aumento salarial. Ou seja, uma empresa que recebe porque o salário mínimo aumentou por via da lei, pode receber duas vezes, pode receber mais uma vez porque aumentou o salário mínimo mais do que 5%. E, aliás, isso pode acontecer até só por via do aumento do salário mínimo.

Vamos ver as publicações dessas Resoluções, desses apoios financeiros, em Jornal Oficial. E será interessantíssimo ver quem é que está a ganhar e quem é que vai ganhar com esse apoio.

Faria melhor o Governo em pegar nesse dinheiro e entregar às famílias, que veem a inflação a subir a cada dia.

E, hoje, saíram os números de inflação nos Açores.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Diziam que eram os mesmos!

**O Orador:** E o que é que está a acontecer? Está a subir nos Açores já mais depressa do que a nível nacional, como era previsível. E o Governo o que é que faz? Vai dar o dinheirinho à distribuição, que paga o salário mínimo e que está a ter lucros absurdos neste contexto. Aliás, como vimos as últimas notícias a nível

nacional, é certo, mas nos Açores não é diferente, com margens de lucro, com margens comerciais nos produtos alimentares no supermercado de mais de 50%. É isto que o Governo está a apoiar, são os lucros de quem está a ganhar com a inflação.

E concordando com uma parte da proposta, discordando totalmente com a outra parte, o Bloco de Esquerda, naturalmente, irá estender-se, porque é assim, é um Projeto de Resolução, nós, infelizmente, não podemos votar as medidas separadamente. E concordando com uma parte, discordando da outra, iremo-nos abster.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Acho que isso vai virar o Partido Socialista!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é uma nova tentativa do tal pacote que o Partido Socialista apresentou. E agora é uma reincidência.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eles querem outros pacotes!

**O Orador:** Era um outro pacote.

A questão aqui, o que nós vemos é o seguinte: o Partido Socialista conta uma narrativa. E a narrativa é esta: lembrem, logo no segundo parágrafo, numa provocação gratuita... Porque num Projeto de Resolução, mais uma vez, quem quer contribuir com propostas credíveis e que possam ser apoiadas pelos outros partidos, é absolutamente gratuito fazer-lhes críticas diretas dentro de um Projeto de Resolução. Então, o que dizem é: “Lembramos que as medidas apresentadas, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2023, previam compensar as famílias pelos aumentos dos juros dos créditos à habitação e, igualmente, para a melhoria dos salários dos trabalhadores açorianos, foram chumbadas pelos

partidos (...)”. E, depois, faz aqui um conjunto de referências.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É factual!

**O Orador:** Mais uma vez, o que pretende é a guerrilha política e reescrever a história.

Porque a verdade é que, se estes apoios foram criados... E V. Exas. dizem também, no âmbito do Projeto de Resolução, que são boas ideias, que o Programa CREDITHAB e o Programa MAIS são boas ideias, referem V. Exas. Estas boas ideias só estão a ser aplicadas porque o Plano e Orçamento passou.

**Deputado António Lima (BE):** Está neste momento em campanha eleitoral!

**O Orador:** Com aquela que foi a votação inicial de V. Exas., o Plano e Orçamento não tinha passado e estas boas ideias não estavam agora a ser implementados.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E por isso é que eu quis aqui fazer uma breve referência à tentativa de reescrever a história.

E de provocação em provocação, continuamos. Vejam, por exemplo, o ponto n.º 3 da Resolução: “A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação (...)”.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Por acaso é no próprio dia.

**O Orador:** Exatamente, é no próprio dia. Bom, mas isso é menor dos nossos problemas.

“(…) aplicando-se às candidaturas já apresentadas, com a possibilidade dos promotores alterarem a candidatura em caso do novo regime se constituir como um regime mais favorável.”

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Será que o Governo não precisa de fazer nada?

**O Orador:** Mas, quer dizer, isto é um Projeto de Resolução.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que altera a Resolução do Conselho do Governo!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Mas vincula politicamente o Governo a partir daí!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Ou não!

**O Orador:** O Projeto de Resolução altera... Isto é um absurdo! É das coisas mais absurdas que eu já li do ponto de vista de iniciativas apresentadas no Parlamento, porque a legalidade... É evidente, em relação à figura regimental que os senhores estão a utilizar em relação à iniciativa... à figura não, em relação à natureza da iniciativa que os senhores estão a utilizar, os senhores sabem perfeitamente que isto...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É para fazer uma nota de imprensa!

**O Orador:** ... ou é desconhecimento ou é provocação. É uma das duas coisas. Agora, deixe-me concluir como o Sr. Deputado há pouco, que é dizer-lhe o seguinte: com uma coisa ou outra, estão condenados à mesma, o resultado é o mesmo, porque esta prática é uma prática absolutamente inaceitável. Trata-se apenas de uma provocação. Ou seja toda a lógica do Projeto de Resolução que aqui está, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É o faz de conta!

**O Orador:** ... este Projeto de Resolução é, pura e simplesmente, do início ao fim, uma guerrilha, uma tentativa de reescrever o tal pacote.

Depois, diga-me uma coisa, e é pergunta que lhe quero deixar, Sr. Deputado: o que é que está contemplado, do ponto de vista dos documentos orçamentais e do Plano, em relação ao CREDITHAB e ao Programa MAIS em termos de verba? Sabe-me dizer? Sabe, com certeza. V. Exa. sabe.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O senhor é que apoia o Governo, o senhor é que sabe!

**O Orador:** Deixo-lhe esta pergunta. Depois, continuamos nesta intervenção.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Já me pareceu que o Partido Socialista vai aqui fazer umas alterações por causa da afirmação que eu fiz, pelo menos, sobre a questão da habitação ou do empréstimo ser, por exemplo, de uma casa de 2 ou 3 milhões de euros, o que não faz assim muito sentido.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quatro!

**Deputado Nuno Barata (IL):** Há imensas nos Açores!

**O Orador:** Mas deixem-me, também, se calhar, antes de trazerem isso e voltarem abaixo para corrigir outra vez, fazer-lhes uma pergunta, porque, de facto, os senhores, como demonstrou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, misturaram aqui, não sei se tinham um DLR para apresentar, se tinham outra coisa diferente, mas cometem aqui outro erro. Expliquem-me só o seguinte: os senhores põem na vossa Resolução... A alínea d) do n.º 2 da Resolução diz assim: “Adicionar, ao Anexo II, o montante de rendimento entre 2xRMMG e 2,5xRMMG e o coeficiente aplicável de 0,25.” Ora, o Anexo II do diploma tem um quadro com um ou dois proponentes. O montante do rendimento até é rendimento mínimo, coeficiente aplicável 1. Entre RMMG e 2xRMMG, coeficiente aplicável 0,5. E, depois, depois proponentes. E quando há dois proponentes, entre 2xRMMG e 4xRMMG, 0,5 é o coeficiente. E aquilo que os senhores propõem é que entre 2xRMMG e 2,5xRMMG seja de 0,25. Ou seja, haverá aqui situações em que dois proponentes com 4xRMMG têm um coeficiente aplicável superior, ou seja, vão receber mais do que quem tem dois proponentes com rendimento entre 2xRMMG e 2,5xRMMG.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Foi feito por um contabilista!

**O Orador:** Ou seja, quem tem 4xRMMG vai receber mais do que quem tem 2,5xRMMG. Se calhar, voltem lá abaixo, corrijam outra vez, que a gente espera mais um bocadinho.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Eu devo dizer que, obviamente, pronto, há aqui também, na verdade, há pouco não mencionei, as questões do preâmbulo, que, obviamente, pronto, normalmente é feito já em jeito de provocação ou então para que não seja aprovado.

E também o terceiro ponto resolutivo, que é, obviamente, quer dizer, uma recomendação ao Governo, é para o Governo a implementar. E aqui diz logo que é para entrar em vigor no dia a seguir. E há aqui um impacto legal no próprio programa, que esta figura, que um Projeto de Resolução não pode fazer.

Mas também, porque, aparentemente, o Partido Socialista está a tentar propor algumas alterações, eu devo dizer, pronto, tenho que fazer um mea-culpa, mas, infelizmente, neste momento, a avaliação que tinha feito do documento era no sentido de apreciá-lo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Baixar à Comissão!

**O Orador:** Ou seja, uma coisa seria: se o documento fosse à Comissão, poderíamos então estar a falar e a debater o que é que era preciso ajustar e o que é que seria então, se calhar, viável de alterar. Neste momento, confesso que não consigo dizer o que é que é mais benéfico.

E é exatamente isto que o Sr. Deputado João Bruto da Costa agora levantou também, que será nas transições, para não se criar aqui situações de injustiça. Eu, neste momento, não consigo, ou seja, votar em consciência um documento que seja alterado e ter a certeza que estamos a fazer pelo melhor, sob pena de, afinal, estarmos até, eventualmente, a piorar os diplomas.

E, por isso, também, pronto, somos um grupo mais pequeno. Na altura que trabalhamos o diploma, não foi no sentido de como é que melhoraríamos este

diploma, mas, sim, se concordamos ou não concordamos com o que está plasmado neste diploma. E, por isso, tenho sérias dificuldades, neste momento, de poder acompanhar qualquer proposta de alteração que o Partido Socialista venha a fazer. Muito obrigado.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Contas mal feitas, etc.!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Mas isso é expectável!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PS traz-nos aqui um Projeto de Resolução que, para além das suas provocações, obviamente, parece que este segundo parágrafo da nota preambular é um convite a que não votemos a favor esse mesmo Projeto de Resolução.

Mas, depois, faz uma coisa ainda mais engraçada: faz aqui uma espécie de *pasodoble* parlamentar.

**Deputado José Ávila (PS):** Tal e qual as suas!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Eles têm jeito!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A propósito do diploma anterior!

**O Orador:** Não, não é a propósito do diploma anterior, Sr. Deputado Bruto Costa, é a propósito de juntar no mesmo Projeto de Resolução do Partido Socialista a alteração de duas Resoluções do Conselho do Governo, que não têm nada a ver uma coisa com a outra.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É uma espécie de dois em um!

**O Orador:** Que é para, depois, dizer aos açorianos: os senhores não quiseram ajudar as famílias açorianas no crédito à habitação.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** É verdade!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Essa é que é a grande verdade!

**O Orador:** Ou para apanharem nas voltas o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que é contra, frontalmente contra, o Programa Açores MAIS, mas que é a favor do programa de apoio ao crédito à habitação. Não nesses moldes que está aqui desenhado, nem este nem o seu. E vou-lhe já explicar, Sr. Deputado Carlos Silva, porque é. E, portanto, isto fica clarinho, clarinho, para militar perceber, como se diz na gíria. O que o Partido Socialista aqui montou foi uma espécie de ratoeira, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Exatamente!

**O Orador:** ... para ver se nós caíamos, mas nem o adiantado da hora nem o cansaço da semana permite cair em tais ratoeiras.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Claro que não!

**O Orador:** Mas ainda digo mais, Sr. Deputado Carlos Silva: o senhor disse daí dessa bancada que este Projeto de Resolução é para ajudar as famílias que mais precisam. Não, não é. Eu lamento dizer ao senhor, mas esse Projeto de Resolução e as duas Resoluções que o Conselho de Governo fez, esse Projeto de Resolução o que faz é majorar as duas Resoluções que o Conselho de Governo fez. E nenhuma delas é para ajudar as famílias que mais precisam, porque, infelizmente, nesta Região, as famílias que mais precisam nem acesso ao crédito à habitação têm. E são uma larga maioria delas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** E são uma larga maioria delas, porque, se não fossem uma larga maioria delas, nós não estávamos aqui, entra período legislativo, sai período legislativo, a falar de falta de habitação para arrendamento, de falta de habitação para a classe média, de falta de habitação para as classes mais desprotegidas. É precisamente por isso, é precisamente por as famílias que mais precisam na Região Autónoma dos Açores não serem abrangidas por nenhum desses diplomas, como disse e bem também o Sr. Deputado António Lima, nem sequer o diploma

Açores MAIS vai chegar às famílias. E esta Resolução do Conselho de Governo sobre o crédito de habitação também não chega às famílias que mais precisam.

E enquanto esta Região continuar preocupada com aqueles que menos precisam, os que mais precisam nunca vão apanhar o elevador social.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Depois, baixa à Comissão! Daqui a bocadinho, vamos ter a terceira versão!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Se for preciso!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Supostamente, eu vou entrar numa repetição, num disco riscado, porque aquilo que, supostamente, se calhar, seria para um ou outro, acho que toda a gente viu, de forma clara, o que é que era este Projeto de Resolução. E este Projeto de Resolução, obviamente, no preâmbulo, por um lado, tenta... que é um facto, obviamente, mas é um facto que é dissimulado sobre um pensamento político. Até parece que os outros partidos que estão ali e que votaram contra o PS são o diabo e o PS é o anjo, porque sem este Projeto de Resolução ninguém é salvo nesta Região Autónoma dos Açores. E isso, obviamente, não é só uma provocação, é estar à espera, à partida, que todos os partidos que estejam naquele preâmbulo votem contra, porque o próprio PS também não quer que este Projeto de Resolução seja votado favor, por isso é que também fez uma ratoeira ao Bloco de Esquerda para a abstenção. E serve apenas para mais um *outdoor*. Porque já não tem espaço nas ruas, já não há mais espaço, então têm que fazer um Projeto de Resolução.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Agora tem que adicionar um ponto!

**O Orador:** Contudo, também mostra que talvez haja uma fragilidade sobre os cálculos do próprio Governo e, se calhar, temos que verificar e analisar novamente

os cálculos relativamente aos apoios do crédito à habitação, porque, é verdade, todos os meses há uma alteração. E o Projeto de Resolução do PS serve para isso mesmo, pelo menos para o PAN, porque, se calhar, temos que melhorar os nossos cálculos que foram aprovados no Orçamento e ter uma posição forte relativamente àquilo que serão os apoios do crédito à habitação, não nos moldes que estão neste projeto, porque aí também não concordamos, porque, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, e bem, quem necessita mesmo desse apoio não são as pessoas que vão ser beneficiadas, são as pessoas que, se calhar, não necessitavam desse apoio e que vão ser beneficiadas.

Agora, estou a ouvir aquilo que eu disse, pareço mais socialista que o próprio Partido Socialista, porque é no socialismo que nós temos mesmo que dividir e não ajudar mais quem não precisa. E o Sr. Deputado Nuno Barata disse, e muito bem, que quem tem uma taxa de esforço de 50%... Vou ser sincero, também não concordo, mas não é nestes moldes que eu posso votar a favor deste Projeto de Resolução, porque acho que é uma provocação total.

Se calhar, se houvesse algum cuidado, até nós podíamos ter aqui um esforço e uma ginástica parlamentar para que isto fosse aprovado, mas, desta forma, obviamente, será muito difícil.

Obrigado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mais um cartaz!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Em primeiro lugar, para informar que nós entregámos uma proposta de alteração, exatamente, para clarificar o limite do crédito contratualizado, para que não haja qualquer dúvida. E colocámos que só se aplica a créditos contratualizados, de crédito à habitação, até ao máximo de 250 mil euros. E, portanto, creio que ficam

esclarecidas as dúvidas.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Vai muito para além!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mais um bocadinho chegava a meio milhão!

**O Orador:** Porque a nossa intenção, desde o início, era, efetivamente, apoiar as famílias que neste momento estão com graves dificuldades no cumprimento da prestação bancária.

E nós não podemos num dia dizer que é importante apoiar a classe média e depois, quando apresentamos propostas concretas exatamente de apoio à classe média, dizer que, afinal, não era preciso qualquer apoio. Isso não é responsável, não é a nossa visão.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Alterações atrás das outras sem saberem o que é que querem.

**O Orador:** E, portanto, o que nós fizemos aqui foi dar corpo às preocupações que temos vindo a transmitir e apresentar...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isto é que é uma trapalhada!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** É uma trapalhada!

**O Orador:** ... uma proposta concreta que responde a essas dificuldades.

Quando nós reduzimos a taxa de esforço de 50% para 36%, estamos a dar resposta a um problema que a medida que está em vigor tem neste momento.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** O PS não sabe o que é que quer!

**O Orador:** Quando nós alteramos o limite dos rendimentos para duas vezes e meia, estamos a dar resposta a um problema que deixa de fora, neste momento, muitos agregados familiares.

E em relação ao coeficiente, o coeficiente de 0,25 faz todo o sentido, porque o Anexo II, no caso dos proponentes, tem no caso de ser um proponente ou dois proponentes. E no montante dos rendimentos tem dois escalões. Até uma remuneração mínima mensal garantida aplica-se o coeficiente de 1. E entre 1 e 2

aplica-se 0,50. E nós, como alterámos o escalão para duas vezes e meia, estamos a aplicar 0.25 a este limite. Portanto, não vejo qualquer problema.

De qualquer forma, se for necessário aperfeiçoar alguma redação, é sempre possível, porque o Governo tem esse mecanismo. Mas a nossa intenção aqui é clara e visa adaptar os coeficientes à alteração do limite que fizemos.

E, por último, relativamente ao ponto 3, porque é que nós colocámos esta redação aqui: “A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, aplicando-se às candidaturas já apresentadas, com a possibilidade dos promotores alterarem a candidatura em caso de um novo regime se constituir como um regime mais favorável.”?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, explique lá isso. O senhor nem sabe o que o seu partido anda a fazer!

**O Orador:** Porque é que colocamos isso? Porque já foram apresentadas candidaturas ao Programa MAIS, certo? E que tiveram por base alguns critérios. Se nós estamos a alterar os critérios, que em alguns casos podem ser mais favoráveis às empresas, é óbvio que a alteração da Resolução tem que ter em conta aquilo que apresentámos, eventualmente se for aqui aprovado hoje. E é exatamente isso que está aqui no ponto 3. Isso é claro, não há qualquer dúvida. Se fosse um DLR, se calhar tínhamos que ser mais exigentes com a redação ainda, mas essa redação se peca é por excesso, não é por defeito. O que está aqui é por excesso e não por defeito, porque nem era necessário estar. Mas está, exatamente, para deixar muito claro...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** É uma Resolução!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Que grande trapalhada!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor está excitado, calma!

**Deputado Mário Tomé (PS):** É verdade!

**O Orador:** O senhor quase não falou esta semana, eu percebo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Porque é que o senhor está murcho?

Fica-lhe bem!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Já é o terceiro que se excita comigo!

**O Orador:** Sr. Deputado João Bruto da Costa, nós estamos aqui a falar de coisas efetivamente importantes.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É? Então, escusa de dizer esses apartes de estar excitado!

**O Orador:** E nós estamos a tentar explicar a nossa proposta, uma proposta que responde aos problemas que, neste momento, existem na redação que está em vigor. Neste momento, os mecanismos Programa MAIS e CREDITHAB deixam muitas famílias e muitos trabalhadores com aumentos salariais fora desses apoios. O que nós estamos aqui a fazer é garantir que este apoio é alargado e chega a mais famílias e a mais trabalhadores.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ainda tem mais quatro minutos!

**O Orador:** E foi com esse objetivo que apresentamos as alterações que aqui estão e que respondem a estes problemas.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação. Creio que a proposta de substituição integral já deve ter chegado às vossas caixas de correio.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 153/XII – “Tornar as medidas «Programa Mais» e «Credithab» mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 153/XII foi rejeitado, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 23 a favor do PS e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vou ler a Proposta de Deliberação Final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão.

**Secretário:** A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite. Bom descanso.

*Eram 20 horas e 24 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Vasco Alves Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Jaime Luís Melo Vieira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**José Gabriel Freitas Eduardo**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Ricardo Beato Gomes Vieira**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Gustavo Valadão Alves**

### **Documentos entrados**

#### **1 – Proposta de Lei:**

**Assunto:** N.º 65/XV(ALRAM) – Novo Procedimento de Inclusão das Novas Substâncias Psicoativas na Lei de Combate à Droga – alteração ao decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro - Audição n.º 188/XII - AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2023 - 03 - 07

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data-Limite de Parecer:** 2023 – 03 – 27.

#### **2 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**N.º 88/XII**

**Assunto:** [Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** PSD/CDS-PP/PPM

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08

**Comissão:** -----

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA**

### **3 – Projetos de Resolução:**

**N.º 152/XII**

**Assunto:** [Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia \(CEAA\)](#)

**Proveniência:** PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 153/XII**

**Assunto:** [Tornar as medidas "PROGRAMA MAIS" e "CREDITHAB" mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas](#)

**Proveniência:** PS

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

### **4 – Petição:**

**N.º 50XII**

**Assunto:** [Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores](#)

**Proveniência:** Maria Helena Martins do Carmo

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 06

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Limite de parecer:** Em processo de admissão

**5 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Capacidade máxima e distribuição de camas por ilha](#)

**Autores:** António Lima e Vera Pires (BE)

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 06

**Referência:** 54.06.00 – N.º 580/XII;

**Assunto:** [Obras de beneficiação no Instituto Açoriano de Cultura](#)

**Autores:** António Lima e Vera Pires (BE)

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07

**Referência:** 54.06.003 – N.º 581/XII.

**6 – Informações:**

**Assunto:** AT/439/2023 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a Sra. Deputada Sandra Dias Faria passa a substituir o Sr. Deputado José Contente na composição da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 6 de março de 2023, inclusive

**Proveniência:** Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 06;

**Assunto:** Correio eletrónico a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Pesar pelo falecimento de Herberto Bettencourt Dart, aprovado por unanimidade no dia 19 de janeiro de 2023, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**Proveniência:** Carmina dos Santos Moniz Dart

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07;

**Assunto:** Ofício ref.<sup>a</sup> 1539/2023 a acusar a receção e a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o envio do Voto de Protesto – Pela negligência da República perante as Forças de Segurança, aprovado no dia 18 de janeiro de 2023, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**Proveniência:** Vítor Escária, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07;

**Assunto:** Correspondência por correio eletrónico, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia da relação dos novos Corpos Sociais do Clube de Ténis do faial para o biénio 2023/2024

**Proveniência:** A Direção do CTF

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07;

**Assunto:** Solicitação de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 88/XII (PSD/CDS-PP/PPM) - Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Atividades Sujeitas a Licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores

**Proveniência:** Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08;

**Assunto:** Solicitação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/XII (PS) - Tornar as medidas "PROGRAMA MAIS" e "CREDITHAB" mais transparentes, mais justas e mais eficazes para as famílias e empresas açorianas

**Proveniência:** Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08;

**Assunto:** Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., a Dra. Sofia da Loura Inácio e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

**Proveniência:** José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08;

**Assunto:** Solicitação de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII (IL) – Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores

**Proveniência:** Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08;

**Assunto:** Solicitação para realização de uma sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, no período legislativo de abril de 2023, que versará sobre políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha do Faial

**Proveniência:** Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal (IL)

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 08;

**Assunto:** Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A., a Dra. Teresa Mafalda Pais de Moura Gonçalves e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação

**Proveniência:** José Manuel Bolieiro, Presidente do Governo Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 09.

## 7 – Relatórios:

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei n.º 563/XV \(BE\) - Altera o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, que transpõe a Diretiva \(UE\) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União - Audição n.º 178/XII - AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 07;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Lei n.º 560/XV \(PSD\) - Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro - Audição n.º 179/XII - AR](#)

**Proveniência:** Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Data de Entrada:** 2023 – 03 – 10.

## **8 – Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 94, 95 e 96 e as Separatas n.ºs 33/XII e 34/XII.

*O redator, André Silva*